



Oeiras XXI

**PLANO ESTRATÉGICO PARA
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

1.º FORUM DA SUSTENTABILIDADE
TEMAS DE REFLEXÃO ESTRATÉGICA



OEIRAS XXI - Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável

1.º FORUM DA SUSTENTABILIDADE
TEMAS DE REFLEXÃO ESTRATÉGICA

LISTA DE VOLUMES DO DIAGNÓSTICO SELECTIVO PRELIMINAR

- Volume 1: Conceitos e Síntese Metodológica ✓**
- Volume 2: Sistema Ambiental**
- Volume 3: Sistema Sócio-Cultural**
- Volume 4: Sistema Económico ✓**
- Volume 5: Estrutura Urbana**
- Volume 6: Anexos**

VOLUME COMPLEMENTAR

1º Forum de Sustentabilidade: Temas de Reflexão Estratégica

**1º Forum de Sustentabilidade
TEMAS DE REFLEXÃO ESTRATÉGICA**

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO NO OEIRAS XXI-PEDS	1
2. ESTRUTURA DO 1º FORUM DA SUSTENTABILIDADE	4
3. PENSAR GLOBALMENTE, AGIR LOCALMENTE	7
3.1 - O Estado da Terra	7
3.2 .Agir ao Nível da Cidade ou do Município	15
3.2.1 - Documentos de referência	15
3.2.2 - Temas estratégicos	15

1º FÓRUM DA SUSTENTABILIDADE

TEMAS DE REFLEXÃO ESTRATÉGICA

1 - Enquadramento no OEIRAS XXI - PEDS

OEIRAS XXI

1ª Etape

A primeira etape de OEIRAS XXI - Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável, é designada “**Diagnóstico Selectivo**” e concretiza-se em duas fases:

- Diagnóstico Técnico / Interactivo
- Diagnóstico Participado

O Diagnóstico Técnico / Interactivo foi realizado pela equipe técnica pluridisciplinar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa em processo de trabalho interactivo com os responsáveis técnicos e autarcas da Câmara Municipal.

Diagnóstico

Selectivo

Preliminar

O resultado foi sistematizado sob a designação de “**Diagnóstico Selectivo Preliminar**”, que inclui os seguintes volumes:

- Volume 1: Conceitos e Síntese Metodológica
- Volume 2: Sistema Ambiental
- Volume 3: Sistema Sócio-Cultural
- Volume 4: Sistema Económico
- Volume 5: Estrutura Urbana
- Volume 6: Anexos (Actas de reuniões realizadas)

2 - Estrutura do 1º FÓRUM da Sustentabilidade

O FÓRUM é estruturado em 5 WORKSHOPS que se realizam em simultâneo:

WORKSHOP A - Pensar a Área Metropolitana de Lisboa - Agir em Oeiras

Tópicos:

- Articulação Institucional e Gestão Integrada de Recursos e Infraestruturas.
- Novas Acessibilidades e Transportes.
- Competitividade e Complementaridades Funcionais.
- Concertação de Estratégias de Desenvolvimento.

WORKSHOP B - Desenvolver no presente, garantindo o futuro

Tópicos:

- Gestão Urbana e Estratégia Empresarial.
- Novas Funções Urbanas Estratégicas.
- A Câmara Municipal como Agente Económico.
- Programas de Emprego de iniciativa Municipal e Local.
- A Gestão de Recursos Naturais e dos Resíduos Sólidos Urbanos, como oportunidades de negócio.
- Suportes Financeiros ao Desenvolvimento Sustentável.

WORKSHOP C - Evoluir para a Cidade Verde

Tópicos:

- Tendências recentes de estruturação urbana.
- Novas centralidades e Programas Estratégicos.

- A Estrutura Verde como Espaço de articulação urbana.
- Reabilitação dos Centros Históricos e identidade cultural.
- Multifuncionalidade e redução das deslocações.
- Mobilidade, Sociabilidade e Tecnologia de Comunicação - Transportar pessoas ou transportar informação?
- Cenários do futuro: Federação de aglomerados urbanos ou Cidade Verde?

WORKSHOP D - Vivência urbana e cidadania

Tópicos:

- Tensões sócio-culturais: comportamento face à criminalidade, à toxicodependência, à xenofobia e à exclusão social.
- Equipamento e espaços de sociabilidade e integração social: as minorias étnicas, os idosos, os jovens.
- Motivar a juventude para a construção do seu próprio futuro.
- Realojamento: Um novo habitar
- Viver em segurança

WORKSHOP E - Património Natural: Desfrutar no Presente e Transmitir em Qualidade para o Futuro.

Tópicos:

- Aliviar poluições e evitar efeitos graves sobre o homem e os ecossistemas.
- Gozar bem o capital natural e prevenir excessos de consumo do capital fixo.
- Limpar as ribeiras, reduzir riscos de inundações e criar espaços canais para equilíbrio ambiental.
- Melhorar o clima local e global.

- Respirar ar puro e em segurança para a saúde.
- Pensar a ecologia urbana para a cidade e para as nossas casas.
- Reduzir a montanha de lixos e as cargas sobre o ambiente.
- Poupar a energia, servir o ambiente e a “bolsa”.
- Reduzir o ruído e dormir descansado.
- Pensar em fluxos circulares e evitar os fluxos lineares.

**Formas de
Participação**

Em cada WORKSHOP será reservado o período da manhã para intervenções individuais de cada participante.

Estas intervenções terão uma duração máxima previamente definida para permitir a possibilidade de todos os presentes transmitirem a sua visão dos problemas que afectam o Concelho na temática em causa, e as ideias que pretendam apresentar para a sua resolução, tendo como referência os objectivos de desenvolvimento sustentável.

O período da tarde será reservado ao debate, sendo as intervenções realizadas por inscrição.

Admitindo-se que os participantes no FÓRUM não tenham, em função do tempo disponível, a possibilidade de explicitar a globalidade das suas ideias, poderão complementar as suas intervenções no FÓRUM através de comunicações escritas:

- a) A apresentar no próprio dia aos responsáveis de cada WORKSHOP;
- b) A enviar por correio ou fax para a C.M.O:
 - CORREIO: Câmara Municipal de Oeiras
Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística -
- OEIRAS XXI / PEDS
Largo Marquês de Pombal - 2780 OEIRAS
 - FAX Nº 441 66 12
indicando em título: OEIRAS XXI / PEDS - 1º FÓRUM DA SUSTENTABILIDADE

c) Via Internet:

e-mail: WWW.CM - OEIRAS.PT

Iniciando a comunicação com o título: OEIRAS XXI / PEDS - 1º FÓRUM DA SUSTENTABILIDADE.

O prazo para o envio de comunicações escritas complementares às intervenções no 1º FÓRUM DA SUSTENTABILIDADE é de 30 dias após a data do FÓRUM.

3 - Pensar globalmente, agir localmente

3.1 - O estado da Terra

Transcrevemos, por nos parecer uma excelente síntese o texto publicado pelo jornal “O Público” em 92.06.03 e editado em 1996 no dossier temático **Ambiente: depois do Rio.**

...”Agricultura

A superfície das terras cultivadas foi multiplicada por um factor superior a dois num século. À escala mundial, 770 milhões de hectares estão consagrados à produção agrícola, com uma intensidade de cultivo de 78 por cento. Em 1980, os países em vias de desenvolvimento utilizavam 54 por cento da superfície cultivada no mundo, contra 46 por cento nos países desenvolvidos. As projecções da Food and Agriculture Organisation (FAO) para o ano 2000 prevêem um aumento da produção agrícola de 20 por cento nos países desenvolvidos e de 60 por cento nos países em vias de desenvolvimento. A superfície das terras irrigadas duplicou de 1950 para cá, a quantidade de adubos utilizados foi multiplicada por nove, a dos pesticidas por 32. Entre 1982-84 e o ano 2000 cerca de dois terços do crescimento das terras aráveis será devido à extensão das superfícies irrigadas.

Água

Os oceanos cobrem dois terços do planeta e representam 94 por cento da água sobre a Terra. Com o aquecimento do planeta, o aumento do nível dos mares poderia atingir um metro no final do próximo século, segundo as estimativas mais pessimistas. Setenta e três por cento da água doce são utilizados para a agricultura, 21 por cento para a indústria, 6 por cento para a água potável. Sessenta por cento da quantidade de água de irrigação são perdidos antes de atingir a planta. Perto de 1,5 mil milhões de pessoas no mundo não têm água potável e perto de dois milhões não têm instalações sanitárias - destes, 330 milhões encontram-se nos países da OCDE. Nos países em vias de desenvolvimento, mais de 80 por cento das doenças e mais de um terço das mortes são devidas a água contaminada. Um europeu consome 70 vezes mais água que um habitante do Gana e um norte-americano 300 vezes mais.

Alimentação

As disponibilidades alimentares mundiais passaram de 2320 calorias por habitante em 1961 para 2600 calorias em 1983. Um habitante dos países desenvolvidos consome por dia 50 por cento mais de calorias, 100 por cento mais de proteínas e 110 por cento mais de gorduras que um habitante dos países em vias de desenvolvimento. Nestes países, cerca de três milhões de pessoas sofrem de uma alimentação insuficiente ou inadaptada. Quinhentos milhões de pessoas estão gravemente subalimentadas. Cento e oitenta milhões de crianças com menos de cinco anos sofrem de malnutrição grave.

Atmosfera

O dióxido de carbono, cuja concentração no ar aumentou 25 por cento ao longo dos últimos anos, é responsável por mais de metade das perturbações causadas pelo efeito de estufa. Os outros gases também responsáveis pelo efeito de estufa são o metano, os clorofluorcarbonetos e o óxido de azoto. A concentração dos chamados "gases de estufa" deverá duplicar entre 2025 e 2050 e provocar um aumento de 1,5 a 4,5 graus centígrados da temperatura do ar (1,3 a 3,7 segundo as estimativas

mais recentes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). No Final dos anos 80, mais de 22 milhões de toneladas de dióxido de carbono eram deitadas por ano para a atmosfera. Os EUA, a ex-URSS e a China são responsáveis por mais de metade dessas emissões. Os países em vias de desenvolvimento contribuem com 43 por cento das emissões de dióxido de carbono, 19 por cento dos quais por queima dos combustíveis fósseis e 24 por cento em consequência da desflorestação. A média mundial de emissões é de 3,8 toneladas de dióxido de carbono por ano e por habitante. As mesmas taxas são de 18,3 nos EUA, 8,7 na Comunidade Europeia e 1,3 nos países em vias de desenvolvimento. O aumento crescente dos clorofluorcarbonetos (mais de 800 mil toneladas em 1988) na atmosfera contribuíram para uma depleção média de 5 por cento na camada de ozono.

Biodiversidade

As florestas tropicais abrigam metade das espécies animais e vegetais do mundo. O número de espécies do planeta varia entre 10 e 100 milhões, segundo os especialistas; destas apenas estão descritas 1,4 milhões. A taxa de extinção actual é 1000 a 10000 vezes a taxa "normal". Dentro de 30 anos, dois milhões de espécies poderão extinguir-se.

Catástrofes Naturais

Nos últimos 20 anos, três milhões de pessoas morreram e mais de mil milhões foram feridas na sequência de catástrofes naturais. O número de vítimas de catástrofes aumenta cada ano em seis por cento desde 1960: mais do triplo da taxa de crescimento demográfico mundial. Noventa e quatro por cento destas vítimas acontecem em resultado de catástrofes naturais. O número de vítimas é 150 vezes mais elevado nos países em vias de desenvolvimento que nos países desenvolvidos.

Cidades

No ano 2025, 60 por cento da população mundial viverá em cidades. Entre 1970 e 2025, a população urbana aumentará em 3,7 mil milhões de indivíduos: 3,4 mil milhões nas cidades dos países menos desenvolvidos e 370 milhões nas cidades das regiões mais desenvolvidas. Nos países em vias de desenvolvimento, as grandes cidades duplicarão de 12 em 12 ou 15 em 15 anos e as periferias de 7 em 7 anos ou mais. Em 1960, apenas três cidades tinham mais de dez milhões de habitantes, em 1980 eram dez cidades e no ano 2000 serão vinte e uma. Destas, 18 encontrar-se-ão em países em vias de desenvolvimento.

Crescimento Económico

A economia mundial desacelerou: o crescimento passou de 3,3 por cento em 1989 para 2 por cento em 1990. A dívida externa dos países em vias de desenvolvimento (1,2 mil milhões de dólares em 1990) duplicou ao longo da década passada. O endividamento é responsável por uma transferência bruta dos recursos dos países pobres em direcção aos países ricos de qualquer coisa como 50 a 60 mil milhões de dólares só no ano de 1989. O reembolso desta dívida representa uma parte importante de orçamento dos Estado: 36 por cento das despesas das Filipinas, contra dois por cento em 1975.

Demografia

A Terra tinha mil milhões de pessoas há 200 anos, 2 mil milhões em 1920, 3 mil milhões em 1960, 5,3 mil milhões em 1990. Em 1990, os habitantes dos países em vias de desenvolvimento constituíam 79 por cento da população mundial. As projecções das Nações Unidas prevêem 8,5 mil milhões de indivíduos em 2025 e uma estabilização da população mundial em 11 mil milhões no ano 2100. Noventa e cinco por cento deste crescimento acontecerá nos países em vias de desenvolvimento.

Educação

Nos países em vias de desenvolvimento, o grau de alfabetização aumentou entre 1970 e 1985 de 46 para 60 por cento. No entanto, mais de mil milhões de adultos são ainda analfabetos e 300 milhões de crianças não frequentam nem a escola primária nem a escola secundária. A África subsahariana tem a mais baixa escolarização primária: 56 por cento das crianças. Nos países desenvolvidos, a escolarização é em média de nove anos e 6 por cento do Produto Nacional Bruto são gastos em educação.

Energia

Os países industrializados (incluindo a ex-URSS), ou seja um quarto da população mundial, consomem três quartos da energia disponível no planeta. Um indiano consome 25 vezes menos energia que um norte-americano. Em 1987, o consumo de energia no mundo por tipo de combustível era a seguinte: petróleo, 33 por cento; carvão, 27 por cento; gás, 19 por cento; biomassa, 11 por cento; nuclear, 4 por cento; hidráulica, 4 por cento. O consumo anual de combustíveis fósseis aumentou 30 vezes desde o início do século, tendo três quartos deste aumento acontecido depois da II Guerra Mundial. Se o consumo por indivíduo se mantiver ao nível actual, necessitaremos de 60 por cento mais energia no ano 2025 para cobrir as necessidades resultantes do crescimento da população. Se o consumo por indivíduo dos países em vias de desenvolvimento fosse igual ao dos países desenvolvidos, esse aumento deveria ser de 500 por cento.

Esperança de Vida

Nos países em vias de desenvolvimento a esperança de vida é de 63 anos e aumentou um terço entre 1960 e 1990. A África subsahariana tem a menor esperança de vida (50 anos) e a maior mortalidade infantil (16 por mil). Nos países desenvolvidos, a esperança de vida é de 75 anos e a taxa de mortalidade infantil de 24 por 100 mil.

Florestas

A cobertura florestal mundial está estimada em 25 mil milhões de hectares. Dos dois mil milhões de hectares de florestas tropicais existentes em 1900, não restavam mais de mil milhões em 1980. A taxa anua de desflorestação varia, segundo as estimativas, entre 10 e 15 mil milhões de hectares, ou seja, entre uma vez e uma vez e meia o tamanho de Portugal. A florestação boreal é a mais importante do planeta, representando mais de 6 mil milhões de hectares, ou seja, um quarto das superfícies ainda florestadas. O Canadá e a ex-URSS possuem cerca de 70 por cento das superfícies de floresta sub-boreal e boreal do mundo, que pode ser destruída com o aquecimento global do planeta. Na Europa, 120 milhões de metros cúbicos de madeira serão perdidos anualmente durante os próximos cem anos, ou seja, 20 por cento da actual produção mundial.

Guerra

Entre o fim da II Guerra Mundial e 1986, houve apenas 40 dias sem conflitos em todo o planeta. Em 1983, o mundo gastou em média 25.600 dólares (3500 contos) por cada soldado, contra 450 dólares (62 contos) pela educação de cada criança, ou seja, 57 vezes menos. Quarenta e cinco dólares são gastos por pessoa para a investigação militar, contra 11 dólares para a investigação médica. A Guerra do Golfo custou mil milhões de dólares por dia. O custo de dez dias de guerra teria permitido vacinar todas as crianças dos países em vias de desenvolvimento contra as principais doenças evitáveis durante os próximos dez anos.

Mulheres

Nos países em vias de desenvolvimento, a taxa de alfabetização feminina não atinge os dois terços da masculina. Meio milhão de mulheres morrem todos os anos durante a gravidez ou de complicações resultantes do parto. Cerca de 100 milhões de mulheres vivem uma situação de forte discriminação à nascença ou durante a infância. Nos países desenvolvidos, o rendimento das mulheres representa apenas dois terços do que o dos homens com qualificação e trabalho iguais.

Rendimento

Os países em vias de desenvolvimento dispõem apenas de 15 por cento do rendimento mundial. Mais de mil milhões de pessoas vivem num estado de pobreza absoluta, ou seja, um quarto da população dos países em vias de desenvolvimento. A percentagem mais elevada dos mais pobres situa-se na África subsariana: 47 por cento. Os países desenvolvidos produzem 85 por cento dos bens do planeta. Duzentos milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza, das quais 100 milhões nos países do Leste europeu.

Resíduos sólidos

Os resíduos sólidos mundiais representavam, no final dos anos 80, mais de dois mil milhões de toneladas, dos quais 338 milhões são resíduos perigosos: 67 por cento provém dos países da OCDE, 24 por cento dos países da Europa de Leste e 9 por cento dos países em vias de desenvolvimento. Os EUA são o maior produtor mundial de resíduos domésticos: 864 quilos por pessoa e por ano, duas vezes mais que os habitantes da Europa ocidental ou do Japão. Um habitante de Nova Iorque deita fora, pelo menos, três vezes mais lixo que um residente em Calcutá ou Manila. O Japão incinera metade dos seus lixos e recicla um terço do resto. A Alemanha incinera cerca de um terço e recicla um terço do seu papel, alumínio e vidro. Nos EUA, cerca de três quartos do lixo é evacuado através dos esgotos.

Saúde

Sessenta e três por cento dos habitantes dos países em vias de desenvolvimento recorrem aos serviços de saúde. Mil e quinhentos milhões de indivíduos nunca tiveram acesso aos serviços de saúde mais elementares. Mais de 14 milhões de crianças morrem todos os anos antes de atingirem os cinco anos de idade. Meio milhão de crianças cegam todos os anos por falta de vitamina A. Em 1970, uma criança em cada 20 era vacinada - hoje, essa proporção é de uma em cada quatro. Em 1985, a rubéola matou 2 milhões de crianças, ou seja, o equivalente à população de Lisboa e arredores. Nos países desenvolvidos, dois terços

da população tem seguros de saúde e 8,3 por cento do Produto Nacional Bruto é gasto em serviços médicos.

Solos

Vinte e cinco por cento das terras agrícolas são afectadas pela degradação dos solos. Cada ano, 6 milhões de hectares de terras agrícolas são transformadas em desertos - o equivalente à superfícies da Suíça. Vinte e quatro mil milhões de terras irrigadas são perdidas por ano. Vinte por cento das terras irrigadas são esgotadas ou contaminadas pelo sal por ano. Um milhão de hectares de terras mal irrigadas, tornadas estéreis, são abandonadas por ano, ou seja, o equivalente à superfície da Áustria."...

Fontes: Banco Mundial; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Relatório Bruntland; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE); Food and Agriculture Organisation (FAO); Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas; Worldwatch Institute; Conselho Mundial da Energia; Centre National de la Reserche Scientifique (CNRS); Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Ehrlich e Wilson, 1981; Raven, 1991; "Terre, patrimoine Commun"; Martine Barrère (ed.); 1992.

Ter consciência dos problemas e tendências globais, ao nível do planeta, não deve constituir um factor inibidor da acção ao nível local, mas sim um estímulo à actuação das autoridades locais que, estando mais próximas das populações podem motivar a alteração do conceito de desenvolvimento, dos objectivos e procedimentos de ordenamento do território e gestão urbana, dos comportamentos dos agentes económicos e dos estilos de vida individuais, que se torna cada vez mais necessária e urgente, para que se possam atingir em tempo útil, padrões de desenvolvimento sustentável.

Agindo localmente obtêm-se efeitos positivos directos na qualidade de vida das populações que habitam e trabalham nas Cidades e Municípios, contribuindo também para a melhoria das condições globais.

3.2 - Agir ao nível da Cidade ou do Município

3.2.1- Documentos

de referência Com base nas recomendações contidas na “Carta de Aalborg” de 1994, no “Plano de Acção de Lisboa” resultante da II Conferência das Cidades Europeias Sustentáveis de Outubro de 1996, no “Local Agenda 21 Planning Guide” publicado pelo “International Council for Local Environmental Initiatives” em 1995 e no “European Sustainable Cities Report for Local Authorities” elaborado pelo grupo de especialistas da Comissão Europeia em 1996, sintetizam-se os temas estratégicos em que pode enquadrar-se o desenvolvimento urbano sustentável e exemplificam-se hipótese de actuação actualmente utilizadas ao nível das Cidades e Municípios europeus.

3.2.2- Temas Estratégicos

Recursos Naturais,

Energia e Resíduos O sistema urbano está dependente da importação do sistema natural dos recursos naturais e energias necessárias à vida urbana, exportando depois resíduos e poluição, com uma frequência e quantidade que excede a capacidade de regeneração do sistema natural.

O conceito de “pegada ecológica” desenvolvido por William F. Rees^{a)} exprime precisamente a dimensão territorial do impacte das cidades no sistema natural.

Para se obter um funcionamento mais sustentável dos sistemas urbanos torna-se necessário evoluir para uma abordagem integrada das formas de realizar o fecho dos ciclos dos recursos naturais, da energia e dos resíduos.

^{a)} William F. Rees PhD - University of British Columbia / School of Community and Regional Planning - Vancouver / Canada.

HIPÓTESES DE ACTUAÇÃO

O Ar

- As autoridades locais podem desenvolver instrumentos reguladores e implementar medidas técnicas para reduzir as fontes e a quantidade de poluição do ar.
- A capacidade de regeneração e filtragem pode ser aumentada pela criação de áreas verdes, seleccionando as espécies que melhor possam contribuir para a transformação de CO₂ em Oxigénio.

Uma política de ordenamento do território e estruturação urbana que incentive a redução das deslocações e disponibilize um bom nível de serviço dos transportes públicos, recorrendo às opções menos poluentes, contribui directamente para a redução das emissões de CO₂.

- Incentivando a redução do consumo energético nos edifícios e a utilização de tecnologias passivas de climatização reduz-se a necessidade de recurso aos sistemas activos de aquecimento / arrefecimento, contribuindo para reduzir a emissão de clorofluorcarbonetos.

Água

- A criação de bacias de retenção de águas pluviais e de sistemas de tratamento e reciclagem de água contribui para reduzir o desperdício garantindo melhores condições de abastecimento no futuro.
- A manutenção de áreas de infiltração máxima contribui para o reforço dos aquíferos subterrâneos.
- A gestão eficaz das redes de abastecimento, reduzindo as perdas, assegura a manutenção das reservas de água.

Solos

- A preservação dos solos de maior aptidão agrícola pode ser incentivada por medidas adequadas de ordenamento do território, complementadas por incentivos fiscais ou compensações financeiras.
- A concretização de corredores verdes de ligação entre as áreas rurais e as estruturas verdes urbanas, propicia um quadro ecológico de suporte ao desenvolvimento das espécies animais, combinando o aumento da biodiversidade com a potencialidade de uso recreativo desses espaços.

Energia

- As autoridades locais podem contribuir para o desenvolvimento de alternativas tecnológicas para a utilização de energia obtida a partir de recursos renováveis e para a redução dos consumos, apoiando a investigação científica e adoptando incentivos fiscais ou financeiros para os projectos urbanos que apliquem novas soluções tecnológicas neste domínio.
- A regulamentação das condições termodinâmicas dos edifícios, incentivando baixos consumos energéticos, pode contribuir para padrões de consumo inferiores nas novas áreas urbanas.
- As autoridades locais podem contratualizar com as empresas fornecedoras de energia a utilização de soluções de menor consumo.
- As autoridades locais podem dar o exemplo adoptando nos seus edifícios e nos seus sistemas de transportes, soluções que reduzam os níveis de consumo de energia obtida a partir de recursos não renováveis.

Resíduos

- Os Municípios, podem promover a redução de embalagens e a utilização de embalagens reutilizáveis ou recicláveis.

- As autoridades locais podem criar incentivos fiscais para os agentes económicos que desenvolvam procedimentos e técnicas que reduzam a produção de resíduos e efectuem, directamente ou em associação, a respectiva reciclagem.
- Os Municípios podem promover a recolha selectiva de resíduos sólidos e a compostagem nas quintas e quintais privados.
- As autoridades locais podem regulamentar o uso, a reutilização e a reciclagem de materiais de construção.

Informação

Educação

Motivação

Os Municípios podem desenvolver programas de informação e educação em articulação com as instituições de ensino e campanhas de motivação dos agentes económicos e da população.

**Desenvolvimento
sócio-económico**

Os meios infra-estruturais e a concentração de funções urbanas complementares dos sectores produtivos específicos do território que a “Estrutura Urbana” polariza, são factores geradores de sinergias catalisadoras do desenvolvimento económico.

Adaptar a “Estrutura Urbana” às opções estratégicas que visam melhorar a competitividade das empresas, contribui para criar as condições de sustentabilidade económica do desenvolvimento urbano.

A estruturação espacial do “Sistema Urbano” pode contribuir, através de Equipamentos, Estruturas Organizativas, Espaços de Sociabilização e, como suporte do desenvolvimento económico gerador de empregos, para acentuar condições favoráveis à integração social e à consolidação da identidade cultural ou, pelo contrário, pode contribuir para agravar as condições de exclusão social, de marginalização das minorias (étnicas, etárias, religiosas, etc.) e fomentar a desagregação social.

Embora a dinâmica económica não se possa circunscrever aos limites territoriais dos Municípios ou Cidades, e as tensões sociais possam em muitos casos, resultar de factores exógenos aos domínios de actuação das Câmaras Municipais, é inequívoco que a Gestão Urbana entendida no sentido da gestão das interacções entre as componentes espacial, social, económica e ambiental do “Sistema Urbano”, é domínio de actuação onde as autoridades locais, (no caso português, os Municípios) podem gerar contributos essenciais para o desenvolvimento económico e social.

HIPÓTESES DE ACTUAÇÃO

Ambiente e Emprego

Os Municípios podem explorar as potencialidades de criação de emprego que possam resultar de medidas de qualificação ambiental e urbana.

A criação de uma nova rede de transportes públicos, como alternativa ao transporte individual, a criação de novas áreas verdes e a respectiva manutenção ou a instalação de um sistema de recolha selectiva de resíduos sólidos ou de unidades de reciclagem, por ex., são medidas com efeitos positivos no sistema ambiental, que envolvem a criação de emprego, actuando assim como factores de integração social.

Abordagem ecossistémica da produção industrial

Conhecendo as unidades produtivas existentes no seu território e os recursos naturais disponíveis, os Municípios podem promover uma actuação coordenada entre as diferentes empresas, no que se refere a energia e consumo de recursos naturais.

Veja-se o exemplo de Aalborg onde os desperdícios energéticos e químicos de empresas industriais são utilizados como fonte energética ou como matéria prima no sistema de aquecimento da Cidade ou em outras empresas.

**Redução das
deslocações**

Os Municípios, através da Gestão Urbana, podem contribuir para a aproximação entre as empresas e as respectivas forças de trabalho, matérias primas, fornecedores e mercados, procurando reduzir a extensão e melhorar as características ambientais dos sistemas de transporte de pessoas e mercadorias.

Incentivos às

“empresas verdes”

Os Municípios podem integrar na sua estratégia de desenvolvimento medidas de incentivo à instalação de empresas cuja actividade contribua para a requalificação ambiental.

Redução ou isenção de taxas ou contribuições, disponibilização de terrenos a preços convidativos ou investimento Municipal em parceria com os privados, são hipóteses de actuação que podem ser utilizadas em função do peso da actividade da empresa para a estratégia de desenvolvimento sustentável.

Veja-se neste caso o resultado que está a ser obtido em Oeiras no que se refere às empresas com componentes de investigação e inovação tecnológica, através das condições e preços do Parque de Ciência e Tecnologia.

**Exemplo e
Sensibilização**

Os Municípios, enquanto consumidores podem desenvolver um programa de aquisição selectiva que privilegie os produtos e as empresas com melhores “performances” ambientais.

A realização de “auditorias ambientais” aos produtos e às empresas, poderia permitir seleccionar os que apresentassem melhores resultados.

Paralelamente os Municípios podem promover junto dos consumidores em geral, uma atitude selectiva na aquisição de produtos, tendo como referência os respectivos impactes ambientais.

Os padrões de desenvolvimento sustentável deverão constituir um item essencial na “certificação de qualidade” das empresas e dos produtos.

Habitação /

Integração Social

Os Municípios podem conjugar os programas de Habitação Social com Programas de Criação de Emprego e de Integração Social e Cultural.

Evitando a criação de “ghettos” e criando estruturas próprias e parcerias com Instituições de Solidariedade Social e Organismos de Formação Profissional, podem criar-se Programas Integrados de Reabilitação Social que anulem os processos geradores de marginalização e de exclusão social.

Acessibilidade e Transportes

Uma política de desenvolvimento urbano que privilegie a estruturação urbana multifuncional, aproximando residência e emprego pode contribuir para a redução dos tempos de deslocação motorizada e conseqüentemente do consumo de energia e das emissões de CO₂, com maior tempo disponível e menor stress quotidiano para a população activa.

O investimento em redes urbanas de transportes públicos, com bom nível de conforto e prioridade de circulação em relação ao transporte individual, poderá contribuir para reduzir o número de deslocações individuais.

A integração modal

Uma boa concepção global e integrada do sistema intermodal de transportes, facilitando as ligações sem percas de tempo significativas e com passes intermodais, pode constituir uma boa alternativa ao transporte individual nas deslocações intra-urbanas.

A conjugação com medidas de restrição ao estacionamento automóvel nos centros urbanos e disponibilização de estacionamento periférico, poderá contribuir para incentivar a opção pelo transporte público.

As opções energéticas

A opção por veículos movidos a energia eléctrica nos transportes públicos urbanos e por combustíveis de menor impacte ambiental nas frotas do Município, das empresas e individuais, pode contribuir para diminuir o consumo de recursos energéticos não renováveis e a emissão de gases poluentes no meio urbano.

A actuação do Município pode constituir um exemplo de referência e medidas de despenalização fiscal dos combustíveis de menor impacte ambiental, conjugadas com campanhas de informação sobre os efeitos da poluição causada pela circulação automóvel na saúde dos cidadãos e no equilíbrio ambiental local e global, podem constituir factores motivadores da opção dos consumidores na utilização de combustíveis e na selecção de meios de transporte.

PLANEAMENTO URBANO

O Planeamento e a concepção espacial das “Estruturas Urbanas” deve ter em consideração a capacidade de carga do “sistema natural” local e global, a criação de condições propícias ao desenvolvimento dos suportes infraestruturais necessários à competitividade das empresas, e a criação dos espaços de Sociabilização e dos Equipamentos de suporte à integração social dos grupos sociais economicamente mais débeis, das minorias étnicas, dos jovens e dos idosos.

A forma urbana e a distribuição espacial das funções urbanas pode contribuir para incentivar a redução das deslocações motorizadas quotidianas.

HIPÓTESE DE ACTUAÇÃO

Objectivos e Estratégia

O Planeamento Urbano deve ser orientado por objectivos de médio e longo prazo e por opções estratégicas de actuação a curto prazo, em contínuo “feedback”.

Os objectivos de qualificação ambiental, de crescimento económico e de progresso social, devem estar presentes nos instrumentos de planeamento urbano.

**Avaliação
de Impactes**

Os Planos de nível operativo, que visam a concretização de novas áreas urbanas ou a reabilitação de áreas urbanas degradadas, devem ter em consideração os objectivos de desenvolvimento sustentável e incluir a avaliação dos impactes ambientais, sociais e económicos inerentes à sua implementação.

**Fundo de
Compensação
Ambiental**

Os Municípios podem criar um “Fundo de Compensação Ambiental”, convertendo em contribuições financeiras os impactes que não possam ser resolvidos nos limites estritos de cada operação urbanística e mobilizando os meios financeiros obtidos para o financiamento dos projectos estratégicos de requalificação ambiental, programados à escala do Município ou da Cidade, para reestabelecer o equilíbrio do ecossistema natural.

Ecoedifícios

Os Municípios podem regulamentar a utilização de princípios ecológicos nos edifícios, no que se refere à eficiência térmica, à racionalização do uso da água, à utilização de sistemas de reciclagem de água para rega ou lavagens, a utilização de reservatórios para armazenagem de águas das chuvas, à utilização na construção de materiais recicláveis.

**Edifícios
Multiusos**

Os Municípios podem ainda regulamentar a utilização multifuncional dos edifícios, nomeadamente dos serviços e equipamentos públicos, por forma a que tenham a potencialidade de se adaptarem a diferentes funções ao longo do tempo.

Espaços de Suporte

à Integração Social Promovendo a criação de espaços e equipamentos de suporte à interacção cultural multi-étnica, à expressão cultural dos jovens e à actividade cívica dos idosos, os Municípios contribuem para assegurar as condições de suporte espacial necessárias aos processos de integração social.

Reabilitação dos

Centros Históricos Reabilitando os centros históricos, através da criação de infraestruturas de suporte à acessibilidade e à sociabilidade, os Municípios estão a criar condições de suporte à sobrevivência do comércio local e a preservar a teia de relações de vizinhança que constitui um factor determinante de coesão social.

Paralelamente estão a mobilizar e a induzir a geração de meios financeiros para a reabilitação dos edifícios e espaços urbanos que constituem património histórico e cultural, contribuindo desta forma para a consolidação da identidade cultural e do “sentimento de pertença”, que são por sua vez factores propiciadores de participação cívica, essencial num processo de evolução para padrões de desenvolvimento sustentável.

Articulação de Centralidades Locais

A articulação urbana das novas centralidades geradas pelas novas acessibilidades e pela concentração de serviços e comércio, com as centralidades tradicionais em geral em decadência e, localizadas nos centros históricos, é essencial à vitalidade económica e social do “Sistema Urbano”.

Privilegiar a articulação através de corredores de transportes públicos, seleccionando os modos de transporte menos poluentes, permite consolidar uma estruturação urbana multipolar, revitalizada pela sinergia entre as diferentes centralidades, sem agravar os efeitos ambientais das deslocações inerentes à articulação urbana. A sinergia e a complementaridade de funções centrais permite ainda atingir níveis de centralidade global no Município / Cidade capazes de reduzir as deslocações pendulares para centralidades exteriores (Oeiras em relação a Lisboa, por ex.).

**Novas
Tecnologias**

As novas tecnologias de comunicação, nomeadamente, as telecompras, o teletrabalho, a videoconferência, o telebanco, o telemóvel, e as redes internacionais de comunicação informática, estão a contribuir para um progressivo aumento do transporte de informação, reduzindo a necessidade da deslocação das pessoas.

Esta tendência é favorável à redução dos impactes ambientais inerentes às deslocações.

**Cidade Virtual /
Cidade Real**

As redes de televisão por cabo com potencialidades interactivas podem aumentar a participação cívica e a democraticidade das decisões.

Reduzindo o número de funções urbanas que implicam o contacto pessoal directo, as novas tecnologias vão consolidando a "Cidade Virtual".

Para que os contactos humanos não venham a reduzir-se ao "Cibermundo" é necessário repensar a "Cidade Real", reabilitando e qualificando os seus espaços para que constituam o suporte privilegiado das expressões de cultura e de sociabilidade, e sejam os espaços de descoberta da arte contemporânea e do prazer do convívio.

O "espectáculo de vida urbana" deve ser suficientemente aliciante para que o cidadão do "Cibermundo" desligue o botão e desça à "Praça".

Os espaços de lazer e de relação com o meio natural e os espaços para actividades desportivas, serão porventura no futuro elementos chave num processo de sociabilização necessário à revitalização da "Cidade Real".

As HIPÓTESES DE ACTUAÇÃO que atrás se indicaram não esgotam as potencialidades de actuação Municipal num processo de desenvolvimento em direcção a padrões sustentáveis, constituindo apenas uma base de trabalho de carácter genérico, para estimular as reflexões a realizar no caso concreto do Município de Oeiras.



Oeiras XXI

A - PENSAR A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA - AGIR EM OEIRAS

ÍNDICE

1. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	1
1.1 Perspectivas de evolução económica	1
1.1.1 <i>Demografia</i>	1
1.1.2 <i>Actividades económicas</i>	1
1.1.3 <i>Emprego</i>	2
1.2 As perspectivas de desenvolvimento e o ordenamento	2
2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DE OEIRAS	5
2.1 Integração e Caracterização Física	5
2.2 Desenvolvimento Urbanístico	6
2.3 Espaços industriais (actividades económicas) no contexto intermunicipal	8
2.4 O PDM de Oeiras	10
3. CONDICIONANTES AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	13
3.1 Questões ligadas ao desenvolvimento integrado da AML e concelhos vizinhos	13
3.2 Jurisdição de espaços e equipamentos por entidades externas ao concelho	13
3.3 Espaço aberto na Área Metropolitana de Lisboa	13
3.4 Gestão dos recursos hídricos e as características hidrográficas do concelho	14
4. COMISSÃO TÉCNICA INTERMUNICIPAL	16



Sistema económico

B - DESENVOLVER NO PRESENTE, GARANTINDO O FUTURO

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. GESTÃO URBANA E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL	6
3. NOVAS FUNÇÕES URBANAS ESTRATÉGICAS.....	10
4. O AMBIENTE COMO OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO.....	13
5. PROGRAMAS DE EMPREGO DE INICIATIVA LOCAL E MUNICIPAL	19
6. A CÂMARA MUNICIPAL COMO AGENTE ECONÓMICO E O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	29



Estrutura urbana

C - EVOLUIR PARA A CIDADE VERDE

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. TENDÊNCIAS RECENTES DE ESTRUTURAÇÃO URBANA.....	2
2.1 Polaridades económicas	2
2.2 Assimetrias espaciais	3
2.3 Ritmos de crescimento	5
2.4 Rede Viária.....	7
3. NOVAS CENTRALIDADES E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS	9
3.1 Dinamização de Novas Centralidades	10
3.1.1 Eixo Oeiras / Parque de Ciência e Tecnologia.....	10
3.1.2 Eixo Algés / Parque Urbano de Carnaxide	11
3.2 Impactes / Iniciativas a Desenvolver	12
4. CENTRALIDADES TRADICIONAIS, REABILITAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS E IDENTIDADE CULTURAL	15
4.1 A Organização Espacial e o Sistema Cultural.....	17
4.2 Principais Problemas / Iniciativas a Desenvolver.....	19
4.2.1 Rede Viária, tráfego e estacionamento.....	19
4.2.2 Reabilitação Urbana.....	23



5. MULTIFUNCIONALIDADE, MOBILIDADE E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E ARTICULAÇÃO	25
5.1 Estrutura Urbana e Vida Colectiva	25
5.2 Estrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável	28
5.2.1 <i>Forma urbana</i>	28
5.2.2 <i>Espaços Públicos</i>	29
5.2.3 <i>Renovação Urbana</i>	30
5.2.4 <i>Multifuncionalidade</i>	31
6. CENÁRIOS DE FUTURO: FEDERAÇÃO DE AGLOMERADOS OU CIDADE VERDE?	32
6.1 As Novas Sub-Unidades Urbanas	32
6.2 Os Eixos de Centralidade	33
6.3 Factores Estruturantes	34
6.4 Qualificação Ambiental e Articulação Social	36
6.5 Cenários	37



Sistema socio-cultural

D - VIVÊNCIA URBANA E CIDADANIA

ÍNDICE

1. TENSÕES SÓCIO-CULTURAIS: COMPORTAMENTO FACE À EXCLUSÃO SOCIAL, XENOFOBIA, CRIMINALIDADE E TOXICODEPENDÊNCIA.....	1
2. EQUIPAMENTOS, ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL: MINORIAS ÉTNICAS, IDOSOS, JOVENS.....	8
3. REALOJAMENTO: UM NOVO HABITAR.....	25
4. VIVER EM SEGURANÇA.....	31

Sistema ambiental

E - PATRIMÓNIO NATURAL: DESFRUTAR NO PRESENTE E TRANSMITIR EM QUALIDADE

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. CLIMA	2
2.1 Principais Potencialidades	2
2.2 Principais Problemas Detectados	2
2.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares	2
3. QUALIDADE DO AR	3
3.1 Principais Potencialidades	3
3.2 Principais Problemas Detectados	3
3.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares	4
4. GEOLOGIA, HIDROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	5
4.1 Principais Potencialidades	5
4.2 Principais Problemas Detectados	5
4.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares	5
5. SOLOS	6
5.1 Principais Potencialidades	6
5.2 Principais Problemas Detectados	6
5.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares	7



Oeiras XXI

A - PENSAR A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA - AGIR EM OEIRAS

ÍNDICE

1. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	1
1.1 Perspectivas de evolução económica	1
1.1.1 <i>Demografia</i>	1
1.1.2 <i>Actividades económicas</i>	1
1.1.3 <i>Emprego</i>	2
1.2 As perspectivas de desenvolvimento e o ordenamento	2
2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DE OEIRAS	5
2.1 Integração e Caracterização Física	5
2.2 Desenvolvimento Urbanístico	6
2.3 Espaços industriais (actividades económicas) no contexto intermunicipal	8
2.4 O PDM de Oeiras	10
3. CONDICIONANTES AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	13
3.1 Questões ligadas ao desenvolvimento integrado da AML e concelhos vizinhos	13
3.2 Jurisdição de espaços e equipamentos por entidades externas ao concelho	13
3.3 Espaço aberto na Área Metropolitana de Lisboa	13
3.4 Gestão dos recursos hídricos e as características hidrográficas do concelho	14
4. COMISSÃO TÉCNICA INTERMUNICIPAL	16

1. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

1.1 Perspectivas de evolução económica

1.1.1 Demografia

Crescimento lento: crescimento natural quase nulo, diminuição do potencial emigratório das regiões interiores e sua provável reorientação para uma coroa periférica da AML (Torres Vedras, Caldas da Rainha, Santarém, Vendas Novas, etc.).

1.1.2 Actividades económicas

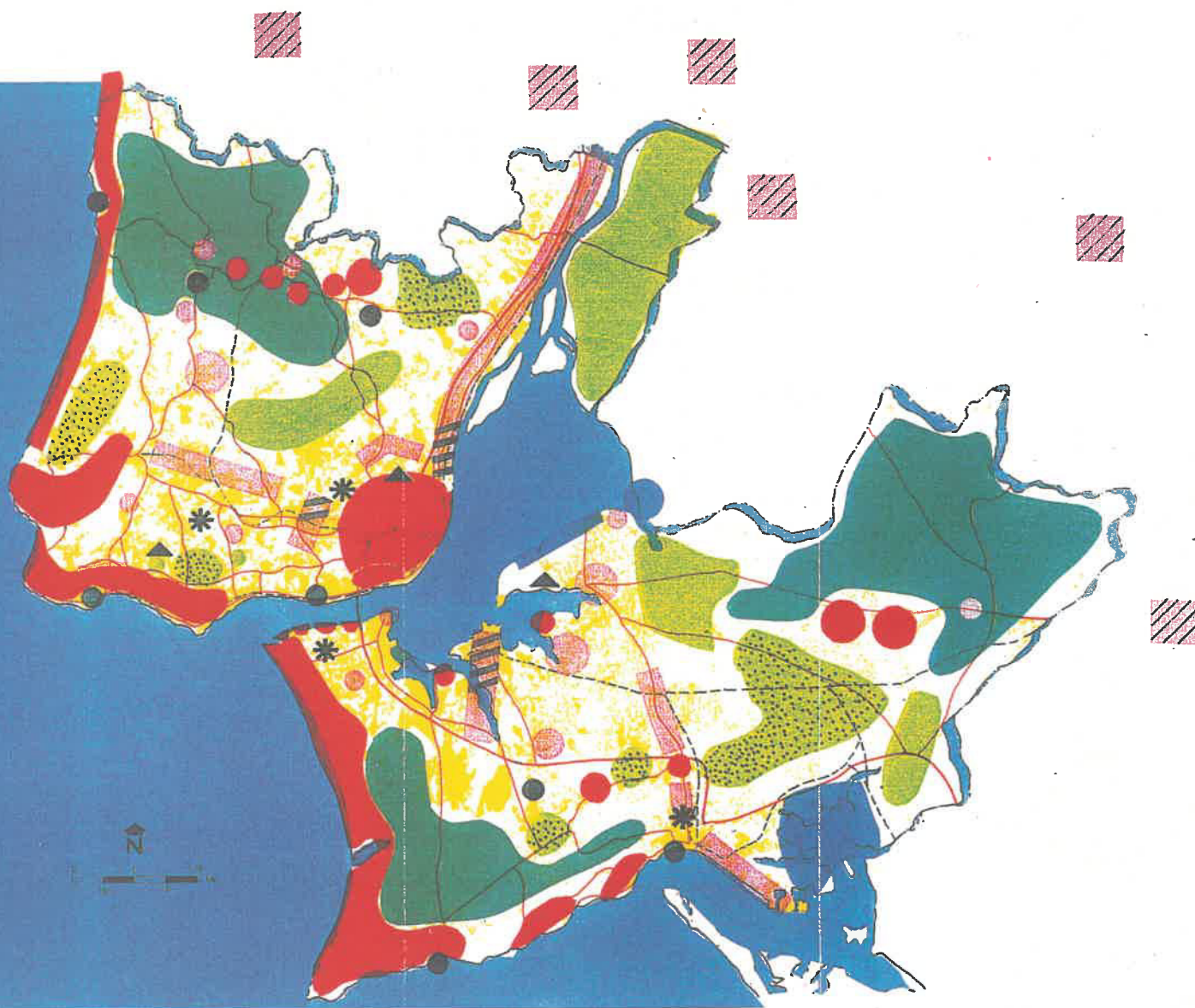
A AML tenderá a manter (e desenvolver) as actividades mais sensíveis ao parque de serviços disponíveis, às economias de aglomeração e à acessibilidade internacional.

Crescimento da função armazenagem (zonas portuárias, nós de articulação da rede viária metropolitana com a rede nacional / internacional).

Crescimento forte do terciário, embora limitado nos serviços avançados pela concorrência de metrópoles espanholas (Madrid, Barcelona).

Concentração de actividades de investigação e desenvolvimento.

Crescimento do turismo (lazer, negócios).



- CULTURAS AGRÍCOLAS DE ELEVADA PRODUTIVIDADE
- VINHOS DE QUALIDADE
- QUEIJOS DE QUALIDADE
- AQUICULTURA
- FLORESTA
- INDÚSTRIA
- RECONVERSÃO INDUSTRIAL
- INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS
- TURISMO E LAZER
- * CENTROS DE I & D EM LIGAÇÃO COM A INDÚSTRIA
- AEROPORTO / AERÓDROMO
- PORTOS DE PESCA
- POLOS DE DESCONCENTRAÇÃO

MODELO ECONÓMICO VOCAÇÕES

FONTE: PROTAML, 2ª FASE, ESTRATÉGIA 1991

Relocalização das actividades:

- * indústria junto aos grandes eixos de ligação nacional e internacional;
- * armazenagem junto aos grandes terminais de mercadorias;
- * saída do centro da cidade (de Lisboa) de serviços económicos com clientes também localizados fora do centro, ou serviços que não necessitem de contacto com o público.

1.1.3 Emprego

Redução do emprego industrial, forte crescimento do emprego terciário.

1.2 As perspectivas de desenvolvimento e o ordenamento

O PROTAML (Plano Regional de Ordenamento do Território da AML) identifica cinco factores decisivos nas transformações económicas e sociais que têm tido e terão lugar na AML,

Factores de transformação

- revolução nas tecnologias de informação e seu impacto nos processos produtivos, estruturas empresariais e factores locais das actividades;
- mundialização das economias e seu impacto nos factores locais das actividades económicas;
- integração europeia;
- mudança do padrão de acessibilidades a nível nacional;

- construção de grandes infraestruturas metropolitanas;
- seis condicionantes e potencialidades básicas do processo de desenvolvimento da região,

Condicionantes e potencialidades

- necessidade de uma perspectiva ibérica e europeia, articulada com as vertentes africana e americana do contexto atlântico;
- Lisboa como pólo - chave da inserção de Portugal na Europa;
- importância dos serviços, transportes e comunicações;
- vocação da AML como pólo cultural internacional;
- articulação entre o desenvolvimento da AML e o ordenamento global do território nacional;
- necessidade de a AML ganhar peso específico nos níveis onde deve competir na rede urbana internacional, ao mesmo tempo transferindo massa e poder para outros níveis do contexto urbano português;

concluindo por seis objectivos gerais de ordenamento,

Objectivos gerais de ordenamento

- negar a megalopolis e promover a integração regional;
- promover a integração territorial e o desenvolvimento urbano;
- promover o desenvolvimento económico e social;
- promover a valorização dos recursos naturais e do património histórico e cultural;

- promover a identificação das populações com os lugares e com a AML;
- criar um quadro institucional para a AML que responda eficazmente aos objectivos enunciados.

2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DE OEIRAS

O concelho de Oeiras, localizado na Península de Lisboa, na periferia imediata da cidade, conheceu ao longo da sua história uma evolução estreitamente associada à dinâmica de transformação desta :

- local de fuga privilegiada da aristocracia no período áureo do século XVIII;
- local de fuga desqualificada e suburbana entre o fim dos anos 50 até ao início dos anos 80, assumindo, sobretudo nos anos 60 e 70, uma nítida função de dormitório de Lisboa;
- local beneficiado por processos de realocização de actividades económicas, a partir da década de 80, integrando-se numa lógica de recomposição do núcleo central da AML.

2.1 Integração e Caracterização Física

O território do concelho faz parte e reflecte um contexto mais alargado que resulta, nos seus aspectos físicos, das suas unidades paisagísticas fundamentais - as bacias hidrográficas - que se estendem aos concelhos vizinhos de Sintra, Cascais, Amadora e Lisboa.

Estas unidades paisagísticas são marcadas pela existência dos vales profundos da Ribeira da Lage, Ribeira de Barcarena e Ribeira do Jamor que, rasgando o território em direcção ao rio, criam uma estrutura fundamental de relação espacial com os concelhos vizinhos e com a orla costeira.

A extensão da costa, dentro dos limites do concelho, é de cerca de 11 km, constituindo uma Frente Ribeirinha que forma uma baía suave virada a sul e que, no troço final do estuário do Tejo - espaço de encontro entre o rio e o mar - detém um valor cénico notável.

Com expressão assinalável ao nível da margem norte da AML, é de destacar a existência significativa de áreas livres para ocupação urbana, alguns "espaços abertos" (espaços verdes) de importância supra-concelhia (algumas áreas de servidão militar, o Estádio Nacional e a Estação Agronómica), e solos de excelente qualidade do manto basáltico de Lisboa.

A malha da rede de estradas, de função regional, não está completa, o que se traduz numa fraca mobilidade dentro da região, com a excepção da acessibilidade ao centro da cidade de Lisboa - através da AE do Estoril e do caminho de ferro - mesmo assim deficiente (congestionamento, ausência de boas alternativas de transporte público rodoviário).

2.2 Desenvolvimento Urbanístico

Até aos anos 50 o padrão de ocupação é marcado pela ruralidade e pelas actividades de recreio e lazer na frente ribeirinha.

As quintas, os palacetes e casas senhoriais definiam uma estrutura da propriedade, a que se associava uma população-flutuante essencialmente ligada à época estival, e uma população residente cuja actividade assenta no sector primário.

Nos anos 60 e 70, com a rápida concentração da actividade económica em Lisboa, assiste-se a grandes desequilíbrios urbanísticos em toda a

envolvente da capital, traduzidos na expansão suburbana geradora de desqualificação dos padrões de vida e dos sistemas económico e cultural.

É neste período que o concelho conhece um crescimento demográfico acelerado e que ocorrem a expansão de manchas de habitação degradada, bem como os maiores congestionamentos ao nível das infraestruturas.

A partir da década de 80, apesar da dinâmica urbanística do concelho continuar de alguma forma marcada pela situação periférica relativamente a Lisboa, o crescimento de Oeiras evoluiu para uma cada vez maior autonomia, atenuando as características de suburbanização.

Tal facto é fundamentalmente devido às realizações empreendidas ao nível do melhoramento das acessibilidades regionais (prolongamento da AE até Cascais, CRIL, CREL ...), e ao processo de localização de novas actividades decorrente, no essencial, da reestruturação do tecido económico¹ e da evolução do mercado imobiliário².

¹ Em particular, reorganização e deslocação para a periferia de serviços centrais de grandes empresas e grupos económicos.

² Crescimento da oferta de solo em Oeiras, de acordo com linhas estratégicas definidas no Plano Director Municipal, em contraste com a crise no mercado de Lisboa.

2.3 Espaços industriais (actividades económicas) no contexto intermunicipal

Relativamente ao conjunto dos quatro concelhos integrantes da “Comissão Técnica Intermunicipal” (ver ponto 4 - Comissão Técnica Intermunicipal), Oeiras, Amadora, Cascais e Sintra, atente-se às figuras das páginas seguintes.

Estas figuras, tais como os comentários que se seguem, são reproduzidos da “Avaliação do PDM” (1996) elaborada pelo Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Oeiras.

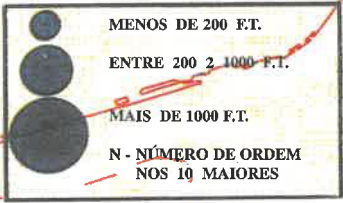
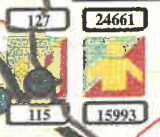
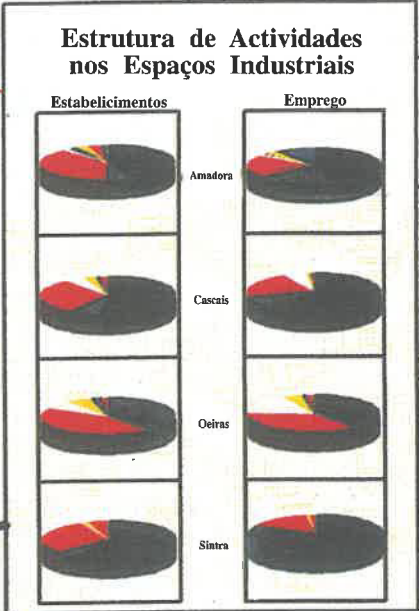
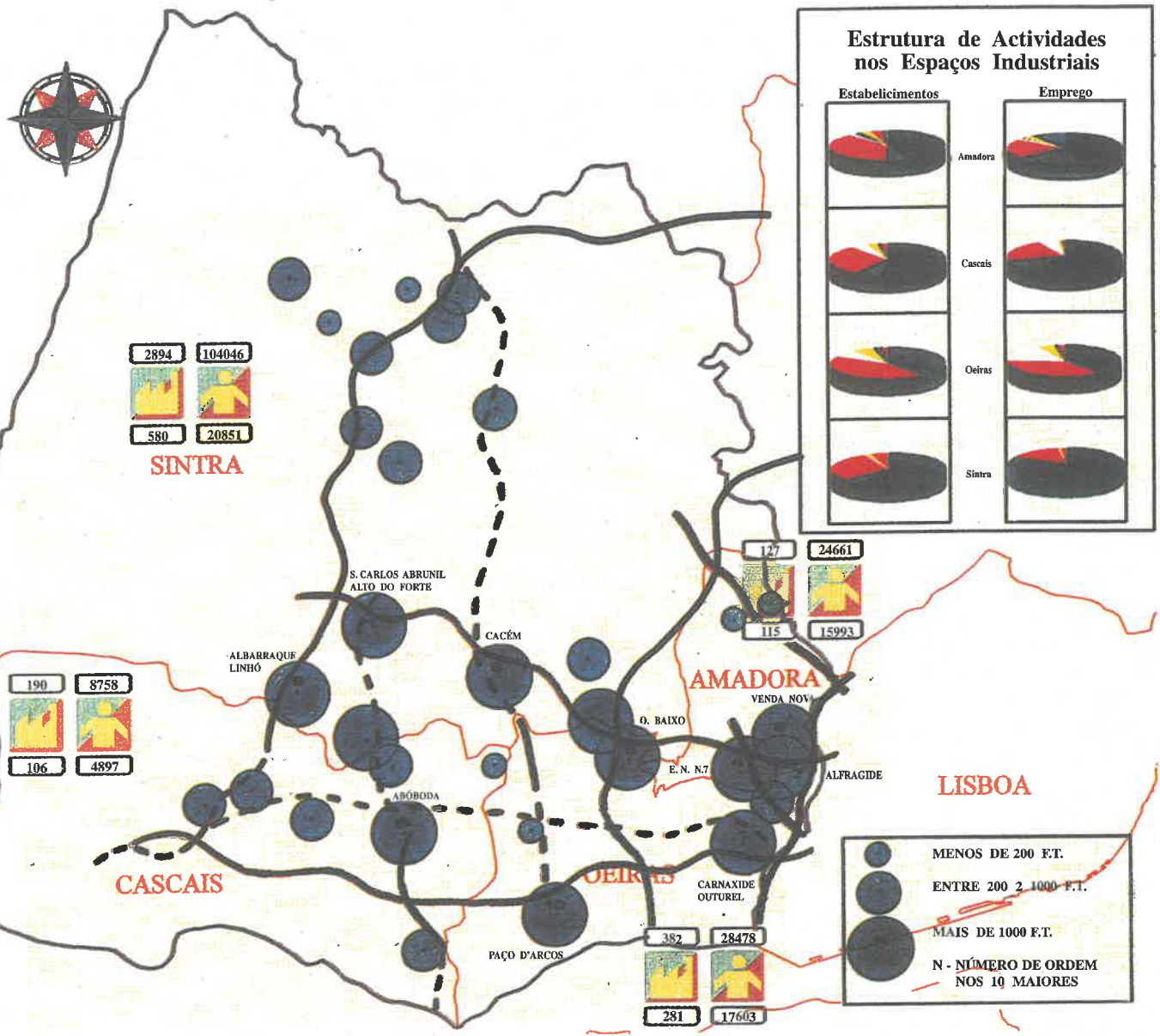
“(…)

Como suporte ao desenvolvimento das actividades económicas, situadas em espaços industriais, destaca-se o IC 15 (AE 5) e o IC 19 / EN 17, que reformulam e articulam longitudinalmente o território intermunicipal com a capital, num sistema convergente relativamente a Lisboa. A completar esta componente radial, interpõe-se a programada Via Longitudinal Norte, com um posicionamento intermédio, numa escala metropolitana.

Em complementaridade, e com funções de rebatimento, desenvolvem-se as Circulares Regionais Interna e Externa de Lisboa e a Via de Cintura da AML, secundadas em termos de programação pelas Variantes às EN 249.3 e EN 249.4, localizadas entre as Circulares Regionais e a Via de Cintura.

(…)

A localização industrial, além da sua dependência em relação à rede de acessos, teve também como base o factor proximidade relativamente aos locais de consumo, correspondendo numa primeira fase ao anel mais



CAE (rev2) ACTIVIDADES

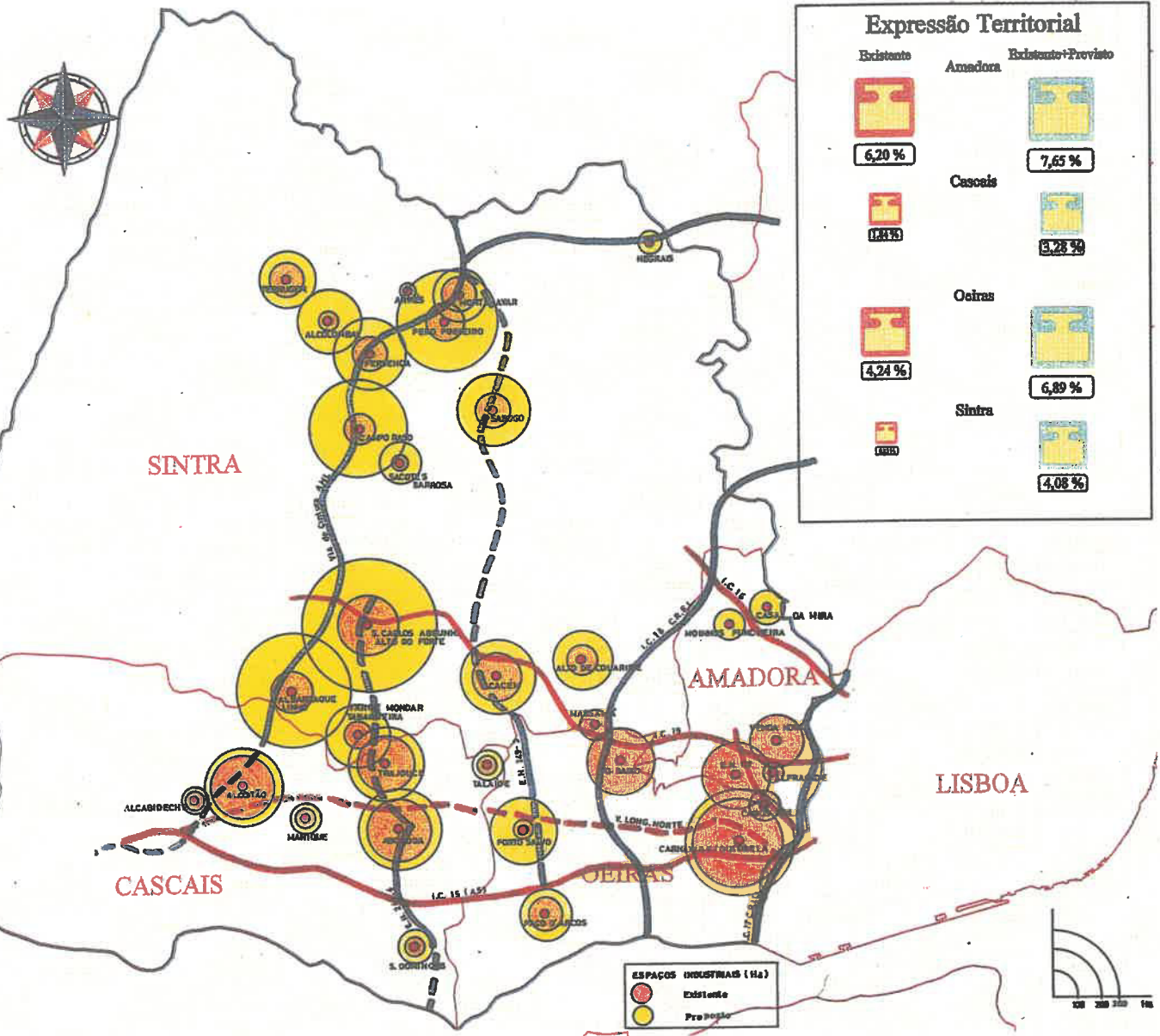
- D - Indústrias transformadoras
- F - Construção
- G - Comércio pequeno, grosso e a retalho
- I - Transportes, armazéns e comunicações
- J - Actividades Financeiras
- K - Act. imobiliárias e ser. prestados às empresas
- L - Administração Pública, defesa, segurança social obrigatória
- O - Outras actividades de serviços colectivos sociais e pessoais

- Existente + Previsto
- Indústria**
- Existente
- Existente + Previsto
- Emprego**
- Existente

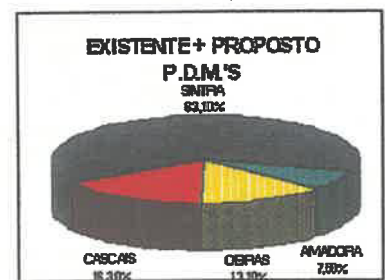
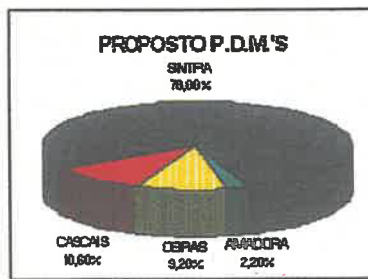
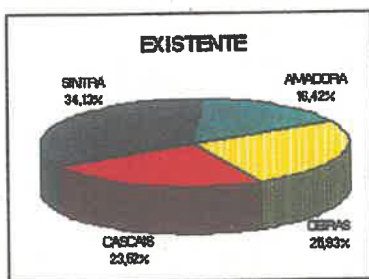
Rádios de Dimensão e Qualificação	Empresas de mais 160 Trabalhadores por Km2 em Espaço Industrial	Empresas Incluídas em Listagem do Topo Económico por Km2 em Espaço Industrial
Amadora	24,64	33,72
Cascais	4,21	5,41
Oeiras	16,99	32,83
Sintra	3,7	6,9

FONTE: G.D.M. - GABINETE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL / C.M.O. PDM AVALIAÇÃO 96

SUPORTE DIGITAL: G.E. - GABINETE DE ESTUDOS / C.M.O.



Distribuição por Concelho do Espaço Industrial Intermunicipal



FONTE: G.D.M. - GABINETE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL / C.M.O. PDM AVALIAÇÃO 96

SUPORTE DIGITAL: G.E. - GABINETE DE ESTUDOS / C.M.O.

próximo da capital, de que podemos considerar as áreas de Carnaxide / Outorela, Cabos d'Ávila, Alfragide, EN 117 e Venda Nova.

Numa segunda fase, o processo de migração sucessiva relativamente à capital tem como motor o alargamento do perímetro da cidade, o desenvolvimento económico e a satisfação de novas necessidades. Nesta fase podemos considerar as áreas de Queluz, Massamá, Paço de Arcos, Porto Salvo e Cacém, remetendo para uma área ainda mais alargada, onde se acentuam grandes áreas de expansão, que abrangem as zonas industriais de Abóbada, Trajouce, varge - Mondar, Albarraque, S.Carlos - Abrunheira - Alto do Forte, Sabugo, Campo Raso - Ral, Fervença, Pero Pinheiro - Morelena e montelavar.

(...)

Além da rede viária, outros factores de localização devem ser considerados, citem-se a título de exemplo as características locais ou regionais relacionadas com a disponibilidade de recursos naturais, caso das empresas ligadas à indústria extractiva e transformadora de pedra, no concelho de Sintra, nomeadamente em Pero Pinheiro e Montelavar, ou mesmo por questões de tradição / especialização, como as empresas gráficas e farmacêuticas em Queluz de Baixo.

(...)

A expressão territorial dos espaços industriais ao nível concelhio, evidencia um maior peso desta tipologia nos dois concelhos mais próximos de Lisboa, com predominância da Amadora em termos dos espaços existentes, mas com tendência a atenuar-se caso se concretizem as previsões contidas nos respectivos Planos Directores.

Num segundo nível situam-se Cascais e Sintra, com predominância no momento actual de Cascais, situação que se inverterá no final da vigência dos PDMs, a materializarem-se as expansões previstas.

(...)

Naturalmente, as zonas industriais com maior capacidade de expansão correspondem, em geral, a espaços industriais de dimensão pequena ou média.

(...)

Em termos simples, os concelhos que mais e mais cedo apostaram no desenvolvimento industrial / empresarial, através da oferta desta tipologia de solo, são aqueles que, a nível de PDM, revelam menor capacidade de expansão. Os concelhos menos especializados neste domínio não só têm maior disponibilidade espacial para reforçar a sua oferta como, em termos económicos, o desenvolvimento da AML e a progressiva migração das actividades estimulam essa transformação”.

2.4 O PDM de Oeiras

O Plano Director Municipal de Oeiras, em vigor desde 1993, identificou condicionantes e potencialidades específicos do desenvolvimento do Concelho,

Condicionantes e potencialidades

- linhas de expansão da AML contrárias à localização em Oeiras (reorientação de fluxos de mercadorias e pessoas);
- nova travessia do Tejo e Expo'98;

- orientação da localização industrial para a margem sul da AML e, a norte, para espaços suburbanos ao longo dos novos eixos norte e oeste;
- melhor acessibilidade de Oeiras (auto-estrada do Estoril, CREL, CRIL, melhor acesso ao aeroporto);
- tendência unidireccional (no sentido de Oeiras) da melhoria da acessibilidade, comparativamente mais favorável à atracção de empresas que à atracção de novos residentes

definiu cinco grandes vectores estratégicos,

Vectores estratégicos

- atracção do terciário económico superior;
- funções de ensino superior, investigação e de suporte às indústrias do futuro, tendo como instrumento principal o Parque de Ciência e Tecnologia;
- afirmação como espaço residencial de qualidade e prestígio;
- localização de serviços especializados às empresas e populações;
- localização de serviços qualificados às populações;

e identificou seis linhas estratégicas de actuação

Linhas estratégicas de actuação

- controle do crescimento populacional;
- atracção selectiva de novas empresas (serviços avançados, indústrias “do futuro”);

- organização urbana reforçando a identidade dos aglomerados e impedindo a proliferação de urbanizações estranguladoras das redes e equipamentos de serviço às populações e actividades económicas;
- criação de equipamentos e infraestruturas necessários à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida das populações;
- valorização do património cultural e paisagístico;
- erradicação dos bairros degradados de barracas.

3. CONDICIONANTES AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.1 Questões ligadas ao desenvolvimento integrado da AML e concelhos vizinhos

Apesar de se ter verificado uma maior autonomia no desenvolvimento do Concelho face à metropolização e dependência da cidade de Lisboa, o emprego e o trabalho fora do Concelho mantêm forte condicionante ao desenvolvimento sustentável.

De igual modo alguns programas só serão possíveis com a cooperação e interacção dos concelhos vizinhos, como sejam: ambiente, controlo da poluição, transportes e rede viária, infraestruturas básicas ligadas à saúde, comunicações, etc.

3.2 Jurisdição de espaços e equipamentos por entidades externas ao concelho

Verifica-se actualmente que uma parte importante do território se encontra com jurisdição de entidades externas ao Concelho e abrangendo instalações militares, nomeadamente os fortes da orla costeira, Estação Agronómica e Estádio Nacional, obrigando a uma estreita colaboração para harmonizar e integrar esses espaços e equipamentos no planeamento e desenvolvimento local.

3.3 Espaço aberto na Área Metropolitana de Lisboa

Mesmo tendo em conta as medidas e orientações inseridas no PDM, no sentido de possibilitar um desenvolvimento estratégico definido para o Concelho, torna-se muito complexo o controlo de vectores que interaccionam o território pelo facto de ser "aberto".

Um espaço urbano aberto e gerador de melhores condições de vida situado numa extensa área metropolitana com desenvolvimentos desiguais, potencia através da pressão exterior, fenómenos sócio-económicos não previstos e difíceis de conter, como a criminalidade, toxicodependência, exclusão social.

O diagnóstico de situações com tais características e a tomada de medidas conjuntas com outros concelhos vizinhos, através de órgãos interconcelhios já existentes, parece ser uma das vias pela qual se poderá garantir a continuação de um espaço aberto evitando por outro lado os riscos e efeitos não desejáveis,

3.4 Gestão dos recursos hídricos e as características hidrográficas do concelho

As características físicas do território, no que diz respeito aos recursos hídricos, tem tido uma influência decisiva no ordenamento e ocupação humana.

Os vales e respectivas ribeiras marcam de forma incisiva uma boa parte da situação física e social dos aglomerados do Concelho, sendo necessária e já prevista a sua requalificação e regularização, a fim de diminuir riscos naturais e riscos ambientais.

Acontece que, encontrando-se situado o Concelho na parte final da rede hidrográfica e bacia, todas as consequências de uma má gestão dos recursos hídricos a montante se repercutem de forma concentrada e imponderável no seu território.

Obras como o interceptor do sistema de saneamento da Costa do Estoril, ou medidas previstas na gestão integrada das bacias hidrográficas,

atenuarão as incidências negativas que cumulativamente recaem no território do Concelho.

Fazer face ao risco frequente das cheias, da má qualidade da água ou diminuição da qualidade ambiental, torna-se indispensável a prática de uma gestão integrada dos recursos por bacia hidrográfica, na perspectiva de desenvolvimento sustentável e da minoração para o Concelho de factores externos que dificultam a execução da estratégia prevista.

4. COMISSÃO TÉCNICA INTERMUNICIPAL

A Comissão Técnica Intermunicipal é uma estrutura que visa a resolução de problemas comuns e envolve, para além do concelho de Oeiras, os concelhos de Cascais, Sintra e Amadora. As acções que têm vindo a ser privilegiadas relacionam-se com os problemas ligados com :

- a gestão das bacias hidrográficas
- a necessidade de uma rede viária estruturante

Das problemáticas agendadas, destacam-se:

- a regularização das ribeiras
- o desenvolvimento conjunto de uma rede viária intermunicipal
- as actividades económicas

A um nível mais global procura-se desenvolver uma prática que permita:

- abordagens concertadas;
- maior capacidade de influência junto da Administração Central e Órgãos Regionais;
- otimizar o peso dos 4 concelhos no contexto da concorrência entre cidades e regiões.

Encontram-se já realizados, ou estão em curso, trabalhos dos domínios de acção principal acima referidos, tendo-se dado particular importância à definição de prioridades de intervenção no campo das bacias hidrográficas, em função dos riscos de cheias e (ou) níveis de poluição mais elevados.



Oeiras XXI



Sistema económico

B - DESENVOLVER NO PRESENTE, GARANTINDO O FUTURO

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. GESTÃO URBANA E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL	6
3. NOVAS FUNÇÕES URBANAS ESTRATÉGICAS.....	10
4. O AMBIENTE COMO OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO.....	13
5. PROGRAMAS DE EMPREGO DE INICIATIVA LOCAL E MUNICIPAL	19
6. A CÂMARA MUNICIPAL COMO AGENTE ECONÓMICO E O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	29





OEIRAS XXI - Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável

1. INTRODUÇÃO

Factores de atracção de novas empresas

Não beneficiando de incentivos específicos de base regional, como acontece em Oeiras, a capacidade de atracção de empresas por parte de uma região dependerá de factores como

- factores locacionais
 - ⇒ acessibilidade, proximidade de infraestruturas de transporte multimodais (ligações inter-regionais e internacionais);
 - ⇒ proximidade de mercados de consumo
 - ⇒ integração num ambiente favorável à instalação de novas empresas - possibilidade de desenvolvimento de sinergias com outros agentes económicos (fornecedores, clientes, cooperação em negócios), disponibilidade de recursos humanos com as qualificações requeridas, existência de uma boa rede de serviços às empresas (técnicos, comerciais, financeiros)
 - ⇒ disponibilidade de uma boa rede de telecomunicações
- características do mercado imobiliário - preços, qualidade e diversidade da oferta disponível (terrenos e instalações)
- e também frequentemente, no caso de construção de novas instalações, maior ou menor facilidade do processo de implementação do projecto (nomeadamente toda a tramitação junto da Autarquia e outras entidades eventualmente envolvidas).

Vantagens específicas de Oeiras

Globalmente, a Área Metropolitana de Lisboa beneficia das vantagens locacionais referidas, mas Oeiras tem especificidades importantes de assinalar.

No que se refere à acessibilidade,

- proximidade do centro de Lisboa;
- atravessamento pelos eixos viários Lisboa - Cascais, CRIL e CREL, proximidade do eixo Lisboa - Sintra e dos acessos norte à Ponte sobre o Tejo;
- nos transportes públicos, linha Cascais - Sintra (mas menor qualidade nos transportes colectivos rodoviários)

No respeitante à proximidade dos mercados de consumo, Oeiras está integrada no eixo residencial “nobre” Lisboa - Cascais, com uma média de poder de compra elevada no contexto da AML¹.

Intervenção da Autarquia

Finalmente, refiram-se o dinamismo e as características do mercado imobiliário local, aos quais não foi certamente indiferente a “agressividade” da intervenção da Autarquia na atracção de investimentos, aliás na linha da concretização de orientações estratégicas propostas pelo Plano Director Municipal, promoção da imagem do Concelho, reformulação de processos e incentivo ao empenhamento dos diversos serviços envolvidos no licenciamento dos investimentos.

¹ Oeiras ocupava o 6º lugar em termos de “índice de poder de compra per capita”, atrás de Lisboa, Porto, S.J.Madeira, Faro e Cascais (Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio, INE, 1993).

Segmentos mais competitivos

Este conjunto de circunstâncias explica a forte competitividade de Oeiras num leque relativamente estreito de actividades económicas e tipologia de empresas,

- sector da distribuição e comercialização: grandes superfícies (comércio não especializado, caso dos hipermercados) e grandes “lojas” (comércio especializado, caso da informática);
- serviços centrais administrativos, comerciais, etc. (o “back-office”) de grandes empresas e grupos económicos;
- empresas de serviços especializados, fortemente empregadoras de quadros qualificados, e sem necessidade de contacto directo com o “grande público”;

sectores que na sua generalidade tiveram grande desenvolvimento a partir da década de 80, durante a qual se registou o “boom” dos sectores financeiro e segurador, distribuição, telecomunicações, informática, serviços às empresas, etc., e se assistiu a uma significativa reestruturação global do tecido económico (fusões e aquisições, investimento estrangeiro, reorganização de grupos económicos, etc.).

Oeiras terá provavelmente sido um dos concelhos portugueses com maior crescimento económico nas duas últimas décadas, quer em volume de negócios, quer em criação de postos de trabalho.

Este sucesso tem certamente muito a ver com a intervenção da Autarquia na implementação de estratégias definidas no Plano Director, que já previa o crescimento daqueles sectores e apostava, ao nível do

ordenamento do território, na criação de condições para uma oferta de solo com a qualidade adequada às novas exigências.

A crise do mercado em Lisboa

Mas aquele sucesso tem também a ver com a crise do mercado na cidade de Lisboa, que não teve capacidade para criar oferta que desse resposta à nova procura emergente. Pense a caricatura, o sucesso das Amoreiras chocou e paralizou Lisboa, transferindo o mercado para Oeiras, que surgia como que a expansão "natural" da cidade, a ocidente.

O sistema económico

O crescimento do tecido económico de Oeiras acabava no entanto por surgir como parte de um sistema de âmbito mais vasto (regional, nacional), com pouco impacto no consumo de recursos locais (mesmo ao nível dos recursos humanos), e fraca capacidade de dinamização de actividades locais outras que não apenas o comércio e restauração de apoio à nova população flutuante.

O relacionamento das novas empresas com os recursos do Concelho limitava-se assim, essencialmente, à utilização do solo e à re-assimilação dos resíduos sólidos produzidos.

Neste sentido, é-se tentado a considerar parte importante do tecido empresarial localizado no Concelho como estando de facto "fora" do "sistema económico de Oeiras", este permanecendo no essencial constituído por

- o conjunto dos estabelecimentos comerciais e empresas de serviços, normalmente de muito pequena dimensão, que trabalham para a comunidade local;

- o conjunto dos proprietários e promotores que investem no negócio imobiliário (oferta de solo infraestruturado, construção), certamente uma das actividades económicas mais significativas do concelho¹;
- a Câmara Municipal, um dos principais empregadores do concelho e seguramente o maior investidor em Oeiras (e “de Oeiras”)².

Investigação e ensino

Cumpre notar também a tradição de Oeiras relativa à localização de instituições ligadas à investigação e ensino especializado, estas também regra geral de âmbito regional ou nacional, constituindo o recente Parque de Ciência e Tecnologia uma experiência interessante de tentativa de articulação entre o sistema empresarial e a comunidade técnica e científica.

¹ Tomando como referência a Sisa cobrada em Oeiras, cerca de 2,1 milhões de contos por ano (receita média anual no período 1992 - 1995), pode-se imaginar que as transacções imobiliárias terão atingido valores médios anuais superiores a 30 milhões de contos. Compare-se este valor com o volume de negócios em 1995 de algumas das grandes empresas presentes no concelho, referidas na publicação “1000 Maiores Empresas”, Diário de Notícias, Outubro 96 (os valores referem-se aos grupos empresariais como um todo, e não apenas às suas actividades especificamente exercidas em Oeiras) - Pão de Açúcar (224 milhões de contos), Makro (121), Pingo Doce (100), Nestlé (47), Sumolis (21), Tetra Pak (19), SIC (17).

² Ver mais adiante capítulo “6 - A Câmara Municipal como agente económico e o financiamento do desenvolvimento sustentável”

2. GESTÃO URBANA E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Oeiras apostou, com sucesso, na afirmação como espaço de qualidade para instalação de actividades terciárias, tendo conseguido atrair um número significativo de actividades em segmentos específicos que registaram forte crescimento nas duas últimas décadas.

Apesar do “arrefecimento” generalizado da economia portuguesa, que não deixou de afectar também os segmentos em que Oeiras se especializou, é natural que estes mantenham um ritmo de crescimento superior à média e continue assim a haver uma procura relativamente regular de localizações “nobres” para actividades terciárias.

Lisboa e a Expo'98

O que entretanto mudou significativamente foi o contexto da concorrência inter-regional, particularmente a capacidade competitiva de Lisboa, onde está a surgir oferta de qualidade aparentemente capaz de “desviar” alguns dos segmentos da procura potencial de Oeiras.

A Expo'98 é neste aspecto particularmente importante, talvez não tanto por se tratar da abertura da expansão oriental da cidade (Oeiras continuará provavelmente a ser mais competitiva pela sua integração no eixo residencial nobre Lisboa - Cascais¹), mas porque virá certamente a dispor de “estímulos” político-institucionais de que Oeiras não beneficiará.

¹ Haverá talvez que dar atenção à evolução da zona ribeirinha ocidental de Lisboa que, esta sim, seria fortemente concorrencial face a Oeiras.

Diversificação

Pensa-se assim que a manutenção do crescimento das actividades económicas em Oeiras terá também que passar por uma diversificação dos segmentos da procura em que o Concelho se especializou, com base no pressuposto - que se julga realista - da competitividade de Oeiras baseada na acessibilidade, na centralidade face ao eixo Lisboa - Cascais com maior poder de compra e na manutenção de padrões de qualidade da oferta de solo infraestruturado.

Sendo difícil "adivinhar" quais os novos segmentos a privilegiar, não se queria deixar de apresentar algumas sugestões.

Um dos sectores que seguramente terá maior crescimento é o das actividades relacionadas com o ambiente, desde os fornecedores de equipamentos às indústrias de reciclagem de resíduos, passando pelos serviços de consultadoria. Este ponto será desenvolvido mais adiante.

Como hipótese de diversificação seria interessante pensar nas empresas comerciais que integram uma componente "industrial" - tipicamente os importadores de automóveis¹ ou de pequenos equipamentos que façam montagem de componentes ou acabamentos específicos (pintura, embalagem e rotulagem, etc.), os fornecedores de equipamentos com necessidade de serviços de assistência técnica bem localizados (electrodomésticos, aparelhagens vídeo e áudio), etc.

¹ Como a Peugeot Portugal em Alfragide: oficinas centrais e grande stand de exposição.

Outra hipótese é a do mercado das pequenas e médias empresas de serviços (consultadoria, projecto, informática, etc.), que procuram escritórios com áreas relativamente reduzidas (entre 150 e 300 m²) e normalmente não necessitam de grande centralidade.

Ainda uma vertente possível, constituindo uma procura semelhante à anterior em termos de área (mas frequentemente com exigências técnicas de construção específicas), é a dos consultórios médicos e análises clínicas, aproveitando a proximidade ao “conjunto hospitalar ocidental” (Amadora, Carnaxide, Restelo e mesmo Santa Maria), e a centralidade face ao eixo Lisboa - Cascais.

Preços dos terrenos

A necessária diversificação da especialização de Oeiras pode ser limitada pelo nível dos preços dos terrenos, que estarão ainda adequados à gama alta da procura (mercado das grandes superfícies, das grandes empresas de serviços, etc.), mas serão provavelmente elevados para o perfil de alguns dos segmentos alternativos apontados, que necessitam de associar às áreas de escritórios e comerciais componentes de armazenagem e (ou) oficina industrial ¹.

Haverá que proceder a uma gestão urbana cuidadosa que viabilize o aparecimento de oferta mais barata de terrenos, sob pena de restringir o leque de hipóteses da necessária diversificação empresarial.

Mas para Oeiras manter competitividade na atracção de novas empresas é também importante manter e melhorar a qualidade das áreas já

¹ Tal já não acontecerá relativamente às sugestões envolvendo PME's e profissões liberais. O facto de se tratar de uma procura de áreas menores permite um preço de venda por metro quadrado construído maior, o que significará maior rentabilidade da operação e, no limite, poderá pressionar o aumento dos preços dos terrenos.

preenchidas, e particularmente corrigir alguns problemas surgidos ao longo desse processo.

Acessibilidades e transportes

De facto, o ritmo de instalação de novas empresas e instituições em Oeiras terá sido mais rápido que o dos necessários equipamentos e estruturas de suporte, particularmente evidente em situações pontuais de deficientes acessibilidades locais (rede viária), condições de circulação e estacionamento, e qualidade do serviço de transportes colectivos às novas zonas de emprego, e nalgumas situações com prejuízo da qualidade de vida em zonas que passaram a ser atravessadas por fluxos de tráfego (passageiros e mercadorias) crescentes.

Trata-se de situações que urge resolver, de forma a manter a qualidade do meio urbano que se pretende seja a imagem (e a realidade quotidiana) de Oeiras.

Relativamente aos transportes colectivos, no entanto, reconheçam-se as dificuldades de viabilização de alternativas ao transporte privado (o nível qualitativo médio elevado dos novos postos de trabalho terá maior propensão à utilização de transporte individual).

3. NOVAS FUNÇÕES URBANAS ESTRATÉGICAS

Local de residência, local de emprego

A desarticulação entre a função residencial e a função emprego - a maior parte dos residentes trabalha fora do concelho¹, e supõe-se que parte significativa dos novos postos de trabalho criados é ocupada por não residentes² - continuará certamente a verificar-se, não fazendo aliás sentido pensar em Oeiras como um espaço onde o equilíbrio entre essas funções possa sequer existir.

Mercado habitacional

Tendencialmente, no entanto, é razoável admitir que os novos empregados no Concelho venham a procurar aí residência, o que abrirá novas frentes no mercado habitacional, nos seus segmentos médios e elevados, que a gestão urbana deverá acompanhar (antecipar).

Equipamentos

A persistência do desequilíbrio funcional residência - emprego, ainda que tendencialmente minorável, obrigaria em princípio a uma estratégia de investimento em equipamentos e infraestruturas especificamente visando a população que trabalha no Concelho, as "áreas de emprego", por contraste com a programação virada para os residentes.

¹ De acordo com o Censo 91, cerca de 60% dos activos residentes em Oeiras trabalhavam em concelhos vizinhos e 5% noutras zonas (dados fornecidos pelo Gabinete de Estudos da C.M.Oeiras).

² Não existindo informação sobre este aspecto, a suposição baseia-se no peso importante das empresas que mudaram as instalações para Oeiras, ou seja; houve sobretudo transferência de localização de postos de trabalho, e não tanto recrutamento de novos empregados.

O facto de a programação em Oeiras dimensionar equipamentos e infraestruturas para o pleno preenchimento da capacidade residencial planeada, ainda não atingida, torna menos premente aquela necessidade - haverá provavelmente excessos de capacidade capazes de absorver a procura adicional induzida pelos novos empregos criados, e a própria rotação de gerações vai libertando equipamentos potencialmente utilizáveis para fins diferentes dos inicialmente planeados (fenómeno mais frequente, tendencialmente, nos equipamentos para as gerações mais novas, como creches e escolas primárias).

As próprias características da população “flutuante” (empregados residentes fora do Concelho) serão semelhantes às dos activos residentes, pelo que a oferta existente estará à partida adaptada ao perfil de exigências da nova procura potencial.

De qualquer forma, se a sobre-capacidade pode existir globalmente face ao conjunto das necessidades, é natural que sejam diferentes, e porventura geograficamente distantes, as zonas concretas de ocorrência das situações de sobre-capacidade e de carência - por exemplo, uma creche vazia em Oeiras não cobre carências de Carnaxide.

Afigura-se assim importante acompanhar a evolução das carências que eventualmente venham a ocorrer nas áreas de concentração de emprego, de forma a poder, se vier a verificar-se necessário, integrá-las na programação geral de equipamentos e infraestruturas, mantendo assim uma boa qualidade de serviço das populações residente e flutuante.

Cultura, desporto, lazer

A nova população flutuante aumenta o mercado local potencial dos equipamentos de cultura, desporto e lazer, que permitirá porventura viabilizar novos investimentos, ainda que num contexto de forte concorrência por parte de Lisboa e mesmo Cascais¹.

O estudo da oportunidade destes investimentos terá que atender aos impactos possíveis da Expo'98, bem como do conjunto de iniciativas previstas para Cascais (que o "boom" da 24 de Julho e das docas lisboetas entretanto relegou para segundo plano). O lazer, sobretudo "a noite", tem sido um negócio florescente, mas pressente-se que o mercado poderá brevemente atingir os seus limites.

Na zona oriental (Algés, Dafundo, Cruz Quebrada), Oeiras poderia talvez beneficiar da proximidade do "eixo de lazer" ribeirinho lisboeta, e tentar prolongar o sucesso deste para o seu concelho².

Seria igualmente interessante estudar as hipóteses de sinergias com o Estádio Nacional, que no entanto o actual contexto institucional afasta totalmente da esfera de intervenção da Autarquia.

¹ Oeiras, encaixada entre Lisboa e Cascais, sempre foi relativamente pobre nas áreas culturais e de lazer, embora tenha conhecido um período animado na altura do Casino.

² O que implica articulação institucional com as tutelas da zona ribeirinha.

4. O AMBIENTE COMO OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

Um dos sectores que previsivelmente conhecerá maior crescimento nos próximos anos é o das actividades ligadas ao ambiente, “o negócio do século XXI”, quer na vertente de intervenção de empresas privadas em domínios que até agora estavam reservados à administração central e local (como a gestão de recursos e a recolha e tratamento de resíduos sólidos), quer na vertente de venda de equipamentos, materiais e serviços relacionados com o ambiente (sistemas de tratamento, sistemas de recolha e transporte, consultadoria, etc.).

Concretamente em Oeiras, pensa-se que as oportunidades de negócio se prenderão essencialmente com a recolha e tratamento de resíduos sólidos, a construção e manutenção de espaços verdes, e possivelmente também algumas indústrias de reciclagem.

Recolha e tratamento de resíduos sólidos

A “política dos 3 R’s” (reduzir, recuperar, reciclar) traduz-se, no domínio dos resíduos sólidos urbanos (os resíduos industriais e os hospitalares têm normalmente circuitos autónomos), na implementação de sistemas de recolha selectiva que, com maior ou menor nível de separação na origem¹, obrigam à multiplicação e diversificação dos contentores, quer em cada fogo (sacos de plástico e pequenos contentores de dimensão e cores diferentes), quer na rua (o “vidrão”, o “papelão”, etc.).

¹ Normalmente os sistemas mais simples limitam-se a separar papel e vidro dos restantes resíduos, os mais elaborados separam na origem também o metal e os plásticos e chegam a separar tipos diferentes de cada material (o papel do cartão, o vidro branco do amarelo e do verde, o alumínio do ferro, etc.).

Os sistemas de recolha evoluem, quer no equipamento (veículos multi-contentor, ou especializados num determinado tipo de contentor), quer nos circuitos (racionalização dos pontos de recolha e dos circuitos que os percorrem, pontos de concentração - "ecopontos", estações de transferência, etc.).

Surgem também as estações de triagem, com operações mais ou menos elaboradas em função do nível de desagregação e da eficácia da separação na origem. Os materiais triados, que cumpram as exigências de qualidade requeridas (nível de separação dos materiais, grau de limpeza, etc.), são enviadas aos recicladores. Oeiras tem neste momento a experiência-piloto de Queijas (recolha selectiva e triagem).

As lixeiras tradicionais são substituídas por aterros controlados (com eventual aproveitamento económico do biogás), e surgem alternativas de tratamento como a compostagem (Oeiras tem a estação de Trajouce) e a incineração¹.

Construção e exploração de infraestruturas

Os grandes investimentos infraestruturais (o aterro controlado, a estação de triagem, a incineradora, a compostagem, etc.) dão regra geral origem a negócios pontuais nas várias fases do projecto (concepção, construção e exploração, por vezes estas três em conjunto), despoletados por iniciativas inter-municipais ou governamentais e "reservados" às grandes empresas internacionais detentoras de tecnologia, normalmente associadas a construtores portugueses.

¹ No caso específico da incineração, pensa-se ser um dado adquirido que a região de Lisboa só disporá de uma central, a Valorsul, cujo projecto envolve apenas os concelhos de Lisboa, Amadora, Loures e Vila Franca de Xira.

O interesse fundamental para a Autarquia reside sobretudo na libertação dos encargos com o investimento¹ e na possibilidade de concessão da exploração do projecto.

As receitas da exploração do projecto têm normalmente origem no preço que a Autarquia paga por cada tonelada de resíduos tratada², e que é repercutido, directa ou indirectamente, sobre os munícipes.

Tratando-se frequentemente de projectos tecnicamente pouco flexíveis³, e “monopolistas” na região em que intervêm⁴, existe necessidade de controle do risco de aumentos imprevistos nos custos ou quebras nas receitas, originados por eventuais problemas de conceito ou gestão, pela repercussão que inevitavelmente terão no aumento do preço pago pelo tratamento dos resíduos, com incidência posterior na tributação municipal⁵.

¹ Normalmente à excepção dos terrenos para implantação do projecto.

² Os projectos poderão ter outras receitas próprias, como a venda de energia no caso da incineração e do aproveitamento do biogás, ou a venda do produto da compostagem.

³ Ou seja, uma vez implementada uma determinada solução técnica, é muito difícil mudar para outra sem investir num projecto totalmente novo.

⁴ Não há concorrência entre aterros próximos, ou entre incineradoras, nem grande flexibilidade na utilização de soluções alternativas (por exemplo, deixar de utilizar um aterro e aumentar a incineração ou a compostagem, ou vice-versa), sob pena de rupturas graves no sistema regional / nacional planeado para o tratamento dos resíduos.

⁵ Em princípio, os contratos de concessão de exploração deverão prever esta hipótese e obrigar o concessionário a suportar os aumentos de custos que ultrapassarem o ritmo de crescimento contratualmente definido. Em termos práticos, estas cláusulas funcionam se se tratar apenas de um problema de má gestão, mas já não se for erro de concepção do projecto - a estrutura terá que se manter em actividade, seja qual for o concessionário encarregue da gestão. Pode acontecer também que as Câmaras sejam accionistas da sociedade concessionária, pelo que assumirão directamente os custos adicionais, pelo menos na proporção da sua participação.

Tendencialmente, com a redução do afluxo de fundos comunitários, os custos de investimento e exploração destes projectos serão, na parte que não for coberta por receitas próprias, repercutidos integralmente sobre os munícipes, e isso impõe a implementação de critérios rigorosos de racionalidade económica na avaliação dos investimentos e na gestão da sua exploração.

Pensa-se que o que está em causa com estas grandes infraestruturas obriga a um controle rigoroso da sua gestão (e do processo global da sua concepção e construção) por parte da Autarquia que, no cenário provável de “privatização” destes serviços, se terá que traduzir por uma participação significativa na gestão das sociedades concessionárias¹.

Equipamentos de recolha e transporte

O processo de multiplicação e diversificação de contentores, interiores (casas, empresas) e exteriores, a que a implementação de formas selectivas de recolha dará seguramente origem, cria um mercado interessante para os fornecedores deste tipo de equipamentos.

O mercado do equipamento de transportes conhecerá também uma evolução significativa, não necessariamente em termos quantitativos (a racionalização dos circuitos de recolha tenderá a limitar o aumento do número de veículos em actividade), mas sobretudo em termos qualitativos e tecnológicos (adaptação à maior diversidade de contentores e à selectividade da recolha, eventualmente maiores taxas de compactação, etc.).

¹ O que implica participação no capital, embora porventura minoritária desde que assegurado estatutariamente o nível de controle desejado.

Gestão do sistema de recolha e transporte

A autonomia de gestão dos Serviços Municipalizados pode ser aprofundada até à própria concessão a privados (ou subcontratação) da gestão de alguns sectores, designadamente o sistema de recolha e transporte de resíduos sólidos, que pode envolver desde a optimização dos circuitos face às opções tomadas quanto ao nível de selectividade da recolha, até à gestão do parque de viaturas e equipamentos e à gestão do pessoal, porventura passando pela própria disponibilização de equipamentos (viaturas, outros) e pessoal afectos ao concessionário.

O interesse para a Autarquia reside essencialmente na possibilidade de obtenção de economias ao nível do pessoal e equipamentos (investimento e manutenção).

Reciclagem

Pensa-se ser possível atrair para Oeiras algumas indústrias de transformação de matéria-prima reciclada, particularmente nos sectores do plástico (fabrico de mobiliário urbano, materiais de construção, etc.) e do papel (sacos, material de escritório, etc.), integradas no que adiante se designa por “centro de empresas ambientais”.

Construção e conservação de espaços verdes

A progressiva importância dos espaços verdes, quer de âmbito particular (jardins de moradias ou de condomínios), quer de âmbito público, tem permitido o aparecimento de algumas empresas que por vezes cobrem o “ciclo” que vai da concepção e construção do espaço até à sua limpeza e manutenção, incluindo fornecimento de espécies criadas em viveiros próprios.

No domínio dos espaços públicos municipais (ou de gestão pelas Juntas de Freguesia), trata-se de um sector passível de “privatização”.



Centro de empresas ambientais

A aposta no Ambiente que Oeiras quer fazer pode eventualmente traduzir-se na atracção para o concelho de um conjunto de “empresas ambientais” nos mais diversos sectores - gestão de recursos e resíduos, construção e conservação de espaços verdes, consultadoria, fabricação de produtos com materiais reciclados, fornecedores de equipamentos relacionados com o ambiente, etc. -, dando lugar à criação de um “centro de empresas ambientais” (a designação não é aqui relevante) de âmbito local e regional porventura articulado com o Parque de Ciência e Tecnologia e algumas das instituições de investigação e ensino localizadas no Concelho.

5. PROGRAMAS DE EMPREGO DE INICIATIVA LOCAL E MUNICIPAL

Oeiras e o mercado de trabalho da AML

Não existe “mercado de trabalho de Oeiras”, no sentido restrito do Concelho como espaço relativamente independente onde se estabelecem os (des)equilíbrios entre oferta e procura de mão-de-obra.

Nesta óptica, faz mais sentido falar no mercado regional da Área Metropolitana de Lisboa, fortemente polarizado pela Capital no respeitante à oferta de emprego nos segmentos terciários, e relativamente disperso nos segmentos industriais (a “cintura industrial”).

Dentro deste mercado regional, Oeiras tem sido essencialmente local de geração de procura de emprego com um perfil médio de qualificação académica comparativamente elevado, procura essa que encontrava colocação sobretudo em Lisboa.

Mais recentemente, Oeiras tornou-se um pólo de oferta de emprego terciário com importância regional, atraindo número significativo de trabalhadores residentes noutros concelhos da AML, e conseguindo diminuir, relativamente à oferta local de emprego, o peso dos que encontram colocação fora do Concelho.

Esta tendência provavelmente manter-se-á, até por natural transferência de residência para Oeiras por parte de alguns empregados que já lá trabalham, mas de qualquer forma os equilíbrios no mercado devem ser procurados no quadro da Área Metropolitana de Lisboa.

Neste sentido, não será "missão" de Oeiras a criação de postos de trabalho para todos os seus residentes, mas sim o proporcionar boa qualidade de vida e ambiente urbano a quem lá reside ou trabalha.

Grupos sociais mais vulneráveis

Se esta afirmação é verdadeira ao nível do equilíbrio local da oferta e procura de emprego, já não o será relativamente a alguns grupos sociais mais vulneráveis, mais sujeitos à marginalidade e exclusão, menos competitivos no mercado de trabalho.

Ainda que se aceite que a verdadeira solução do desemprego nestes grupos passa também pelo nível regional (AML) ou mesmo nacional, o que é um facto é que os efeitos concretos do problema são sentidos na área de residência, no caso Oeiras: a cadeia de articulações (nem sempre simples e directas) entre desemprego, exclusão, criminalidade, toxicodependência, etc.

Criação local de emprego

É essencial intervir localmente ao nível do emprego para estes grupos mais vulneráveis - numa óptica de desenvolvimento sustentável, exige-o o reforço da solidariedade e coesão social, exige-o o reforço da qualidade de vida das populações¹.

Grupos sociais - alvo

Num primeiro passo, importa definir os grupos sociais que serão alvo privilegiado das iniciativas locais de promoção do emprego.

Tradicionalmente, os grupos menos competitivos no mercado de trabalho são os deficientes, os jovens (falta de experiência profissional, problemas

¹ Sem por isso esquecer a necessidade de implementação, ao nível regional e nacional, de medidas fomentadoras da criação de emprego.

de adaptação à vida activa), as mulheres¹ e os desempregados idosos (desemprego de longa duração²).

Em Oeiras tem também particular importância a população imigrada de origem africana (PALOP's), normalmente com condições de vida muito precárias (qualidade da habitação, grandes agregados familiares sustentados por apenas um ou dois activos com baixo nível de remuneração).

Tendencialmente, os desempregados mais idosos poderão vir a constituir um problema particularmente grave.

Parte significativa do desemprego feminino é "absorvida" por actividades social e economicamente úteis (tarefas domésticas importantes na poupança familiar, economia informal, etc.), acabando por ter menor impacto imediato na comunidade, apesar do seu peso estatístico³.

¹ O "boom" da entrada das mulheres no mercado de trabalho é relativamente recente. Em termos médios, os homens abandonam o sistema de ensino mais cedo e tornam-se mais competitivos nos segmentos do mercado de trabalho onde a experiência é determinante (qualificação profissional adquirida no exercício da actividade). As mulheres, com qualificação académica média mais elevada, são mais competitivas nalguns segmentos do mercado em que o critério de selecção é fundamentalmente o grau académico (por exemplo serviços administrativos), ou em nichos que lhes estão preferencialmente "reservados", como certas profissões na distribuição de grande consumo, na publicidade, nas relações públicas, no secretariado, na educação, etc.

² O peso significativo do desemprego de longa duração é recente, e consequência da crise do mercado de trabalho e de um fenómeno paralelo (que lhe está associado) de redução da taxa de actividade dos escalões mais jovens (prolongamento da escolaridade como alternativa ao desemprego ou forma, porventura ilusória, de aquisição de maior competitividade no mercado de trabalho).

³ Na realidade, o crescimento das situações de mulheres como maior fonte de rendimento para o agregado familiar (ou única fonte, nalgumas famílias monoparentais), tenderá a aumentar significativamente o impacto social do desemprego feminino face ao que se passa hoje em dia.

Em termos de impacto social, hoje, em Oeiras, os grupos vulneráveis mais importantes serão os jovens e as minorias étnicas e, pelas características específicas da sua condição, os deficientes.

Trata-se de grupos sociais com perfis distintos de integração no mercado de trabalho, quer ao nível da qualificação, quer ao nível dos valores, motivações e comportamentos.

No limite, terá que haver não uma, mas várias estratégias locais de criação de emprego, consoante os grupos sociais - alvo que pretendam servir.

O sucesso da estratégia local de criação de postos de trabalho tem essencialmente a ver com a viabilidade das empresas e instituições (a criar ou já existentes) que lhe derem suporte, e a "qualidade" dos empregos oferecidos¹.

Articulação com as operações de realojamento

Uma das linhas estratégicas de intervenção na criação de emprego é a sua associação com as operações de realojamento dos residentes em bairros degradados, que correm sempre o risco de não passarem de mero "re-enquadramento físico" de comunidades que continuarão socialmente vulneráveis, se não houver intervenções simultâneas noutros factores essenciais da integração - o emprego, a saúde, a educação, etc.

A construção de um novo bairro cria oportunidades locais de emprego (conservação de edifícios e espaços verdes, pequeno comércio e

¹ Entendida a "qualidade" como a adequação às características da oferta de mão-de-obra que se pretende ocupar - tipos de qualificação requerida, níveis de remuneração, etc. Nalgumas situações pode ser importante o próprio ambiente e local do trabalho, a ligação da actividade da empresa ou instituição à comunidade onde se insere, etc.

restauração, etc.) que poderão ser preferencialmente orientadas para a ocupação pelos realojados desempregados.

“Pacto de solidariedade” das empresas e instituições com a comunidade local

É razoável imaginar, no contexto de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que implica uma maior consciência da missão social das empresas e instituições relativamente às comunidades em que se inserem, a celebração de um “pacto de solidariedade social”, porventura politicamente patrocinado pela Autarquia, que unisse e concertasse esforços de contratação de trabalhadores locais,

- ⇒ directamente, criando por hipótese uma bolsa local de emprego onde fosse dada informação sobre os postos de trabalho disponíveis e encaminhados pedidos de emprego, desejavelmente em articulação com mecanismos de formação profissional já instalados ou promovendo a criação de novos mecanismos porventura necessários;
- ⇒ indirectamente, dinamizando empresas locais, por exemplo através de uma bolsa de contratação de fornecedores locais de bens e serviços, e sub-contratação (“parceria”) com empresas locais para negócios pontuais;

Subentende-se que está fundamentalmente em causa a divulgação local de oportunidades de emprego e negócios e a manifestação activa de uma “preferência pela contratação local”, sem contudo subverter regras de mercado essenciais à competitividade das empresas e à gestão racional das instituições.

Criação de novas empresas

É importante fomentar a criação local de pequenas empresas, como forma de mobilização da pequena poupança e criação do próprio emprego, e também numa perspectiva, que se afigura essencial, de responsabilizar os próprios interessados na construção do seu futuro¹.

A criação de empresas não tem forçosamente que obedecer a um perfil rígido de investimento, no sentido por exemplo da definição do sector de actividade e da dimensão da empresa. Trata-se, antes do mais, de atender a critérios de viabilidade, de criar “bons negócios”, e em geral há bons e maus negócios em todas as actividades, há microempresas rentáveis e inviáveis, assim como há médias e grandes empresas rentáveis e inviáveis.

No entanto, no contexto das características específicas dos grupos sociais - alvo em que se está a pensar², e do sentido de serviço à comunidade que o objectivo do desenvolvimento sustentável sugere, pensa-se que a estratégia deverá passar, na fase de arranque, pela criação de microempresas ou pequenas empresas em sectores de actividade que respondam a carências das comunidades e do tecido produtivo locais.

Sem preocupação de ordenação, apontam-se alguns sectores:

- * construção e manutenção de espaços verdes, viveiros de plantas
- * limpeza e manutenção de edifícios

¹ A verdadeira solidariedade social é uma conquista comum de quem apoia e de quem é apoiado, exige o empenhamento activo de ambas as partes.

² Designadamente a capacidade de investimento próprio que, embora presumivelmente limitado, se considera essencial existir.

- * higiene e limpeza de espaços públicos
- * recolha e transporte de resíduos
- * comércio
- * restauração, “catering” (fornecimento de empresas e instituições), comida para fora (incluindo fornecimento de restaurantes)
- * artesanato e gastronomia (minorias étnicas)
- * reparações e assistência (electrodomésticos, automóveis, equipamentos de escritório, informática, equipamento desportivo)
- * fabricação e manutenção de mobiliário urbano

Incentivos

Existindo mecanismos oficiais de incentivo, quer no domínio da formação profissional, quer no da criação e modernização de empresas (Procom, Ile / Microempresas), poderá pensar-se na constituição de um gabinete local de apoio às iniciativas que vierem a ser tomadas (preparação dos dossiers de candidatura, encaminhamento e seguimento dos processos, interlocução com as entidades envolvidas, etc.).

É igualmente razoável pensar-se num sistema específico de incentivos municipais ao arranque das empresas, que poderia ir do aluguer de instalações (ou condições especiais de aquisição de instalações municipais) ao reforço da dotação inicial em capital, passando pela redução da tributação municipal.

Contratação pela Câmara

As estratégias de criação local de emprego, propostas anteriormente, poderão ter na Câmara Municipal um suporte importante, para além do papel político que naturalmente cabe à Autarquia na dinamização das iniciativas envolvendo o sector privado.

De facto, pode a Câmara Municipal, através da sua política de aquisição de bens e serviços, privilegiar as empresas criadas localmente, proporcionando-lhes durante um determinado período um mercado mínimo que assegure a viabilidade do arranque - por exemplo, contratação da manutenção de edifícios da rede escolar ou dos bairros sociais, construção e conservação de áreas verdes, etc.

Trata-se de uma intervenção manifestamente fora das regras da concorrência e das próprias normas de contratação de bens e serviços pela Administração Local¹, mas que se pensa ser pontualmente justificável no contexto do reforço da solidariedade para com os grupos sociais mais vulneráveis.

“Associação de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável de Oeiras”

Sugere-se a criação de uma associação que reúna, eventualmente com o patrocínio e apoio político da Câmara Municipal, as empresas e instituições aderentes ao “pacto de solidariedade” para a criação de emprego local e as empresas criadas / apoiadas ao abrigo dos programas implementados - a “Associação de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável de Oeiras”.

¹ Admita-se que é possível encontrar formas de tornear o problema.

Seriam atribuições da associação a implementação e gestão das “bolsas” de emprego, contratação e sub-contratação referidas, bem como de eventuais programas locais de formação profissional e do gabinete de apoio à candidatura a incentivos (nacionais e municipais).

Poderia também desenvolver-se no seio desta associação uma “bolsa de solidariedade inter-empresarial”¹, com o objectivo de proporcionar esquemas de apoio por parte das empresas com maiores capacidades às micro e pequenas empresas em domínios como

- * apoio à gestão e organização das empresas (pequenos estágios de formação, disponibilização a preços reduzidos de algum tempo de utilização de meios materiais e humanos para apoio directo à gestão, etc.);
- * acesso a cantinas para refeições dos empregados;
- * constituição de uma “central de compras” que permita redução para as microempresas dos custos de aquisição (ou melhoria das condições de pagamento) de materiais, equipamentos, consumíveis, etc., pela integração com grandes encomendas das maiores empresas;
- * estabelecimento de condições preferenciais de crédito em fornecimentos às microempresas;
- * cedência temporária (remunerada) de equipamentos.

Poderia caber a esta associação a gestão de algo semelhante a um “fundo de capital-risco” que pudesse participar no reforço dos capitais

¹ Fala-se aqui de “solidariedade inter-empresarial” porque envolveria áreas de cooperação que, ao contrário das “bolsas” atrás referidas, não teriam interesse económico directo para as empresas que apoiam.

próprios dos projectos considerados mais interessantes, ou intervir no apoio a contactos com o sistema financeiro (prestação de garantias, interlocução)¹.

Outra área de intervenção possível para a associação seria a divulgação e implementação, junto da comunidade empresarial, de medidas incentivadoras da utilização racional de recursos e da qualidade ambiental - poupança dos consumos de água e energia, construção e tratamento de espaços verdes, separação de resíduos para recolha selectiva, etc.

¹ Faz-se desde já notar a dificuldade - mas não impossibilidade - de implementação de uma medida deste tipo, quer pela regulamentação da actividade das instituições financeiras, quer pelo problema institucional e organizacional que é a articulação dos interesses e das disponibilidades dos potenciais financiadores desse "fundo".

6. A CÂMARA MUNICIPAL COMO AGENTE ECONÓMICO E O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O maior empregador

De acordo com dados de 1995, a Câmara Municipal de Oeiras, com mais de 1200 trabalhadores (dos quais quase 1000 do quadro), é o maior empregador do Concelho, juntamente com a Carris (praticamente o mesmo número de trabalhadores da C.M.O.), a já alguma distância da terceira maior empresa (menos de 800 empregados)¹.

O maior investidor

Com um investimento médio anual na ordem dos 6 milhões de contos, a Câmara Municipal de Oeiras é seguramente o maior investidor no Concelho².

Uma das maiores “empresas” em “receitas”

Com uma receita média anual de quase 12 milhões de contos, a Câmara Municipal de Oeiras será também uma das maiores empresas do Concelho³.

¹ Informação do Gabinete de Desenvolvimento Municipal da C.M.Oeiras, no âmbito dos trabalhos da Comissão Técnica Intermunicipal dos concelhos de Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra sobre as áreas industriais e empresariais dos respectivos concelhos, e informação do Gabinete de Estudos da C.M.Oeiras.

² Investimento anual médio no período 1992 - 1995, em “despesas de capital”, informação do Gabinete de Estudos da C.M.Oeiras. Obviamente, a comparação do investimento municipal com o investimento empresarial é abusiva, só podendo ser entendida aqui como uma imagem.

³ Valores médios anuais para o período 1992 - 1995, envolvendo receitas correntes (incluem impostos) e de capital (incluem empréstimos obtidos). Informação do Gabinete de Estudos da C.M.Oeiras. Novamente, a comparação com as “receitas” (volume de negócios) das empresas tem valor meramente ilustrativo.



Estes três indicadores, passe o “abuso” que constitui a sua comparação com o universo empresarial, mostram claramente a importância económica da Câmara Municipal de Oeiras no seu concelho.

Esta importância é acrescida à luz da problemática do desenvolvimento sustentável: a Câmara é o principal agente de intervenção em inúmeras áreas directamente relacionadas com a qualidade ambiental e do meio urbano, com a qualidade de vida das populações - ordenamento e gestão da oferta de solo, infraestruturas e equipamentos, serviços de limpeza, remoção e tratamento de resíduos, etc.

Por natureza, praticamente toda a intervenção da Câmara tem a ver com a problemática global da sustentabilidade¹.

Neste sentido, a intervenção camarária, tal como expressa na orientação dos seus investimentos e despesas, poderá de alguma forma constituir um indício do “sistema de preferências das populações” (dos seus representantes) relativamente aos factores do bem-estar, da qualidade de vida².

¹ Independentemente do carácter mais ou menos “sustentável” de cada medida concreta.

² Reforça-se a dúvida expressa, “(...) poderá de alguma forma constituir um indício (...)”. De facto, as decisões de investimento da Câmara são função do sistema de preferências dos munícipes (ou do entendimento que dele fazem os responsáveis políticos locais), mas a alocação efectiva de recursos (humanos, materiais, financeiros) tem de estar necessariamente articulada com (dependente de) outros investimentos feitos nesses sectores (Administração Central, particulares), com o nível de carências e as próprias características do sector (por exemplo, a Acção Social é provavelmente menos “capital-intensiva” que o Desporto). Uma ilustração possível desta situação é a educação, área que se admite altamente valorizada pelas populações, mas na qual a Administração Central e os próprios particulares investem significativamente, e o nível de cobertura de equipamentos é razoável (particularmente no contexto de polarização por Lisboa), ou seja, mesmo que a educação constituísse a primeira preferência, provavelmente não viria nunca a traduzir-se como o principal sector de investimento da Autarquia em termos de alocação de recursos financeiros.

A origem das receitas, por seu lado, reflecte o que é a estrutura actual do “financiamento do desenvolvimento sustentável”, na parte em cuja gestão existe maior intervenção directa do Município¹.

Repartição dos investimentos

Relativamente ao quadriénio 1992-1995, quatro objectivos representaram mais de 60% das despesas totais de investimento (ver Quadro 1):

- Habituação, planeamento e urbanização - um pouco mais de 24% do total realizado, com um valor médio anual próximo dos 1,8 milhões de contos (dos quais 80% foram gastos em projectos e construção).
- Comunicações e transportes - quase 15% do total realizado, com um valor médio anual ligeiramente superior a 1 milhão de contos (dos quais 55% respeitantes a beneficiações da rede viária e 35% a projectos e construção de vias).
- Administração municipal - um pouco mais de 12% das despesas totais, representando uma despesa média anual da ordem dos 900 mil contos (dos quais 41% em beneficiação e manutenção de instalações e 14% em aquisição de equipamentos).
- Cultura e património - cerca de 10% das despesas totais, representando uma média anual da ordem dos 760 mil contos (dos quais 67% em aquisição de edifícios e 13% em projectos e construção de novos espaços).

¹ Recorde-se que a Câmara não tem controle directo, relativamente a parte importante das suas receitas, sobre a determinação do respectivo montante, nem sobre a cobrança.

Quadro 1: Investimentos da C.M.Oeiras 1992 - 1995 (%)

OBJECTIVOS	Correntes	Capital	Total
Educação	8.3	9.1	8.9
Cultura e Património	7.7	10.9	10.3
Desporto	5.3	5.2	5.2
Acção Social	6.7	2.3	3.1
Saúde	0.6	0.0	0.1
Habituação,Planeamento e Urbanização	1.2	29.5	24.3
Saneamento e Salubridade	17.5	7.2	9.0
Protecção Civil	4.8	1.9	2.4
Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público	2.7	6.4	5.7
Comunicações e Transportes	3.2	17.1	14.6
Defesa do Meio Ambiente	3.9	4.1	4.1
Administração Municipal	37.9	6.5	12.2
Total	100.0	100.0	100.0

Fonte: Gabinete de Estudos da C.M.Oeiras

Dois terços do investimento de capital (quase 4 milhões de contos num total de pouco mais de 6, valores médios anuais) concentraram-se nos objectivos “Habituação, Planeamento e Urbanização”, “Comunicação e Transportes”, “Cultura e Património” e “Educação”.

Os investimentos correntes (cerca de 1,3 milhões de contos de média anual) concentraram-se na “Administração Municipal” e no “Saneamento e Salubridade”, que no seu conjunto representam mais de 55% do total.

Se estes números têm de facto algo a ver com o “sistema de preferências” dos munícipes relativamente ao investimento nos factores do seu bem-estar, como é possível supor-se¹, dir-se-ia que os sectores mais valorizados têm sido a habitação (qualidade de vida), a acessibilidade viária (qualidade do meio urbano) e o património (identidade, sentimento de pertença).

¹ Recordem-se as dúvidas atrás levantadas sobre esta possibilidade.

Repartição das receitas

A repartição das receitas (cerca de 12 milhões de contos de média anual, dos quais 6,7 de receitas correntes e 5,3 de receitas de capital) evidencia alguns aspectos interessantes:

Quadro 2: Receitas da C.M.Oeiras em 1992 - 1995 (%)

Correntes		Capital	
Cont.predial rústica	0.0	Terrenos	4.7
Contribuição autárquica	17.7	Habituação	9.9
Imposto s/ veículos	3.6	Outros	1.2
Derrama	8.4	Venda de bens e serviços	15.8
Imp.Mais-Valias	0.3	FEF Fundo de Equilíbrio Financeiro	12.0
Sisa	31.7	Outros	27.9
Impostos directos	61.8	Transferências de capital	39.9
Imposto de Turismo	1.1	Reembolso de empréstimos	0.0
Taxas e serv.pgs.p/empresas	6.5	Outros	0.0
Impostos indirectos	7.5	Activos financeiros	0.0
Taxas	7.2	Empréstimos m/l prazo	44.3
Multas e penalidades	1.0	Outros	0.0
Taxas, multas	8.2	Passivos financeiros	44.3
Rendimento de propriedades	0.9	Outras receitas de capital	0.1
Participação nos imp.directos	13.7	TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	100.0
Outros	0.9		
Transferências correntes	14.6		
Venda de bens duradouros	0.0	CORRENTES	55.8
Venda de bens não duradouros	0.1	CAPITAL	44.2
Venda de serviços	6.7	TOTAL	100.0
Outras receitas correntes	0.2		
TOTAL RECEITAS CORRENTES	100.0		

Fonte: Gabinete de Estudos da C.M.Oeiras

- Mais de metade (quase 51%) das receitas totais provêm de impostos, taxas e multas;
- a Sisa (2,1 milhões de contos, 32%) e a Contribuição Autárquica (1,2 milhões, 18%) têm representado no conjunto praticamente metade das receitas correntes, e cerca de um quarto (28%) do total das receitas, o que tem a ver com o dinamismo do mercado imobiliário local (número e valor das transacções, parque

edificado recente com valores fiscais relativamente actualizados);

- a derrama (560 mil contos, 8,4%) é a quarta rúbrica mais importante nas receitas correntes, logo seguida dos impostos indirectos (502 mil contos, 7,5%) que, tal como a derrama, são pagos pelas empresas, o que de alguma forma é sinal de boa situação económica do tecido empresarial local, bem como de alguma importância deste no conjunto das receitas camarárias¹;
- os empréstimos de médio e longo prazo contraídos (média anual de cerca de 2,3 milhões de contos) representam um pouco mais de 20% do conjunto das receitas camarárias;
- o FEF (média de cerca de 634 mil contos) pesa pouco mais de 5% no conjunto das receitas camarárias, o que indicia alguma "independência" face à Administração Central.

Em síntese, dir-se-ia que a manutenção do actual nível de despesas e investimento está bastante dependente das receitas originadas pela dinâmica económica local, em particular do mercado imobiliário.

Perspectivas para o futuro

Tendo-se estado a viver uma fase essencialmente de "investimento físico" (casas, estradas, equipamentos, etc.), necessário para minorar carências infraestruturais flagrantes e atrair dinâmica económica para o Concelho, pensa-se que a médio e longo prazo se poderá entrar numa fase de características mais qualitativas: a escola-edifício já existe, importa

¹ Na realidade há participação do tecido empresarial noutras receitas, mas que não é possível avaliar com base na informação actualmente disponível.

melhorar a qualidade do ensino, as barracas estão erradicadas, há que assegurar a preservação da qualidade urbana dos novos bairros e a integração social das minorias e dos excluídos, as infraestruturas de tratamento de resíduos sólidos estão construídas, há que aliciar e educar a população e as empresas para a participação na recolha selectiva, etc.

Redução da importância do investimento

O investimento físico tenderá assim a diminuir em termos de esforço financeiro, quer por concentração na manutenção e beneficiação em vez da construção de novas infraestruturas (esta, em princípio, financeiramente mais pesada), quer também por provável transferência de competências e responsabilidades para empresas autónomas (participadas ou não pela Câmara).

Diminuição da importância da Sisa

Do lado das receitas, é natural que o peso da Sisa venha a diminuir por inevitável limitação física das novas oportunidades de negócio imobiliário (preenchimento das áreas de expansão).

Esta tendência poderia ser compensada por alguma animação da rotação da ocupação do parque construído (o mercado da "2ª mão"), o que não se afigura muito provável, pelo menos em termos de ocorrência significativa, nem no mercado habitacional¹, nem no mercado de empresas².

¹ No segmento habitacional, a rotação da ocupação acontece essencialmente num contexto de grande mobilidade geográfica da mão-de-obra, que não tem sido característica do mercado português (excepto, evidentemente, na "primeira" migração), e que, a acontecer, se traduziria provavelmente na animação do mercado de aluguer, portanto sem efeitos em termos de Sisa. Outro contexto em que a rotação pode ocorrer é nas situações de envelhecimento da população, nos aglomerados mais antigos, que podem dar origem a "substituição de gerações".

² A rotação da ocupação ocorre em períodos de fortes movimentos de reestruturação do tecido empresarial e reorganização dos grupos económicos, que não se prevê tomem a acontecer nos próximos anos (Oeiras beneficiou dos que tiveram lugar após a adesão à

Existe ainda o cenário, já frequentemente sugerido nos próprios media, de extinção da Sisa, tendo como contrapartida essencial o aumento da Contribuição Autárquica, problema que é politicamente muito difícil.

Aumento da Contribuição Autárquica?

Sendo grande parte do parque construído de Oeiras relativamente recente, e portanto com valorizações fiscais também relativamente actualizadas, o potencial de aumento da Contribuição Autárquica por reavaliação fiscal fica mais limitado (independentemente do problema político atrás referido).

A Contribuição Autárquica tenderá no entanto a aumentar, pelo menos na medida da expansão ainda possível do parque construído, e assim compensar (parcialmente) a provável diminuição da Sisa.

Diminuição do apoio comunitário, aumento da carga tributária municipal

Perspectiva-se uma menor importância da entrada de fundos comunitários após a conclusão do II Quadro Comunitário de Apoio, com reflexo na necessidade de maiores capitais próprios para os investimentos municipais que até agora têm sido subsidiados.

Os munícipes / contribuintes passarão inevitavelmente a ter de pagar mais, ou à Câmara ou aos concessionários prestadores dos serviços.

Comunidade Europeia), ou em períodos de forte crise económica (encerramento de empresas), mas precisamente os sectores de especialização de Oeiras, pela potencial vitalidade no contexto da economia portuguesa, parecem estar melhor colocados para enfrentar tais fases.

O desenvolvimento sustentável conduzirá à necessidade (e exigência) de mais e melhores serviços, e será a comunidade (as populações e as empresas) a suportá-los directamente¹.

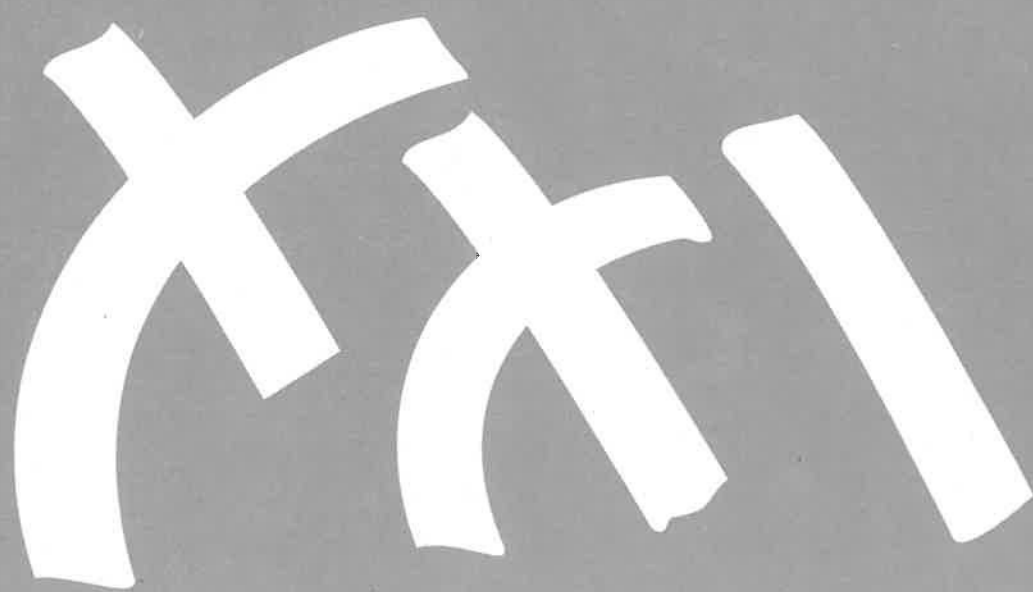
Manter a competitividade de Oeiras

Oeiras vai assim ficar “mais cara”.

Se é verdade que “a qualidade paga-se”, não deixa de ser necessário atender ao que se passa nos concelhos vizinhos, sob pena de Oeiras perder competitividade na capacidade de atracção, quer de novos residentes, quer de novas empresas.

É um risco que vale certamente a pena correr, mas que impõe algum cuidado na estratégia de implementação das medidas de sustentabilidade, sob pena de se comprometer a própria viabilidade do processo.

¹ Os resíduos sólidos serão provavelmente o sector onde estes aspectos mais rapidamente se farão sentir.



Oeiras XXI

Estrutura urbana

C - EVOLUIR PARA A CIDADE VERDE

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. TENDÊNCIAS RECENTES DE ESTRUTURAÇÃO URBANA.....	2
2.1 Polaridades económicas	2
2.2 Assimetrias espaciais	3
2.3 Ritmos de crescimento	5
2.4 Rede Viária.....	7
3. NOVAS CENTRALIDADES E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS	9
3.1 Dinamização de Novas Centralidades	10
3.1.1 Eixo Oeiras / Parque de Ciência e Tecnologia.....	10
3.1.2 Eixo Algés / Parque Urbano de Carnaxide	11
3.2 Impactes / Iniciativas a Desenvolver	12
4. CENTRALIDADES TRADICIONAIS, REABILITAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS E IDENTIDADE CULTURAL	15
4.1 A Organização Espacial e o Sistema Cultural.....	17
4.2 Principais Problemas / Iniciativas a Desenvolver	19
4.2.1 Rede Viária, tráfego e estacionamento.....	19
4.2.2 Reabilitação Urbana.....	23



5. MULTIFUNCIONALIDADE, MOBILIDADE E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E ARTICULAÇÃO	25
5.1 Estrutura Urbana e Vida Colectiva	25
5.2 Estrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável	28
5.2.1 <i>Forma urbana</i>	28
5.2.2 <i>Espaços Públicos</i>	29
5.2.3 <i>Renovação Urbana</i>	30
5.2.4 <i>Multifuncionalidade</i>	31
6. CENÁRIOS DE FUTURO: FEDERAÇÃO DE AGLOMERADOS OU CIDADE VERDE?	32
6.1 As Novas Sub-Unidades Urbanas	32
6.2 Os Eixos de Centralidade	33
6.3 Factores Estruturantes	34
6.4 Qualificação Ambiental e Articulação Social	36
6.5 Cenários	37



1. INTRODUÇÃO

Na abordagem dos temas de reflexão estratégica, no âmbito da estrutura urbana, procurou-se ter presente, ou retomar, questões de enquadramento teórico associadas à relação entre a estrutura urbana e a vida colectiva (ou, em sentido mais lato, entre o espaço e a sociedade), e ao quadro de acções a empreender numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Os temas propostos decorrem do diagnóstico selectivo realizado e têm como objectivo, não tanto inventar estratégias de acção possíveis na sequência dos pressupostos conceptuais e objectivos do PEDS, mas, fundamentalmente expor o enlenco de temáticas que nesta etapa do trabalho (concluído o diagnóstico preliminar) poderão permitir uma reflexão alargada aos diferentes intervenientes, mais ou menos directamente envolvidos (ou interessados) na definição de uma estratégia para o território concelhio.

Espera-se, como resultado desta reflexão, obter linhas de desenvolvimento, ou vectores, que constituam um ponto de partida consistente para a definição dos Objectivos Estratégicos do PEDS.

2. TENDÊNCIAS RECENTES DE ESTRUTURAÇÃO URBANA

2.1 Polaridades económicas

A estrutura urbana do concelho de Oeiras assenta em duas grandes polaridades económicas (conjuntos de aglomerados que funcionam numa lógica económica global) que detêm características diferenciadas.

Pólo de Oeiras

O Pólo de Oeiras (Oeiras, Paço de Arcos, Porto Salvo e Caxias) apoia-se na EN 249-3 e destaca-se sobretudo nos domínios institucional e investigacional. A indústria tem menor expressão.

Pólo de Algés

O Pólo de Algés (Algés, Cruz Quebrada / Dafundo, Linda-a-Velha, Carnaxide e Outorela / Portela) apoia-se na antiga EN 117-1 (hoje Rua João Chagas e Av. Tomás Ribeiro) e o seu dinamismo baseia-se sobretudo nas actividades comercial (Algés), oficial (Cruz Quebrada / Dafundo), industrial (Carnaxide, Linda-a-Velha e Outorela / Portela). Os serviços surgem, mais recentemente, reforçados em Linda-a-Velha e Miraflores (zona de terciário a sul da auto-estrada).

É de assinalar ainda a tendência de expansão destes Pólos, na sequência fundamentalmente da implementação dos Programas Estratégicos consagrados no Plano Director Municipal:

- em Oeiras, destacam-se o Parque de Ciência e Tecnologia, a Quinta da Fonte, o Centro Empresarial de Lagoas e o Parque Desportivo do Norte de Oeiras;

- em Algés, destacam-se o Parque Urbano da Serra de Carnaxide, o Parque de Santa Cruz e o conjunto de espaços de comércio e serviços previstos nos Planos de Pormenor de alguns aglomerados.

2.2 Assimetrias espaciais

Das transformações ocorridas na década de 1984/1994 na hierarquia urbana dos aglomerados do concelho é de assinalar a manutenção da posição dos quatro aglomerados de topo - Algés, Oeiras, Linda-a-Velha e Paço de Arcos - que se localizam nos extremos sul nascente e poente do concelho.

O posicionamento de Algés e Linda-a-Velha (e Carnaxide, que ocupa o 5º lugar na hierarquia) deve-se essencialmente à proximidade a Lisboa, ao quadro de acessibilidades e aos preços do solo; o posicionamento de Oeiras (sede de concelho / centro administrativo) e Paço de Arcos (espaço na continuidade de Oeiras) depende fundamentalmente da dinâmica própria do concelho.

Rede de comércio e serviços

A rede de comércio e serviços é bem elucidativa das assimetrias espaciais existentes no concelho.

Os aglomerados que acompanham a Avenida Marginal (Oeiras, Paço de Arcos e Algés) e os que se localizam na zona contígua aos limites com o concelho de Lisboa (Algés, Linda-a-Velha e Carnaxide) são onde se regista o maior peso da actividade comercial e de serviços do concelho.

Um segundo grupo de aglomerados, localizados no litoral (Caxias e Cruz-Quebrada / Dafundo) e no interior do concelho (Porto Salvo / Vila Fria e

Queijas / Linda-a-Pastora), evidencia alguma dinâmica relativamente à actividade de comércio e serviços.

Um terceiro grupo de aglomerados (Queluz de Baixo, Tercena, Barcarena, Outorela, Talaíde e Valejas) localizadas na zona interior do concelho, ainda com traços de ruralidade, evidenciam uma expressão mais reduzida.

Como traço fundamental a este nível de análise, cumpre salientar o reforço dos principais aglomerados (os que integram os três grupos acima referidos) no âmbito das funções centrais associadas a comércio e serviços e a consolidação da hierarquia urbana concelhia.

Qualidade do espaço urbano

Mantêm-se, contudo, efectivas assimetrias espaciais e diferenças dignas de nota na qualidade do espaço urbano:

- são os aglomerados de menor peso na hierarquia, como Talaíde / Leião, Outorela / Portela e Valejas, que evidenciam as situações de maior desqualificação urbana - maus acessos e mau estado dos arruamentos, dificuldades de circulação, e imagem pouco atractiva.
- Ao aglomerado de Porto Salvo associam-se importantes estrangulamentos na circulação e estacionamento e uma má imagem, essencialmente decorrente da degradação da sua zona antiga.
- Carnaxide, pese embora a importância das actividades industriais / empresariais, apresenta uma ocupação que denuncia uma maior qualidade na intervenção urbanística e paisajística, com excepção da função comercial que não dispõe de uma oferta de espaços adequada.

- Os maiores níveis de qualidade do espaço urbano são protagonizados pelos aglomerados de Oeiras, Linda-a-Velha, Paço de Arcos e Algés - apesar da degradação de algumas zonas mais antigas, ou de localização periférica, as novas urbanizações evidenciam critérios de qualidade na sua concepção bem como uma oferta de qualidade ao nível dos espaços comerciais e de serviços.
- Queijas, Linda-a-Pastora e Caxias, com uma predominância da função residencial, evidenciam também alguns espaços de qualidade.

2.3 Ritmos de crescimento

De acordo com a avaliação empreendida pelo GDM - Gabinete de Desenvolvimento Municipal (Relatório Anual de 1995), para um período compreendido entre 1989 e 1994, os traços fundamentais de evolução da dinâmica urbanística são os seguintes :

Dinâmica urbanística

- "...manutenção da tendência para promover operações imobiliárias nas áreas do concelho entre a Auto-Estrada Lisboa / Cascais e a Marginal, nomeadamente nos aglomerados mais próximos de Lisboa (Algés-Miraflores, Dafundo e Outorela-Portela ...";
- "... acentuada evolução no sentido da terciarização do concelho, expresso de maneira significativa no quadro que se apresenta onde se relevam as áreas destinadas a Comércio e Serviços (582.939 m²) em relação à área total de construção (1.053.859 m²) definidas em Planos de Pormenor elaborados para os Programas Estratégicos da Quinta da Fonte, Centro de Lagoas, Parque de St^a Cruz e outros espaços. ";

- o sector industrial continua a ser comandado " pela zona industrial de Carnaxide-Portela e em menor grau por Queluz de Baixo, confirmando-se tendências expansivas, de qualificação e acelerada terciarização com implantação de novos estratos qualificados. Esta dinâmica deverá estender-se ao eixo Porto Salvo / Quinta da Fonte / Paço de Arcos pois, dada a sua posição privilegiada em relação ao PCT, está particularmente vocacionado para captar as novas empresas que o seu desenvolvimento suscitará ou atrairá."

Da análise apresentada no mesmo relatório, quanto a ritmos de crescimento nas diferentes áreas de promoção habitacional e no concelho em geral, destaca-se :

Ritmos de crescimento

- De 1991 até 1995, não se empreenderam operações dignas de nota de renovação do tecido urbano, nos núcleos históricos.
- Decréscimo da promoção habitacional desenvolvida pelo Sector Cooperativo-CHE'S, nomeadamente no período de 1991 até 1994.
- Aumento progressivo do peso da Promoção Municipal _ a construção de fogos (quer para arrendamento, quer para venda) realizou-se a um ritmo de crescimento de 235 fogos/ ano, entre os anos de 1988 e 1994.
- O ritmo de construção de fogos por Iniciativa Privada verificou uma quebra significativa entre os anos de 1988 e 1993; o número de fogos previstos em alvarás de loteamento para 1992, 1993 e 1994 têm baixado significativamente. O número de licenças de construção nos anos de 1991, 1992, 1993 e 1994 foram respectivamente de 1338, 408, 693 e 1159 o que indicia, apesar da quebra verificada em 1992 e 1993, sinais de retoma moderada se olharmos aos valores dos alvarás de loteamento.

- Os ritmos de construção, somada a actividade de todos os agentes envolvidos, para a totalidade de fogos construídos no concelho no período analisado, acompanham os verificados para a iniciativa privada o que reflecte o peso que esta detêm no sector.

2.4 Rede Viária

A rede viária mantém-se globalmente desadequada tendo em conta as necessidades, sendo de destacar os estrangulamentos associados à inexistência de uma via longitudinal estruturante da faixa interior do território do concelho.

Com o desenvolvimento urbanístico da área a norte da Auto-Estrada, torna-se urgente dar resposta, em termos de mobilidade, às relações de dependência dos aglomerados do interior do concelho entre si e com as áreas envolventes.

A estrutura actual da rede viária reflecte ainda uma situação passada em que os eixos viários principais do interior do concelho eram todos orientados na direcção norte-sul, rebatendo as deslocações para a linha férrea ou para a Marginal (e, mais recentemente, também para os Nós de acesso à Auto-estrada).

Via Longitudinal Norte - VLN

Torna-se, assim, da máxima conveniência a implementação da nova artéria estruturante prevista no PDM - Via Longitudinal Norte VLN - que, com um traçado paralelo à Auto-estrada, permitirá não só as ligações directas entre os aglomerados situados a norte desta - Outorela / Portela, Carnaxide, Queijas / Linda-a-Velha, Barcarena / Leceia, Porto Salvo, Parque de Ciência e Tecnologia, etc. -, como igualmente as ligações dos mesmos ao interior do concelho.

A VLN deverá desempenhar, na faixa interior do território municipal, um papel semelhante ao desempenhado pela Marginal no litoral, equilibrando a estrutura viária concelhia face ao eixo de simetria constituído pela Auto-estrada.

3. NOVAS CENTRALIDADES E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Acompanhando o fenómeno de realocização de actividades na AMLx e dando conteúdo ao quadro estratégico definido no PDM nomeadamente no que se relaciona com a base económica e qualificação do território do concelho, foram empreendidas pelo Município iniciativas no sentido da concretização de Programas Estratégicos que, variando em função dos objectivos específicos definidos para cada um deles, envolvem investimentos públicos e privados vultuosos.

Os Programas Estratégicos vistos na sua globalidade orientam-se essencialmente num desenvolvimento em três grandes linhas: espaços verdes, equipamentos e terciário superior.

A sua localização, quase na totalidade exterior às áreas urbanas, recorre a zonas do interior do concelho, até há pouco tempo marginalizadas dos processos de desenvolvimento e qualificação do território concelhio.

A sua expressão territorial, nomeadamente o Parque de Ciência e Tecnologia e o Parque Urbano da Serra de Carnaxide, detém só por si importância pelo que representam ao nível do consumo do espaço ainda disponível.

Os aspectos decisivos, decorrentes da execução dos Programas Estratégicos, que aqui se pretende destacar relacionam-se com:

- os efeitos da sua concretização no reequilíbrio da rede urbana concelhia e dinamização de novas centralidades;
- o quadro de iniciativas e intervenções que terão que ser desenvolvidas, na sequência destes impactes, na estrutura urbana do concelho.

3.1 Dinamização de Novas Centralidades

3.1.1 Eixo Oeiras / Parque de Ciência e Tecnologia

De acordo com a avaliação realizada pelo GDM - Gabinete de Desenvolvimento Municipal (1996), das transformações ocorridas na rede urbana, entre 1984 e 1995, destaca-se como aspecto positivo o aumento do peso do eixo económico e urbano de Oeiras em relação ao de Algés, afirmando-se no Pólo de Oeiras uma nova centralidade não apenas concelhia mas também regional.

" Trata-se de um eixo económico com características próprias pois, ao contrário do eixo oriental (Pólo de Algés), cujo crescimento se fez muito em função das necessidades de expansão urbana e económica da cidade de Lisboa, este novo pólo económico emerge numa lógica mais vasta de desenvolvimento da Grande Lisboa-Norte e da AML, pois as suas actividades mais relevantes, seja nos domínios da ciência, investigação, tecnologia e ensino, seja nos domínios da defesa, telecomunicações, desporto e turismo e, mais recentemente, no domínio empresarial, tem um mercado regional, nacional e nalgumas áreas mais alargado."

É de prever que os aglomerados situados no interior Oeste do concelho, na área de influência mais imediata do Parque de Ciência e Tecnologia, e que até agora registaram um ritmo de construção de fogos muito baixo, venham a ser objecto de fortes pressões urbanísticas:

Porto Salvo / Vila Fria

Com raízes rurais, ainda presentes na sua vida colectiva, e uma significativa componente residencial, o conjunto de estabelecimentos humanos constituídos por Porto Salvo / Vila Fria / Ribeira da Lage detém uma elevada capacidade de expansão.

A proximidade ao nó da Auto-estrada do Estoril (e ao nó proposto da Via Longitudinal Norte, prevista no PDM) e às áreas do Parque de Ciência e Tecnologia, Quinta da Fonte e Centro de Lagoas (importante conjunto de factores de desenvolvimento), conferem-lhe condições ímpares no quadro da faixa interior do concelho para o reforço das suas funções na rede urbana concelhia.

Barcarena / Leceia

Pese embora a reduzida dimensão, a topografia difícil e o carácter predominantemente residencial, Barcarena / Leceia dispõe também de uma elevada capacidade em termos de expansão urbanística.

A proximidade ao Parque de Ciência e Tecnologia e ao nó previsto de cruzamento da CREL com a VLN permitem perspectivar uma maior atractividade, no futuro, em termos de localização de actividades económicas e, deste modo, um reforço, em quantidade e qualidade, das suas funções centrais.

3.1.2 Eixo Algés / Parque Urbano de Carnaxide

Os impactes dos Programas Estratégicos no pólo de Algés são de natureza e magnitude muito diferenciada dos que se podem enunciar para o pólo de Oeiras.

O eixo Algés / Vale de Algés / Carnaxide, face à acessibilidade conferida pela CRIL e AE de Estoril foi aquele cuja autonomia se começou a esboçar mais cedo, servindo de suporte ao primeiro surto de descentralização do Terciário de Lisboa. Carnaxide consolidou já a sua posição na rede urbana (5º lugar na hierarquia) constituindo uma nova centralidade com uma dinâmica urbanística significativa, pese embora alguma sobrecarga do seu espaço urbano.

Apesar da incidência dos Programas Estratégicos nestas áreas não terem o papel e a dimensão que a concretização do Parque de Ciência e Tecnologia terá na estruturação urbana da área de Porto Salvo, valerá a pena assinalar:

- O reforço do eixo de Carnaxide / Outorela / Portela através da concretização dos programas previstos, para a sua área de expansão imediata, nos Plano de Urbanização da Serra de Carnaxide (habitação unifamiliar; em construção), Parque de Santa Cruz / Golfe Parque (habitação unifamiliar, parque de escritórios, e espaços verdes de recreio e lazer; em construção a 1ª fase).
- A requalificação e descompressão de toda a área através da implementação do Parque Urbano da Serra de Carnaxide (já com plano aprovado). Abrangendo uma área de 155 ha, este parque contém no seu programa o estabelecimento de um conjunto de espaços verdes e de lazer, de equipamentos de carácter turístico e de desporto e a preservação de património paisagístico e cultural ligado às zonas rurais tradicionais.

3.2 Impactes / Iniciativas a Desenvolver

As questões de maior relevo relacionadas com os impactes dos Programas Estratégicos na estrutura urbana do concelho são as que decorrem da impreparação actual da área de Porto Salvo, no eixo Oeiras / Parque de Ciência e Tecnologia (PCT).

Estão aqui em causa, essencialmente, problemas de:

- ordenamento e requalificação urbana de Porto Salvo / Vila Fria;

- estruturação da rede viária e de transportes das áreas cujo desenvolvimento se apoia na EN 249-3.

Porto Salvo

O atravessamento de Porto Salvo pela EN 249-3, muito sobrecarregada em termos de tráfego, provoca situações viárias de congestionamento graves, com perdas de tempo muito significativas e longas filas de espera, por insuficiência da capacidade da estrada no interior do núcleo urbano.

Esta situação induz uma importante restrição à acessibilidade de toda a zona noroeste do concelho (Porto Salvo, Talaíde-Leião, Parque de Ciência e Tecnologia, etc.), constituindo, assim, um grave estrangulamento ao seu desenvolvimento.

Por outro lado, os elevados volumes de tráfego que atravessam a localidade de Porto Salvo, a praticamente todas as horas do dia, provocam uma considerável deterioração da qualidade de vida das populações e também do ambiente natural (poluição aérea e sonora) do local.

A Câmara Municipal não tem estado alheia ao problema encontrando-se já consagrada no Plano Director Municipal a construção de uma "Variante a Porto Salvo" que permita desviar do interior deste aglomerado todo o tráfego de passagem, que representa uma percentagem muito elevada do tráfego total neste troço.

Esta Variante, a cargo da Junta Autónoma das Estradas dado tratar-se de uma via integrada na rede nacional (segundo o Plano Rodoviário em vigor), está já em fase de Projecto de Execução, prevendo-se para breve a sua implementação.

Uma outra estratégia de intervenção, complementar da anterior, consiste em equacionar a possibilidade de criação de um percurso de transportes colectivos moderno e eficiente (eventualmente, do tipo eléctricos rápidos) que faça a ligação entre o complexo do Parque de Ciência e Tecnologia e a linha de combóios de Cascais, e eventualmente de Sintra. Este percurso de Transportes deveria ser pensado para servir também Porto Salvo.

Neste cenário, o centro de Porto Salvo poderia ser pedonizado nalguns troços em articulação com o percurso de eléctricos rápidos, ou de outros transportes públicos, a criar.

Dadas as especificidades da rede viária urbana de Porto Salvo, com ruas muito estreitas e uma estrutura deficiente, será igualmente de tomar especiais precauções em termos da estruturação viária de todas as zonas de expansão previstas no PDM para este aglomerado.

PP Zona Ocidental de Porto Salvo

Do domínio dos instrumentos necessários à solução deste problema destaca-se, no âmbito da iniciativa municipal, a elaboração do Plano de Pormenor da Zona Ocidental de Porto Salvo. Este Plano intervém numa área de 55,8 ha, delimitada pela Ribeira da Lage e a autoestrada A5, visando: a concretização da 1ª fase do Parque Urbano de Porto Salvo (já previsto no PDM); a concretização da via de cintura sul/poente de Porto/Salvo; a estruturação urbana da zona poente do núcleo antigo de Porto Salvo, integrando o Centro de Lagoas. Este empreendimento, classificado como Programa Estratégico no PDM, vem de encontro à perspectiva de reforço da centralidade de Porto Salvo e compreende um espaço misto com uma forte componente de actividade de terciário qualificado e habitação.

4. CENTRALIDADES TRADICIONAIS, REABILITAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS E IDENTIDADE CULTURAL

As centralidades tradicionais do concelho de Oeiras dizem respeito, essencialmente, aos aglomerados localizados entre a auto-estrada Lisboa-Cascais (A5) e a Marginal.

Estes aglomerados - fundamentalmente, Oeiras, Paço de Arcos, Linda-a-Velha e Algés - constituíram, e ainda constituem, os nós fundamentais da estrutura de povoamento do concelho. A sua evolução, primitivamente ligada ao desenvolvimento de uma agricultura intensiva que o mercado de Lisboa sustentava, não conheceu até à segunda metade do século XIX qualquer capacidade de atracção e polarização demográfica.

"A segunda metade do século passado assistiu ao início de um novo processo de reestruturação do espaço concelhio. A melhoria das comunicações por estrada, a descoberta das praias pela burguesia lisboeta e mais tarde a abertura do caminho de ferro, iniciou a fase balnear e do turismo moderno. A arquitectura de veraneio pontificou na ocupação da estreita faixa entre as praias, o caminho de ferro e as encostas viradas a sul, ao sol, ao Tejo. O rio que até então não passava do mais rápido e económico acesso a Lisboa para os produtos e gentes aquém do Jamor, revelava-se agora como o eixo mais dinâmico do desenvolvimento do concelho: assim se descobriu a Linha, a distinção e a glória de uma época que não chegaria um século."¹

¹ Oeiras, Porta do Atlântico, Vereador Prof. David Justino, 1996

Oeiras

Oeiras, o maior aglomerado do concelho (quer em área quer em população), era tradicionalmente a capital rural do concelho. A animada vida própria ("comércio de rua", cafés, casas de petiscos...), assente no seu núcleo antigo, tem vindo a perder expressão à medida que o processo de terciarização se vai instalando. Com grande riqueza patrimonial (com destaque para os jardins e Palácio dos Marqueses) o "Centro da Vila" continua a ser, contudo, onde se localiza a maior concentração de departamentos públicos e institucionais do concelho.

Paço de Arcos

Paço de Arcos com um notável núcleo antigo, é um dos aglomerados do concelho onde o bairrismo e a tradição são mais fortes. Contrariamente aos outros aglomerados, cuja origem se liga à actividade agrícola, o seu desenvolvimento dá-se a partir do seu porto. A traça original marítima está ainda bem patente nos quarteirões da zona histórica, no porto de recreio, na Escola Náutica, etc.. No centro histórico concentra-se o comércio mais qualificado e os equipamentos.

Linda - a - Velha

Linda-a-Velha, dada a grande fertilidade das suas terras, tem uma matriz de origem marcadamente rural. De núcleo com um peso importante no abastecimento de produtos hortícolas à cidade de Lisboa passa, fundamentalmente a partir dos anos setenta, a sofrer uma forte pressão urbanística. Actualmente a sua componente residencial é elevada, com características de "dormitório" dada escassez de espaços e equipamentos de animação da vida colectiva. A actividade comercial sendo razoável está mais orientado para o serviço às empresas e menos para os seus habitantes.

Algés

Algés cedo beneficiou da proximidade à cidade de Lisboa, tendo a sua actividade comercial vindo progressivamente a alargar-se. A "baixa de Algés" com uma oferta comercial muito diversificada e qualificada e os espaços de lazer e esplanadas junto à Marginal (dos tempos em que foi uma importante estância balnear para a população de Lisboa) conferem-lhe uma capacidade de atracção e um ambiente de vivência urbana intensa. As potencialidades de expansão e revitalização da sua frente ribeirinha (acima e abaixo da marginal) são conjuntamente com a recuperação da zona antiga da vila e com um melhor aproveitamento do Aquário Vasco da Gama, factores decisivos para o seu desenvolvimento equilibrado.

4.1 A Organização Espacial e o Sistema Cultural

As estruturas urbanas consolidadas dos aglomerados aqui em análise, nomeadamente as suas zonas antigas - centros históricos - reportam pela sua morfologia a estruturação de uma vida colectiva de características rurais, onde a importância da relação pessoal e da fixação ao lugar eram condições essenciais de dinâmica.

O processo de urbanização decorrente do crescimento acelerado a partir da década de 50, atingiu os seus mais elevados ritmos e níveis (nomeadamente nas décadas de 60 e 70) deixando marcas de desqualificação urbana em algumas áreas de maior densificação / massificação ainda hoje bem patentes em algumas urbanizações destes aglomerados.

No contexto desta evolução, a maior parte dos bairros, que até então eram relativamente autocentrados, transformaram-se muitas vezes em simples unidades residenciais monofuncionais.

Paralelamente, desenvolve-se outro fenómeno de especialização, onde equipamentos, indústrias e comércio se localizam em espaços específicos sem a sobreposição num mesmo espaço das diferentes actividades .

Os efeitos sociais desta composição espacial traduzem-se, essencialmente, numa alteração da organização da vida quotidiana. A relação interpessoal já não é um factor decisivo de um processo de integração mais global; os locais de trabalho e de residência já não são os mesmos.

Este fenómeno de decomposição da estrutura urbana tradicional vê-se reforçado pelo uso do automóvel como meio de mobilidade previligiado, criando novas necessidades de estacionamento e engarrafamentos de fluxos.

A perda de importância da imposição espacial vem dar origem ao aparecimento de lugares estratégicos em sítios periféricos. Na vila de Oeiras, por exemplo, surgem pontos de animação em áreas bastante afastadas do centro através da localização de centros comerciais - "Palmeiras Shopping", "Alto da Barra", "Pingo Doce" etc.

Estes fenómenos não determinam, no entanto, um corte radical entre morfologia e os modos de vida: a possibilidade de deslocações curtas continua a ser decisiva para assegurar a necessidade de trocas rápidas e não programadas e a necessidade de encontros aleatórios.

Os espaços públicos e semi-públicos continuam, assim a ser decisivos para o dinamismo da vida colectiva. Isto não significa, contudo, que a restituição de traços urbanos do passado promova, por si só, numa comunidade, o poder de decisão sobre si própria e o reforço da sua identidade cultural.

4.2 Principais Problemas / Iniciativas a Desenvolver

Os centros históricos do concelho de Oeiras, nomeadamente, o da vila de Oeiras e o de Paço de Arcos necessitam de um tratamento específico que contemple:

- o melhoramento do estado dos arruamentos e acessos;
- o aumento da oferta de estacionamento;
- a melhoria das condições de circulação;
- o melhoramento do nível de qualificação e modernização dos estabelecimentos comerciais e de serviços;
- a criação de espaços de animação da vida colectiva.

4.2.1 Rede Viária, tráfego e estacionamento

Oeiras e Paço de Arcos

As malhas urbanas antigas dos núcleos históricos de Oeiras e Paço de Arcos não possuem condições para uma utilização intensiva por parte do tráfego e estacionamento, tendo já sido ultrapassados os níveis de saturação.

Em consequência, verificam-se situações de elevado congestionamento de trânsito, acessibilidade reduzida, carência de estacionamentos, insegurança rodoviária, poluição atmosférica e sonora e perda de atractividade para a localização de actividades económicas ou de residências.

Encontram-se já em elaboração instrumentos de intervenção de iniciativa municipal no sentido da correcção destes problemas, designadamente: o

"Estudo de Circulação e Estacionamento em Oeiras e Paço de Arcos" e dois Planos de Pormenor para os dois núcleos históricos em causa.

Quanto a pedonização e reestruturação viária, seria vantajosa a restituição destas zonas ao peão e a funções claramente urbanas e turísticas, eliminando o tráfego de atravessamento por vias de tráfego importantes. Isto implica uma reestruturação viária e a concretização de vias periféricas a estas zonas, do tipo "circular", ou em "anel", como previsto no PDM.

Interfaces multimodais

Quanto à situação dos interfaces multimodais :

- O interface de Oeiras é um dos mais utilizados, mas possui uma deficiente estrutura funcional e operativa para apoio dos utentes de transportes públicos e individuais. Atinge preocupantes níveis de insegurança quer rodoviária quer pedonal.
- O estacionamento do transporte individual efectua-se ao longo dos arruamentos na envolvente da estação ferroviária, onde apenas existe um pequeno parque de estacionamento ao longo da Alameda Fundição de Oeiras, a sul da estação ferroviária, e cuja capacidade é manifestamente insuficiente.
- Os terminais de carreiras de transporte público localizam-se nos passeios em redor do Largo Henrique Paiva Couceiro, não dispendo de condições de conforto e de apoio ao utente para a realização do transbordo rodo-ferroviário. Em termos futuros, a evolução do funcionamento do interface de Oeiras está bastante relacionado com o Plano de investimentos da CP na melhoria da oferta de transporte na Linha de Cascais. A construção da nova estação do Espargal e simultaneamente a prevista desactivação da estação de Santo Amaro

assim como a significativa melhoria do interface de Carcavelos, influenciam a evolução da estação de Oeiras.

- No "Estudo dos Interfaces Multimodais de Oeiras e Espargal" perspectivam-se algumas soluções para Oeiras que passam pela construção de estacionamento de grande capacidade - grande silo automóvel junto ao picadeiro; silo e terminal na Quinta de Stº António; espaço da Fundação - e pela reorganização do terminal rodoviário.
- O interface de Paço de Arcos desenvolve-se presentemente na envolvente da estação ferroviária, sem condições adequadas às necessidades de espaço de transbordo de utentes e de manobras de veículos de transportes Públicos. O impacte ambiental do interface é bastante penalizante na zona habitacional envolvente da estação, já que são consideráveis os níveis de poluição sonora e do ar.
- O Plano de Pormenor da Zona do Interface de Paço de Arcos cria um novo terminal rodoviário a poente da estação, com estacionamento das carreiras de transportes de ligação aos aglomerados do interior do concelho e à zona sul de Paço de Arcos.

Linda-a Velha

A rede viária urbana (Av.25 de Abril) em Linda-a-Velha já há muito que está sem capacidade de escoamento para os elevados volumes de tráfego debitados pelo nó de ligação à autoestrada A5, o qual sofreu recentemente uma reformulação no sentido de um significativo aumento da sua capacidade e segurança, originando, assim, situações de congestionamento muito frequentes.

O rápido crescimento da ocupação urbanística na área de influência deste nó sem a correspondente modernização das infraestruturas viárias urbanas contribui para que a capacidade destas áreas esteja esgotada. O

seu alargamento é porém quase impossível devido aos constrangimentos muito fortes de inserção no meio urbano consolidado.

A falta de algumas conexões fundamentais no Nó de Monsanto (entre a CRIL e a A5) estarão na origem deste estrangulamento.

Em situação limite em relação aos limiares das infraestruturas torna-se imperioso uma inversão das tendências de expansão urbana actuais.

A implementação do " Estudo de Reordenamento da Circulação na Av. 25 de Abril, em Linda-a-Velha" só poderá contribuir para a minimização dos problemas existentes.

É necessário reequacionar todo o actual sistema de deslocações pendulares na zona oriental do concelho, de forma a racionalizar a utilização das infraestruturas e conferir uma muito maior importância ao transporte colectivo.

Algés

A rede arterial urbana do núcleo central de Algés está em rotura devido às grandes cargas de tráfego (motorizado e pedonal) existentes. Isto deve-se ao grande potencial gerador próprio do aglomerado, e também ao importante fluxo de atravessamento, fruto de várias insuficiências da rede viária municipal.

A situação é agravada por outros factores importantes tais como a sobrecarga excessiva de estacionamento (diurno e nocturno), a localização próxima de um grande interface intermodal (rodo e ferroviário) de transportes colectivos de passageiros e a proximidade e articulação da malha urbana com importantes vias de nível metropolitano (Estrada Marginal e CRIL

As propostas prévias do "Estudo de Ordenamento da Circulação e do Estacionamento em Algés" entretanto em elaboração, apontam inequivocamente para a necessidade de se proceder a uma significativa transferência modal dos volumes de passageiros do transporte individual para o transporte colectivo, como única forma de resolver os problemas diagnosticados. Estão já em curso algumas medidas neste sentido.

4.2.2 Reabilitação Urbana

Para além da reabilitação física dos edifícios, e tentando contrariar a forte tendência de desvitalização dos núcleos de Oeiras e Paço de Arcos, foram já lançadas pela a Câmara Municipal de Oeiras um conjunto de iniciativas com o objectivo de criação de espaços públicos de apoio à animação da vida colectiva, sendo de destacar:

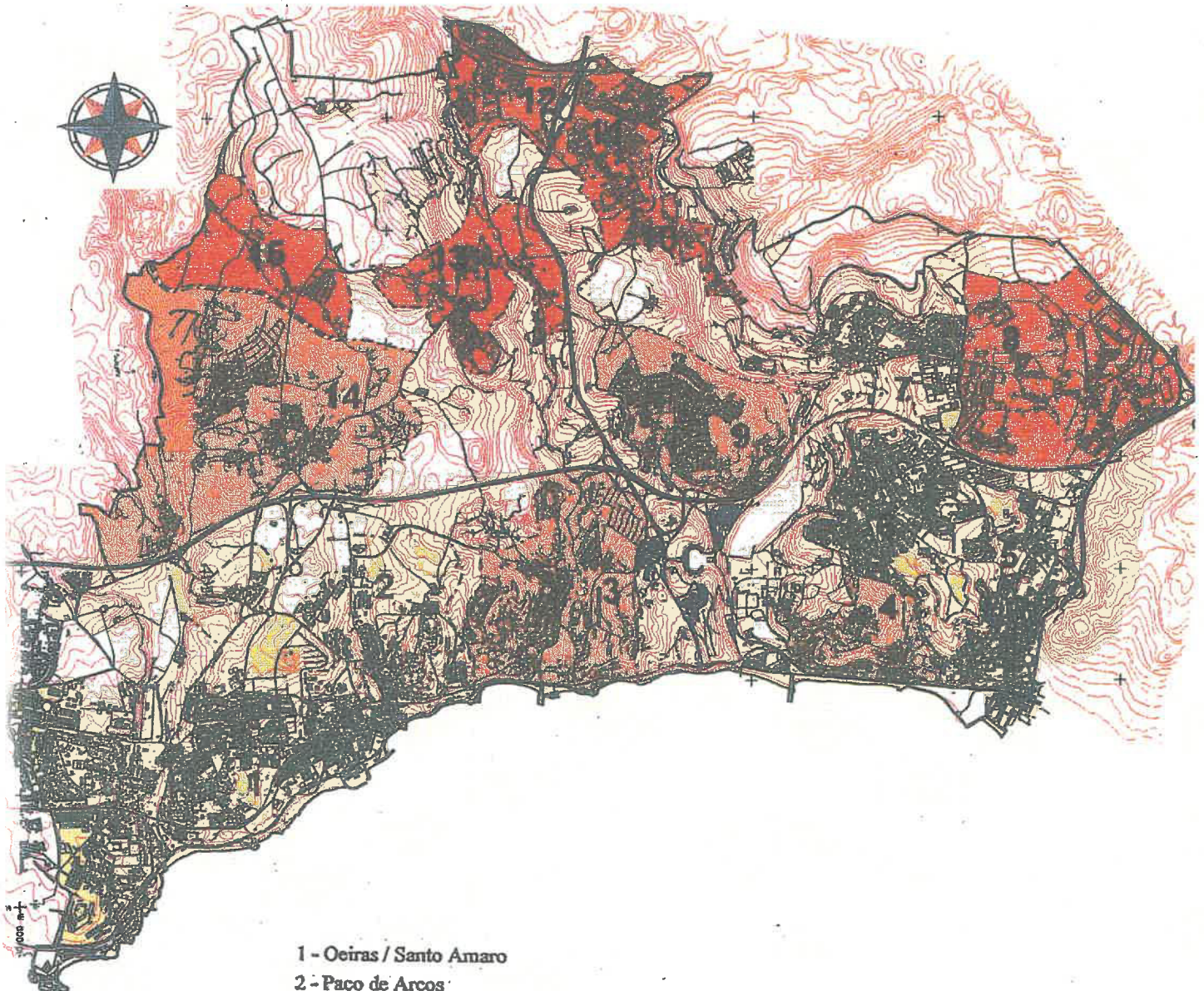
- a área do Palácio dos Marquesses de Pombal (programa de abertura ao público);
- a área de Protecção à Ribeira da Lage.
- A área do Paço de Arcos e Quinta (programa de abertura ao público);
- o Jardim de Paço de Arcos (programa de animação de rua);
- a área do Posto Náutico (reordenamento da área envolvente).

Entre outras acções refiram-se ainda :

- remodelação da Casa de Ferramentas da Quinta Real de Caxias - Caxias (projecto de execução);

- recuperação da Rua 7 de Junho de 1759 - 1ª fase - Oeiras (proj. de execução) ;
- reabilitação dos Fornos da Cal - 1ª fase - Paço de Arcos (estudo prévio);
- remodelação da Praça Guilherme Gomes Fernandes - Paço de Arcos (estudo prévio);
- remodelação da Rua dos Fornos - 1ª fase (proj. de execução);
- recuperação da Capela de São Sebastião - Barcarena (estudo prévio);
- recuperação e remodelação da Biblioteca Operária Oeirense - Oeiras (proj. de execução).

O acompanhamento dos processos de recuperação de edifícios ao abrigo do RECRIA, empreendido pelo GTL, e a divulgação dos incentivos financeiros, tem sido uma prática permanente junto da população moradora nos Centros Históricos.

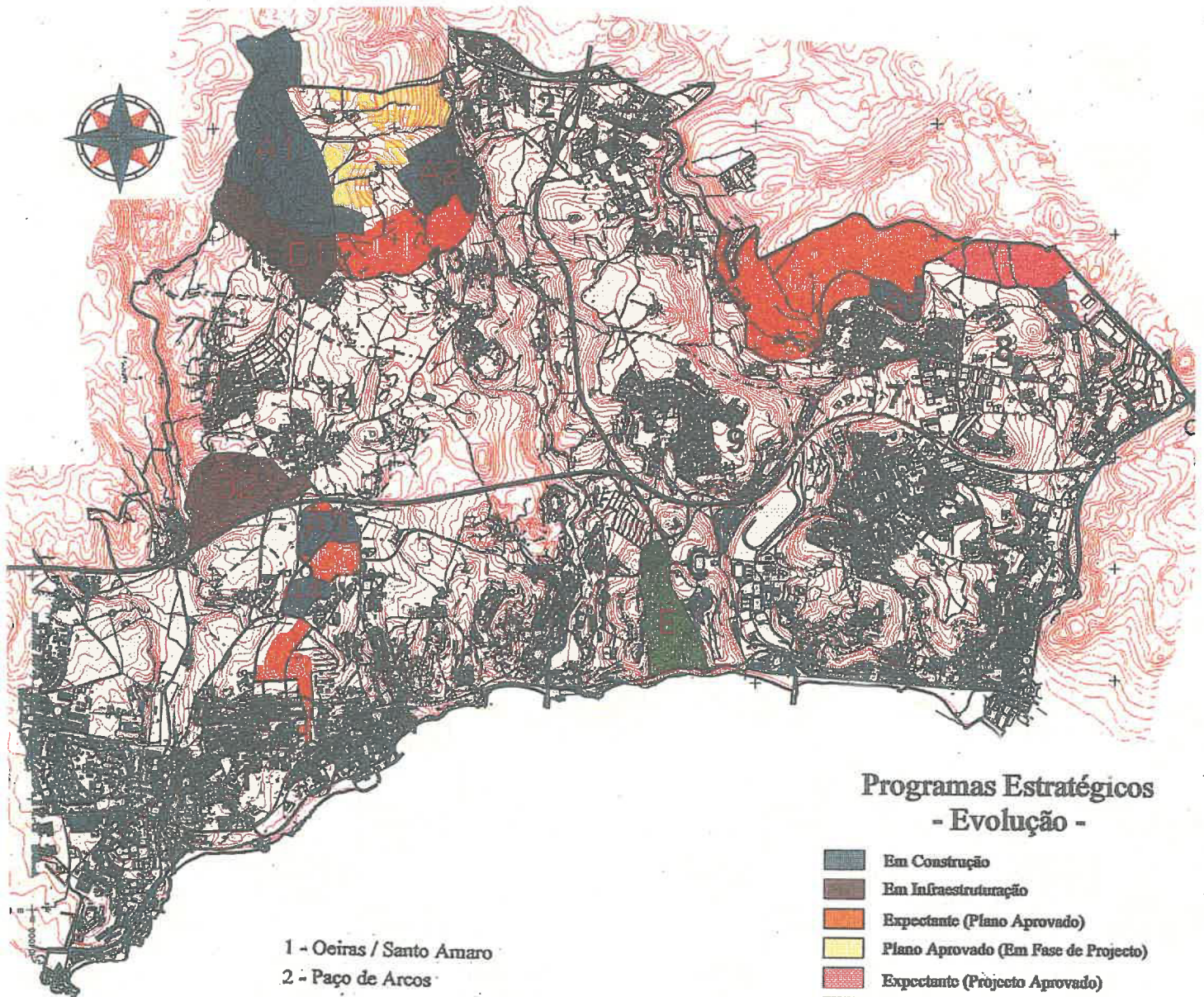


- 1 - Oeiras / Santo Amaro
- 2 - Paço de Arcos
- 3 - Caxias / Laveiras
- 4 - Cruz Quebrada / Dafundo
- 5 - Algés / Miraflores
- 6 - Linda-A-Velha
- 7 - Cãmoxide
- 8 - Outurela / Portela
- 9 - Queijas
- 10 - Valejas
- 11 - Queluz de Baixo
- 12 - Tercena
- 13 - Barcarena / Leceia
- 14 - Porto Salvo / Vila Fria
- 15 - Talaíde / Leião

Assimetrias Espaciais

- 1º Grupo
- 2º Grupo
- 3º Grupo

FONTE: G.D.M. - GABINETE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL / C.M.O.
PDM AVALIAÇÃO 96
SÚPORTE DIGITAL: G.E. - GABINETE DE ESTUDOS / C.M.O.



**Programas Estratégicos
- Evolução -**

- Em Construção
- Em Infraestruturação
- Expectante (Plano Aprovado)
- Plano Aprovado (Em Fase de Projecto)
- Expectante (Projecto Aprovado)
- Expectante (Aprovado em PDM)

- 1 - Oeiras / Santo Amaro
- 2 - Paço de Arcos
- 3 - Caxias / Laveiras
- 4 - Cruz Quebrada / Dafundo
- 5 - Algés / Miraflores
- 6 - Linda-A-Velha
- 7 - Carnaxide
- 8 - Outurela / Portela
- 9 - Queijas
- 10 - Valejas
- 11 - Queluz de Baixo
- 12 - Tercena
- 13 - Barcarena / Leceia
- 14 - Porto Salvo / Vila Fria
- 15 - Talaíde / Leíão

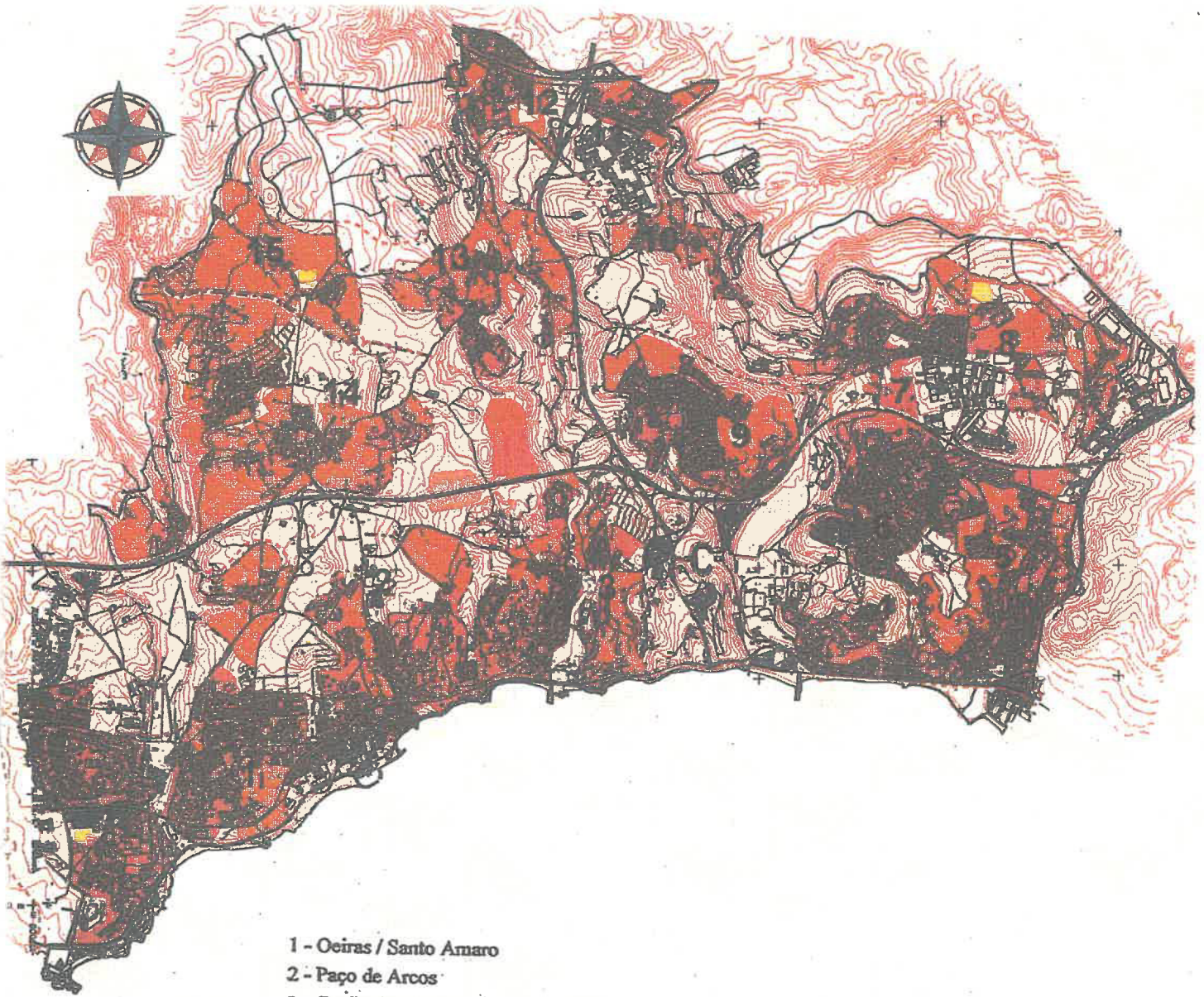
Programas Estratégicos

- A1 - PCT / Tagus Parque
- A2 - PCT / Fábrica da Pólvora
- A3 - Quinta da Fonte / Aranas
- A4 - Quinta da Fonte / Shopping Center
- A5 - P. Urb. Serra de Carnaxide / Hab. Unifamiliar
- A6 - Parque de Santa Cruz (1ª Fase)
- B - PCT / Cabanas Golf
- C1 - PCT (Expectante)
- C2 - Quinta da Fonte (Expectante)
- C3 - Norte de Oeiras
- C4 - Parque Urbano Serra de Carnaxide
- D1 - PCT / Aglomerado de Talaíde
- D2 - Centro de Lagoas
- E - Alto da Boa Viagem
- F - Parque de Santa Cruz (2ª e 3ª Fase)

FONTE: G.D.M. - GABINETE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL / C.M.O.
PDM AVALIAÇÃO 96






SUPORTE DIGITAL: G.E. - GABINETE DE ESTUDOS / C.M.O.





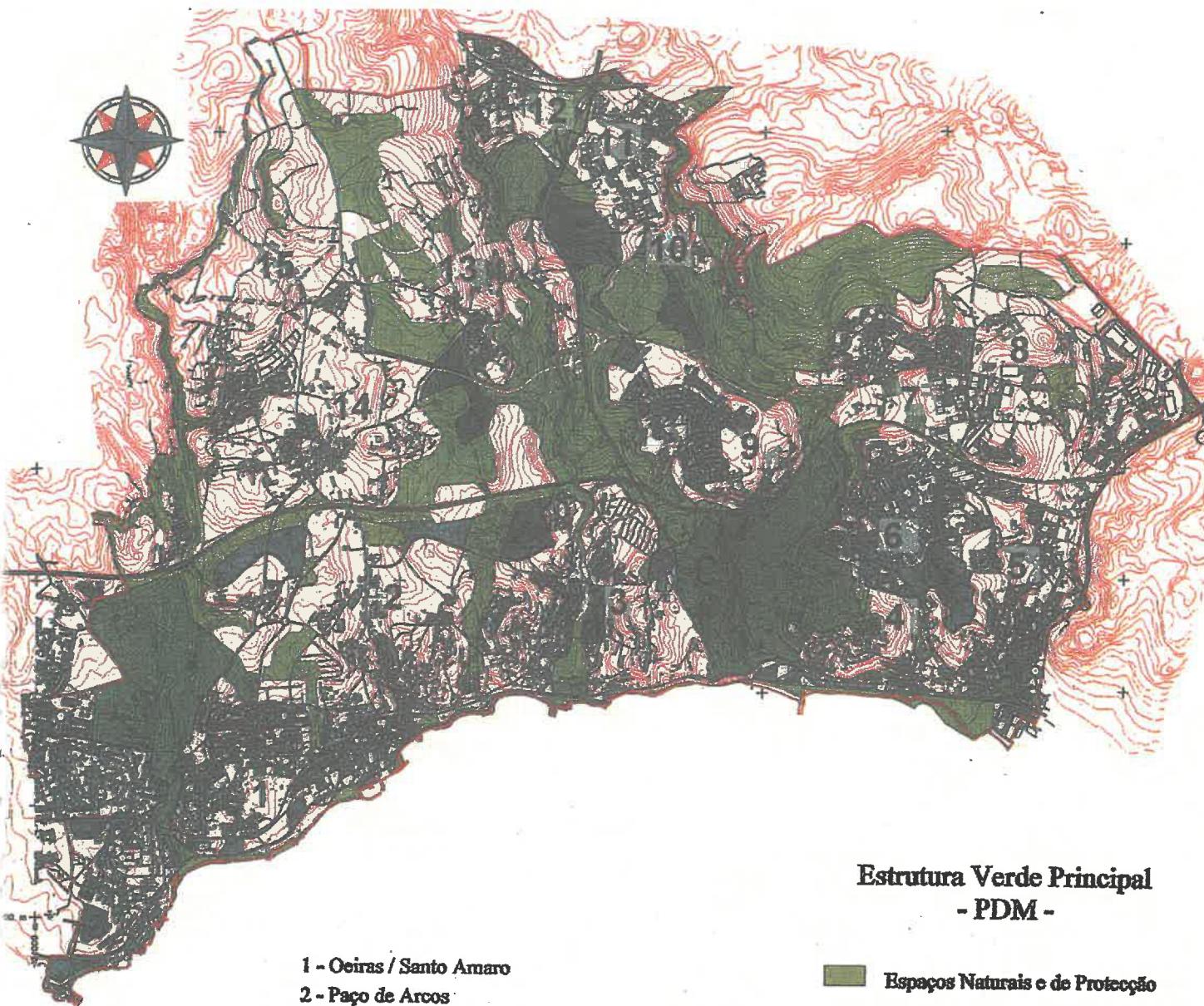
- 1 - Oeiras / Santo Amaro
- 2 - Paço de Arcos
- 3 - Caxias / Laveiras
- 4 - Cruz Quebrada / Dafundo
- 5 - Algés / Miraflores
- 6 - Linda-A-Velha
- 7 - Cãmaraide
- 8 - Outurela / Portela
- 9 - Queijas
- 10 - Valejas
- 11 - Queluz de Baixo
- 12 - Tercena
- 13 - Barcarena / Leccia
- 14 - Porto Salvo / Vila Fria
- 15 - Talaíde / Leíão

**Aglomerados Urbanos
Evolução Urbanística**

-  Espaço Urbano
-  Espaço Urbanizável
-  Espaço em Fase de Urbanização
-  Limite de Aglomerado
-  Vias Estruturantes (Não Executadas)












FONTE: G.D.M. - GABINETE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL / C.M.O.
PDM AVALIAÇÃO 96

SUPORTE DIGITAL: G.E. - GABINETE DE ESTUDOS / C.M.O.



Estrutura Verde Principal - PDM -

- 1 - Oeiras / Santo Amaro
- 2 - Paço de Arcos
- 3 - Caxias / Laveiras
- 4 - Cruz Quebrada / Dafundo
- 5 - Algés / Miraflores
- 6 - Linda-A-Velha
- 7 - Cãmoxide
- 8 - Outurela / Portela
- 9 - Queijas
- 10 - Valejas
- 11 - Queuz de Baixo
- 12 - Tercena
- 13 - Barcarena / Leceia
- 14 - Porto Salvo / Vila Fria
- 15 - Talafde / Leião

-  Espaços Naturais e de Protecção
-  Espaços de Equilíbrio Ambiental
-  Reserva Agrícola Nacional
-  Verde Urbano Existente
-  Verde Urbano Programado
-  Quintas
-  Espaço Semi-Rural
-  Áreas Consolidadas da EVP
-  Áreas Complementares da EVP
-  (Áreas Multiuso; Áreas de Serviço)
-  Linhas de Água

FONTE: G.D.M. - GABINETE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL / C.M.O.
PDM AVALIAÇÃO 96

SUPORTE DIGITAL: G.E. - GABINETE DE ESTUDOS / C.M.O.



ESTRUTURA VIÁRIA

- Rede Viária Existente
- - - Rede Viária Proposta

FONTE: G.D.M. - GABINETE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL / C.M.O.
PDM AVALIAÇÃO 96

SUPORTE DIGITAL: G.E. - GABINETE DE ESTUDOS / C.M.O.

5. MULTIFUNCIONALIDADE, MOBILIDADE E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E ARTICULAÇÃO

5.1 Estrutura Urbana e Vida Colectiva

Quando se fala de *cidade*, nem sempre se utiliza a expressão com a clareza de conceitos necessária à explicitação do ângulo de análise:

- um conceito descritivo, identifica a cidade como uma realidade material concreta;
- um conceito interpretativo, relaciona-a com o conjunto de funções sociais diversas que a diferenciam de qualquer outra entidade (uma empresa, uma escola, etc).

Não existe uma ligação automática entre a realidade material e o conjunto de funções normalmente associadas à ideia de cidade. Ou melhor, a uma determinada composição espacial não se liga um tipo único de interdependência entre funções sociais ou de modo de vida.

A cidade tira a sua especificidade do facto de não ser o lugar de uma função específica (como uma casa, uma escola, uma empresa, um hospital...) envolvendo várias funções em interacção através da relação com o espaço.

A concepção funcionalista, seguida desde os anos 30 (sobretudo nos anos 50) por arquitectos e urbanistas, reduziu a cidade a uma soma de espaços mono-funcionais. Tendo procurado resolver problemas de higiene, salubridade e ergonomia, negligenciou os espaços de vida colectiva.

Os modos de relação entre o lugar de habitat e a vida social virão modificar o processo de urbanização. Neste processo a mobilidade espacial vem estruturar a vida quotidiana:

- várias inovações tecnológicas tornam a mobilidade espacial possível;
- o desenvolvimento da mobilidade é progressivamente conotado positivamente, mesmo que tenha um impacto diferente nos vários usos e representações do espaço.

Em situação não urbanizada, dá-se quase a sobreposição entre o aspecto morfológico e a estruturação da vida colectiva.

Em situação urbanizada, a relação entre a morfologia e a estruturação da vida colectiva é mais flexível e menos necessária.

“À medida que forem aparecendo meios cada vez mais variados e eficazes, não só de deslocar pessoas e bens, mas também e sobretudo de difundir à distância mensagens e ideias, vai enfraquecendo a imposição espacial, diluindo-se a conjuntura radical entre morfologia e efeitos sociais, a ponto de os lugares que se tornam estratégicos poderem doravante ser lugares periféricos, deslocando assim os desafios e os investimentos e destruindo ao mesmo tempo que as muralhas, um número importante de monopólios da cidade para os redistribuir segundo outras modalidades espaciais.”¹

Estes fenómenos não provocam, no entanto, uma ruptura total entre a morfologia e as funções sociais:

¹ *A Cidade: Rumo a Uma Nova Definição*, Jean Rémy e Liliane Voyé, Ed. Afrontamento, Porto, 1994

- a acessibilidade quotidiana directa, ligada à proximidade espacial, continua a ser determinante para assegurar a possibilidade de trocas rápidas e não programadas e a multiplicidade de encontros aleatórios (não se sabe quem se vai encontrar, nem o que será importante nos encontros e informações recolhidas);
- a existência de tais encontros aleatórios depende da presença de lugares públicos e semi-públicos os quais são os lugares privilegiados da emergência da vida colectiva e o seu suporte mais seguro.

Ao recusar-se a concepção funcionalista da cidade, que esquece a importância dos espaços de vida colectiva, recusam-se também "... as tendências mais recentes, que caíndo num automatismo inverso, julgam que a redescoberta ou a restituição dos traços urbanos do passado e do habitat irão gerar por si só o regresso a um modo de vida *comunitário* (visto de modo idealizado: ausência de conflito, ausência de hierarquia...) e devolução a essa comunidade do poder de decisão sobre si própria e sobre o seu futuro."¹

Quando se relaciona a estrutura urbana com a vida colectiva, deve-se privilegiar a conjugação de dois aspectos fundamentais:

- o reconhecimento do valor dos **espaços públicos** para o dinamismo da vida colectiva;
- o reconhecimento da importância da **mobilidade** que doravante estrutura a vida quotidiana, quer dos indivíduos, quer dos actores colectivos que se constituem através de espaços múltiplos.

¹ Jean Rémy e Liliane Voyé, op.cit.

Na cidade as inter-relações são decisivas e traduzem-se na própria morfologia. A composição espacial pode favorecer ou dificultar a criação e complementaridade de espaços públicos e de mobilidade.

5.2 Estrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável

5.2.1 Forma urbana

“ Hoje em dia, é geralmente aceite que a forma urbana (isto é, o tipo e a densidade do desenvolvimento dos centros urbanos) influencia os padrões de mobilidade das populações, a aptidão para manter a biodiversidade, e a qualidade de vida.”¹

Densidade urbana

A discussão sobre esta matéria - relação entre a forma urbana e a sustentabilidade ambiental - tem-se centrado, essencialmente, na questão da densidade urbana.

Transportes

A altas densidades corresponde uma maior economia em termos de consumo do recurso solo, e menores deslocações, o que é desejável do ponto de vista energético. A ideia de crescentes densidades urbanas à volta de pontos de grande acessibilidade (principalmente de transportes públicos) tem vindo, assim, a ser defendida em soluções de desenvolvimento urbano diferenciadas.

¹ *Cidades Europeias Sustentáveis*, Comissão Europeia / Grupo de Peritos Sobre o Ambiente Urbano, 1994

5.2.2 Espaços Públicos

“ O valor dos espaços abertos dentro do tecido urbano está a ser redescoberto. Os espaços abertos compreendem uma grande variedade de espaços verdes, incluindo parques nacionais ou municipais, remanescentes dos recursos naturais, como os cursos de água, os terrenos agrícolas, jardins privados, espaços urbanos públicos, como as praças das cidades e os espaços que envolvem os monumentos, e habitats que se desenvolvem em terrenos já não utilizados como indústria.”¹

“ Até à data, a maior justificação para preservar os espaços abertos tem sido o reconhecimento das funções especiais que desempenham (em termos de locais de reunião, e áreas de lazer recreio e descontração) e o seu valor como amenidade (contribuição para a qualidade de vida). A nova perspectiva , em termos de sustentabilidade é maximizar o papel ecológico dos espaços abertos dentro do tecido urbano, a somar à manutenção das suas funções social e de amenidade (i.e., utilização polivalente dos espaços abertos).”¹

Os espaços abertos verdes preenchem várias funções ecológicas:

- o aumento da área de permeabilidade, pode ajudar a controlar a água das chuvas, reduzindo os caudais suportados pelos sistemas de tratamento de águas residuais;
- o aumento da cobertura de vegetação pode também maximizar a contribuição da água das chuvas para as provisões dos lençóis de água;

¹ Box & Harrison, 1993, citados em *Cidades Europeias Sustentáveis*, op.cit.

- uma boa cobertura de vegetação melhora, também, a qualidade do ar local e, desta forma, o seu micro-clima;
- a sua importância para a vida selvagem está a ser progressivamente reconhecida - com a ligação entre áreas abertas separadas podem-se criar “corredores verdes” permitindo às plantas e aos animais a colonização de novos nichos - havendo já experiências bem sucedidas de aproveitamento de itinerários de transporte e vias para peões.

Os espaços abertos verdes oferecem, também, oportunidades consideráveis para a inovação e participação da comunidade. Nos países do norte da Europa, onde a cultura urbanística e ambiental se encontra já sedimentada quer, ao nível da administração pública, quer ao nível do cidadão comum, existe já experiência assinalável neste domínio. Os cidadãos são encorajados a tomarem um papel activo na manutenção destes espaços através de modalidades diferenciadas_ desde programas de ocupação de tempos livres até a enquadramentos mais objectivados envolvendo a criação de algum “negócio” e emprego.

5.2.3 Renovação Urbana

“ A importância da renovação urbana tem sido crescentemente reconhecida durante os anos 80. O desafio da sustentabilidade, é incentivar uma evolução e renovação de áreas mais sensíveis e ambientalmente mais sãs, e procurar uma abordagem mais integrada dos

¹ *Cidades Europeias Sustentáveis, op.cit.*

projectos de renovação, considerando cada um como parte de uma estrutura global da cidade.”¹

5.2.4 Multifuncionalidade

“ O Livro Verde do Ambiente Urbano (CEC, 1990) recomenda vivamente o incentivo a projectos urbanos com funções mistas.”²

A mistura de usos proporciona a redução de deslocações e significa procurar o equilíbrio entre habitação, emprego e outras funções, em cada sector urbano. A sua importância deve ser levada à escala do quarteirão. Verifica-se, contudo que, quanto menor for a dimensão da escala de intervenção, maior deve ser o cuidado na programação de actividades económicas a instalar - a integração de determinadas actividades não garante, só por si, que os residentes nelas trabalhem e não em empregos mais distantes.

A experiência em diferentes países permitiu constatar que o uso misto era mais fácil de alcançar onde a procura é grande ou em áreas centrais. Nas operações de construção de habitação de iniciativa pública, a capacidade de implementação pode, também, ser majorada.

¹ *Cidades Europeias Sustentáveis*, op.cit.

² *Cidades Europeias Sustentáveis*, op.cit.

6. CENÁRIOS DE FUTURO: FEDERAÇÃO DE AGLÔMERADOS OU CIDADE VERDE?

6.1 As Novas Sub-Unidades Urbanas

O crescimento urbano das últimas décadas consolidou já a continuidade urbana entre conjuntos de aglomerados:

Sub-unidade Ocidental Sul

- Cruz Quebrada / Dafundo, Algés e Linda-a-Velha, que se passará a designar por sub-unidade Ocidental Sul.

Sub-unidade Oriental Sul

- Oeiras / Paço de Arcos e Caxias / Laveiras, designada por sub-unidade Oriental Norte.

O progressivo preenchimento dos perímetros urbanos definidos no PDM e a concretização dos Programas Estratégicos agregarão novas áreas às sub-unidades já referidas e potenciarão a configuração de duas outras sub-unidades:

Sub-unidade Ocidental Sul

Com a concretização da VLN, da Expansão Nascente de Queijas e a Implementação do Plano de Pórmenor da Área Central da Outorela-Portela, bem como do Plano de Urbanização do Alto dos Barronhos, ficará configurada a sub-unidade Ocidental Norte.

Queijas, embora com a separação física do vale do Jamor, ficará ligada a Carnaxide pelo viaduto da VLN.

Sub-unidade Oriental Norte

Com a concretização dos Planos de Pormenor da Quinta da Fonte, da Zona de Expansão Industrial de Paço de Arcos e da área urbanizável adjacente à quinta do Torneiro, a sub-unidade Oriental Sul atingirá praticamente o seu pleno preenchimento, tendo como limite norte a A5.

A nova dinâmica que está a registar-se na zona noroeste do Concelho, com a rápida concretização do Parque de Ciência e Tecnologia, a intervenção promovida pela Câmara Municipal na Fábrica da Pólvora de Barcarena e os estudos já elaborados para a restante área do Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (Cabanas Golf), conduzirá, nos próximos anos, à configuração e consolidação da sub-unidade Oriental Norte.

Tercena e Queluz de Baixo

Tercena e Queluz de Baixo constituem uma sub-unidade isolada das restantes, por razões de encaixe físico (orografia). A sua articulação efectuar-se-á preferencialmente com centralidades externas, mantendo, no entanto uma ligação à sub-unidade Oriental Norte através de Barcarena e à sub-unidade Ocidental Norte através da CREL (Queijas).

6.2 Os Eixos de Centralidade

A concentração de serviços e de comércio na envolvente dos nós da A5 de Oeiras / Porto Salvo e Carnaxide / Linda-a-Velha está a consolidar novas centralidades, deslocadas para norte em relação à orla costeira e nas zonas de articulação das sub-unidades urbanas.

O Parque de Ciência e Tecnologia constitui o terceiro pólo.

A ligação das novas centralidades às centralidades tradicionais cria os eixos de articulação Norte / Sul:

Eixo Oriental

Eixo Oriental, ligando os centros de Oeiras e Paço de Arcos à zona do nó de Oeiras/Porto Salvo (Quinta da Fonte, Oentro Comercial e Centro de Lagoas) e desenvolvendo-se para norte na direcção do Parque de Ciência e Tecnologia.

Eixo Ocidental

Eixo Ocidental, ligando a baixa de Algés a Linda-a-Velha, através de Miraflores, desenvolvendo-se para norte, pela Av. Prof. Reinaldo dos Santos e inflectindo para poente até ao Centro Cívico de Carnaxide e para nascente até à zona das grandes superfícies comerciais (Jumbo, Aki e Makro).

O modelo de estruturação do concelho tende a constituir cinco sub-unidades urbanas e dois eixos principais que articulam os centros tradicionais e as novas centralidades.

6.3 Factores Estruturantes

Que factores e opções estratégicas poderão consolidar a articulação entre as sub-unidades urbanas, transformando-as num Espaço Cidade Multipolar ?

Articulação Funcional

A articulação funcional pode concretizar-se acentuando os canais de mobilidade entre as sub-unidades urbanas, contando, para este objectivo com dois eixos viários já reconhecidos como estratégicos:

- A Via Longitudinal Norte (VLN)
- A Variante à 249-3 (V249-3)

A VLN assegurará a ligação da sub-unidade Oriental Norte, próxima da zona de maior dinâmica desta última, ou seja, do PCT.

A V249-3 assegurará a ligação ao PCT a partir da A5 consolidando a centralidade Oriental Norte e garantindo a continuidade do eixo oriental de articulação de centralidades.

O suporte viário do eixo Ocidental é assegurado pela Av. Prof. Reinaldo dos Santos, desdobrando-se depois na Av. Norton de Matos e na sua futura extensão pelo Alto de Algés até à Junça e na Av. dos Leões e Av. 25 de Abril em Miraflores.

Importa, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, encontrar nestes eixos o suporte para a criação de uma rede de transportes públicos que feche o anel de articulação com o caminho de ferro a sul.

Circulação transversal

A circulação transversal fica assegurada :

- Pelo corredor ribeirinho constituído pela linha de caminho de ferro e a Marginal.
- Pelo corredor norte constituído pela VLN a que se deverá associar, no mesmo suporte, em traçado alternativo, um corredor de transportes públicos.

Circulação perpendicular

A circulação perpendicular deverá concretizar-se através do eixo Oriental e Ocidental, ligando respectivamente a interface de Oeiras e Paço de Arcos ao PCT e o interface de Algés a Carnaxide.

A solução a adoptar para a rede de transportes públicos deverá assegurar a integração intermodal e a selecção do modo de transporte deverá ter

em consideração a relação custo benefício ambiental (metro de superfície, eléctricos rápidos, shuttles em mono carril, etc).

6.4 Qualificação Ambiental e Articulação Social

“Parque urbano global”

A articulação entre as sub-unidades urbanas já concretizada e em formação no território do Município poderá concretizar-se através da estrutura verde principal, organizada como "parque urbano global", estruturante do espaço-cidade.

Espaços de sociabilização

As áreas de contacto com a natureza e de actividades lúdicas e desportivas são as que manterão mais potencial como "espaços de sociabilização" quando a generalização do teletrabalho, das telecompras, do telebanco, etc., permitirem que a mobilidade urbana seja uma opção e não uma necessidade.

“Oeiras Cidade Verde”

Oeiras tem condições para se organizar como "Cidade Verde", utilizando a Estrutura Verde como espaço de articulação urbana:

- Contratualizando com o Instituto do Desporto uma utilização da área do Estádio Nacional com componentes adaptadas à população local.
- Contratualizando com o Ministério da Agricultura a utilização pública futura de parte do espaço que está afecto à Estação Agronómica Nacional.
- Contratualizando com o Ministério da Defesa a disponibilização futura da área da Estação Rádio Naval em Algés, para a criação dum complexo de recreio e de desporto.

- Criando um Programa de Negociação/Aquisição de terrenos de reserva de médio prazo para garantir a integração no "parque global" das áreas do vale do Jamor a norte de Queijas, das áreas do Vale de Barcarena e da Lage, e das áreas da REN a nascente de Vila Fria.
- Concluindo os programas iniciados na Serra de Carnaxide e no Norte de Oeiras.

Este grande espaço de sociabilização será também o sistema de suporte da "Cidade Verde".

Oeiras / Cidade Verde veria, assim, aumentar significativamente a captação de área verde (utilizável) por habitante, sem incluir as áreas privadas e as interiores às sub-unidades urbanas.

6.5 Cenários

Quando for possível:

- apanhar um eléctrico rápido de Algés para Carnaxide e continuar depois num "shuttle" para o Parque de Ciência e Tecnologia, ou jogar uma partida de golf em Cabanas, apanhando em seguida outro "shuttle" para a estação de Oeiras e por fim o metro de superfície de volta para Algés.
- percorrer a pé ou de bicicleta, ou a cavalo, o passeio marítimo da Praia da Torre até Algés e os vales de Barcarena e do Jamor do Estádio Nacional até Tercena / Queluz de Baixo.
- tomar banho sem riscos nas praias de Algés à Torre.
- trabalhar no PCT, na Quinta da Fonte ou no Centro de Lagoas e viver em Oeiras, Paço de Arcos, Porto Salvo ou na Fábrica da

Pólvora, ou trabalhar no Arquiparque, em Carnaxide, ou no Parque de Stª Cruz e viver em Algés, Linda-a-Velha ou Carnaxide.

- ter uma recolha selectiva generalizada e a reciclagem da maior parte dos resíduos produzida.
- ver os nossos filhos praticarem desporto no Norte de Oeiras.
- fazer uma merenda na mata da Serra de Carnaxide ou nas margens das ribeiras de Barcarena e do Jamor.
- guardar um pequeno barco para disfrutar o Tejo na Marina do Jamor.

estaremos certamente a evoluir para a "Cidade Verde".



Oeiras XXI

Sistema socio-cultural

D - VIVÊNCIA URBANA E CIDADANIA

ÍNDICE

1. TENSÕES SÓCIO-CULTURAIS: COMPORTAMENTO FACE À EXCLUSÃO SOCIAL, XENOFOBIA, CRIMINALIDADE E TOXICODEPENDÊNCIA.....	1
2. EQUIPAMENTOS, ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL: MINORIAS ÉTNICAS, IDOSOS, JOVENS.....	8
3. REALOJAMENTO: UM NOVO HABITAR.....	25
4. VIVER EM SEGURANÇA.....	31



Índice dos quadros

Quadro 1: Evolução dos grupos dependentes.....	5
Quadro 2: Taxas de Cobertura dos equipamentos	12
Quadro 3: Alunos matriculados ano lectivo 93/94 (2º e 3º ciclos) do Concelho.....	15
Quadro 4: Sucesso Escolar (%) dos alunos de Grupos Culturais no ano lectivo 93/94 por níveis de ensino (2º e 3º ciclo).....	16
Quadro 5: Frequência e nível de ensino no Concelho em 1991.....	19
Quadro 6: Número e localização das barracas.....	26
Quadro 7: Evolução das ocorrências policiais 94/95.....	32
Quadro 8: Processos entrados no Tribunal Judicial da Comarca de Oeiras 91/92.....	33

Índice das figuras

Figura 1: Evolução de furtos e roubos registados na esquadra de Oeiras 94/95.....	33
Figura 2: Evolução dos processos entrados no Tribunal Judicial de Oeiras 91/92.....	34

1. TENSÕES SÓCIO-CULTURAIS: COMPORTAMENTO FACE À EXCLUSÃO SOCIAL, XENOFOBIA, CRIMINALIDADE E TOXICODEPENDÊNCIA

Tensões sociais

As tensões sociais podem considerar-se uma constante do sistema social, manifestando-se em permanência, mesmo em situações cuja dinâmica urbana se encontre estável.

É natural que, num território em profunda transformação e sujeito a forte dinâmica urbana, se faça sentir tensões sociais e sócio-culturais, de um modo geral em toda a comunidade e de um modo especial nos segmentos da população mais dependentes e mais frágeis.

Face a mudanças sociais e a mudanças comportamentais, as tensões polarizam-se nos fenómenos considerados mais destrutivos, como a criminalidade, xenofobia e toxicodependência.

Crescimento urbano

Até aos anos 80, assiste-se a um desenvolvimento desigual do território, num processo contínuo de “desruralização/suburbanização” em certas áreas e manutenção de modos de vida rural noutros.

A inserção das manchas de maior pressão urbanística em meio físico degradado ambientalmente e de grande risco, como antigas pedreiras e margens de ribeiras, agrava as condições de vida das populações aí residentes. A ocupação das áreas adjacentes às principais ribeiras, aumentou o risco de inundações catastróficas, potenciando o efeito poluidor nas linhas de água e na orla costeira. As consequências imediatas não podiam ser piores, afectando as actividades ligadas ao turismo e veraneio por um lado e desarticulando por outro o sector agropecuário.

Desruralização

Do ponto de vista social, a chegada de novos residentes, com interesses orientados para o mercado de trabalho em Lisboa, alteraria definitivamente o modo de vida dos aglomerados existentes; o solo é disputado à agricultura, os centros dos aglomerados são rapidamente transformados, o tráfego automóvel invade as ruas estreitas dos núcleos históricos, as antigas funções do espaço postas em causa, obrigando a refazer o território para essa “emergência”. Instala-se uma outra dinâmica e novas tensões sócio-culturais.

Factores correctivos

Após 15 anos (1980/1995) de transformações complexas, o actual panorama do Concelho é bem diferente do que se poderia antever na altura. Dois factores contribuíram para a correcção dessa trajectória; a notável desaceleração do crescimento populacional e o esforço conseguido por parte da autarquia e dos agentes urbanos no controlo e ordenamento do território. Todo o processo ligado ao PDM do Concelho, contribuiu para o apuramento decisivo, de instrumentos de intervenção.

Modelo de desenvolvimento

O PDM elaborou um modelo de desenvolvimento para a qualificação global do Concelho no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, propondo uma estratégia ambiciosa de transformar uma área até então periférica, deixando de ser um “dormitório de Lisboa”, para passar a ser uma área com centralidade própria, como espaço de qualidade na “Cidade de Lisboa”, disputando aos outros concelhos vizinhos, as oportunidades de modernização.

O objectivo do plano é acabar com a suburbanização, a degradação ambiental e os desequilíbrios sócio-económicos ainda existentes.

Características da rede urbana

A actual rede urbana denota desequilíbrios na organização do território, resultando diferenças visíveis na importância relativa dos aglomerados, mostrando uma polarização em torno de Algés e de Oeiras e sendo a organização do espaço caracterizada por um esquema nodular em que a “pertença social” se afirma em cada aglomerado.

Identificam-se três áreas tipo, onde se inserem os vários aglomerados do concelho:

- espaços de raiz rural, amplos e com estruturas múltiplas
- espaços com densidades populacionais elevadas
- espaços com maior autonomia e coesão

Cerca de 50% da população ocupa 25% do espaço do concelho, “coexistindo estruturas sociais de nível elevado e médio com grupos cujos níveis de rendimento se situam nos escalões mais baixos; esta população caracteriza-se pelos seus fracos níveis de escolaridade e qualificação profissional, com consequências no âmbito do emprego e das diminutas expectativas em relação ao futuro dos seus descendentes” (CMO, 1996b)

Perfil dos residentes

Segundo um inquérito da CEMASE, no ano de 1989, 37% dos residentes em Oeiras eram naturais do Distrito de Lisboa (ter em conta os nascimentos nas maternidades de Lisboa) contra 11% do Concelho de Oeiras. Registe-se, ainda, 9% de naturais das antigas Colónias e 3% de estrangeiros. Mais de 70% dos inquiridos afirmam residir há mais de 10 anos no Concelho.

Embora se reconheça que não é possível um desenvolvimento idêntico em todo o Concelho, a diferença de crescimento dos aglomerados do interior, mais carenciados em infra-estruturas, equipamentos, espaços de

lazer, convívio e sociabilidade, poderá propiciar formas de segregação dentro do tecido urbano, se por razões económicas e políticas se acentuarem, em vez de diminuírem como tem acontecido ao longo dos últimos 5 anos.

Perfil demográfico

A componente migratória foi responsável pelo crescimento demográfico verificado entre 1981 e 1991, já que as taxas brutas de natalidade e mortalidade registaram uma quebra acentuada, tendo como consequência a não renovação das gerações e o envelhecimento da população, como se pode verificar nas alterações da estrutura etária:

- a população jovem (0-19 anos) diminui de 32,95% em 1981 para 27,5% em 1991
- a população activa (20-59 anos) ainda cresce, de 57,5% em 1981 para 68,2% em 1991
- a população idosa (+ 60 anos) aumenta de 9,53% em 1981 para 14,23% em 1991

Verifica-se entre 1981 e 1989, uma subida acentuada do número de reformados e uma sensível subida dos desempregados, tendência que viria a manter-se nos anos seguintes. No decénio 1990-2000, prevê-se um aumento de mais de 7000 idosos no Concelho.

De qualquer modo, estes valores são “positivos”, quando comparados aos da AML, sobretudo na componente “desemprego”.

Quadro 1: Evolução dos grupos dependentes

	1981	1989
Desempregados	3.985	5.166
Domésticas	15.116	9.253
Reformados	7.876	18.921
Outra situação	7.317	6.113
TOTAL	34.324	39.453

GDM-CMO (1994)

Entraram no Concelho entre 1973 e 1991 um número apreciável de estrangeiros, computado no inquérito do CEMASE em 3% do total da população e concentrando-se, em grande parte, nos bairros degradados e nos novos Bairros Sociais.

A taxa de pessoas das ex-colónias é quase dupla da taxa nacional

Deste perfil da população, poderemos identificar os segmentos da população mais vulneráveis e para os quais as tensões geradas pela mudança, os obriga a alterações importantes nos seus ciclos de vida:

- residentes rurais em franco decréscimo e a perder cada vez mais os seus espaços e paisagem referencial;
- minorias étnicas em processo de integração no tecido urbano, através do realojamento;
- reformados em crescimento acentuado acompanhando a evolução do envelhecimento da população;
- desempregados, cujo aumento já detectado em 1989 tenderá a manter-se ou subir;
- famílias mono parentais também em crescimento, em grande parte consequência do envelhecimento da população e de novos estilos de vida.

Evolução do sistema social e segregação

Não se detectaram, na análise efectuada, factores internos, geradores de crises profundas, ou comportando tensões sociais em ruptura, verificando-se todavia, o incremento da ocorrência de comportamentos de sentido negativo que, poderão evoluir se não for possível o seu controlo.

"Qualquer que seja a maneira como definimos, a segregação é sempre, ao mesmo tempo, um facto social de distanciação e uma separação física"(GRAFMEYER,1994).

Socorrendo-nos dos critérios relativos aos processos segregativos, de Thomas Schelling, poderemos aplicando-os ao caso de Oeiras, concluir que, os processos segregativos com alguma relevância, emergem de comportamentos individuais discriminatórios, sem alimentar "forçosamente uma vontade de segregação: definem, no mínimo, prioridades entre as vizinhanças desejadas e aqueles que só são aceites dentro de certos limites" (GRAFMEYER,1994). Quanto aos outros processos ("acções organizadas legais ou ilegais" e "simple efeito das desigualdades produzidas pela diferenciação social") verifica-se que poderá também ocorrer a segregação produzida pela diferenciação social.

Tais processos, directamente ligados ao comportamento individual discriminatório e à situação social diferenciada, não tem presentemente qualquer expressão digna de nota, embora se possa eventualmente verificar, se algumas das tendências diagnosticadas e abaixo mencionadas, se vierem a agudizar:

Tendências

- aumento da população idosa, dos reformados e das famílias mono parentais;
- crescimento dos índices de desemprego, alteração do perfil sócio-profissional e a perda do peso do sector primário;
- dificuldade em garantir o equilíbrio da rede urbana, podendo os aglomerados do interior, distanciarem-se em termos de condições de vida;
- expectativas criadas pelos agentes urbanos demasiado elevadas em relação à execução dos programas previstos, com a consequente reactividade dos residentes ;
- dificuldade nos processos de integração social dos novos residentes de Bairros Sociais, em virtude da necessidade de erradicação rápida das barracas;
- degradação das condições de vida de segmentos da população, que, não vivendo em barracas, não tem condições de resposta aos operadores mobiliários privados;
- aumento da criminalidade, toxicodependência e delinquência, difícil de sustentar num território aberto e inserido na AML.

O crescimento rápido e exógeno em grande parte feito à custa da desestruturação do espaço rural existente, deficiências nas acessibilidades intraconcelhias, foram alterando as condições de vida da população residente, provocando assinalável heterogeneidade na paisagem urbana.

2. EQUIPAMENTOS, ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL: MINORIAS ÉTNICAS, IDOSOS, JOVENS

Indispensável ao funcionamento eficaz do sistema social, as estruturas organizativas vão sendo criadas, renovadas ou extintas de acordo com as dinâmicas resultantes dos processos de desenvolvimento e dos mecanismos de mudança. Uma vez é o próprio desenvolvimento potenciado e impulsionado, outras vezes a sua emergência surge do desenvolvimento de factores externos.

O advento da complexidade da sociedade com um aumento brusco e significativo de grupos sociais heterogéneos, leva a uma alteração dos papéis das organizações tradicionais.

Seria fácil encarar o espaço como reflexo directo da estrutura social, deverá no entanto, a este respeito manter as devidas cautelas, já que " a localização dos grupos sociais, dos equipamentos ou das instâncias de decisão não se faz ao acaso e a configuração espacial de uma cidade fornece elementos extremamente úteis ao estudo da sua organização social. No entanto, não se deve concluir que o espaço é apenas uma superfície de registo perfeitamente neutra, uma espécie de desdobramento material da vida social. Na própria medida em que ele é o produto, o espaço faz parte integrante desta vida social. Mais do que uma réplica fiel, o espaço constitui um registo particular da vida social, entendido na sua interdependência com outros registos" (GRAFMEYER, 1994)

.Atente-se aos problemas que hoje em dia acompanham o crescimento urbano, considerados pelos residentes de maior ou menor acuidade.

Efectivamente no Concelho de Oeiras estes problemas não se revelam muito críticos ou incontroláveis, reflectindo as características da organização social do Conselho e dos respectivos aglomerados, bem como o incremento de estruturas base levadas a cabo nos últimos 5 anos.

Preocupações da população em 1989

A percepção que a própria população tinha em 1989, face à sua inserção no território, mostrava de algum modo quais eram as suas principais preocupações:

1º Nível	2º Nível	3º Nível
arruamentos	estradas	jardins infantis
zonas verdes	policimento	escolas
habitação	transportes	praça / mercado
limpeza das ruas		saneamento
		posto médico, enfermagem
		iluminações

CEMASE, 1989

Verificando-se o crescimento urbano, próximo do “planeado”, a aplicação da estratégia do PDM pôde funcionar no sentido de atenuar situações de “ruptura” e de “insustentabilidade” e realizar um programa de acções que se identificaram em grande parte com as necessidades apontadas.

Associações e organizações

No Concelho de Oeiras coexistem associações locais recreativas e culturais, com associações de pendor regionalista, formadas por grupos migrantes, que , através da música, dança ou folclore, ou até mesmo desporto, garantem a “memória colectiva” das suas raízes ao mesmo tempo que vão construindo uma nova identidade cultural e territorial.

Algumas das suas Associações remontam ao século XIX. Nos finais desse século, princípios do século XX, criaram-se várias sociedades recreativas e desportivas:

- Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide (1866)
- A Sociedade Operária (1874)
- Academia Instrução Musical Oeirense (1903)
- Solidó Operário de Oeiras (1909)
- Biblioteca Operária Oeirense (1933)

A inserção de muitos trabalhadores fabris em zonas rurais, levou-os, a partir de um contexto político especial (25 de Abril) à constituição de comissões de moradores, cooperativas de habitação e outras associações de intervenção sócio-económica. A resolução gradual dos problemas ligados à habitação, relançou algumas dessas associações reivindicativas para o campo da actividade cultural e recreativa.

O inventário dessas instituições mostra que, no seu conjunto, apresenta uma variedade interessante, sendo transversal ao território e por isso abarcando todos os aglomerados do Concelho.

De assinalar a sua longevidade e capacidade de adaptação, promovendo a ponte entre o rural e o urbano, o tradicional e o moderno, a combinação das culturas locais com as culturas dos migrantes e das minorias étnicas.

Os bombeiros voluntários mostraram uma efectiva capacidade de transformação, (Associação dos Bombeiros Voluntários Progresso Barcarenense data de 1880), passando de pequenas associações em meio rural, a associações com uma dimensão várias vezes superior ao

seu núcleo inicial, respondendo hoje, não só à multiplicidade de serviços urbanos urgentes, como à vigilância e combate aos fogos.

De realçar a vitalidade das associações recreativas que garantiam, até há pouco, em muitos aglomerados mais isolados, a vida cultural e desportiva local. De referir também os clubes desportivos especializados que promoveram modalidades, como o hóquei, com grande participação da população e alcançando notoriedade Nacional.

Da análise dos grupos sócio-culturais apoiados pela CMO, verifica-se que apenas os grupos de Teatro têm tido algumas dificuldades na sua actividade normal.

As modalidades de ajuda da CMO tem permitido um melhor funcionamento, especialização e programação dos agentes culturais, realizando com mais frequência projectos comuns ou acções concertadas ao longo de uma agenda cultural anual, que tende a atrair a atenção, em muitos casos de toda a AML.

Importância também para as instituições privadas de solidariedade social (IPSS), no desempenho supletivo de apoio à sociedade, nomeadamente à terceira idade e aos jovens.

“O despovoamento familiar deixa um “resíduo” equivalente à população com menor mobilidade, a população com mais idade, que assim se vê e vive progressivamente isolada. O apoio social proporcionado pelas famílias não desaparece em consequência, mas pode ficar seriamente afectado, ao ponto de se tornar insuficiente. A participação das instituições de solidariedade formal, com os seus respectivos técnicos, constitui já para muitos idosos, a única referência de apoio com que podem contar” (MACHADO, 1994)

As próprias Igrejas, através dos seus centros paroquiais ou comunitários passaram a constituir espaços de grande importância sócio-cultural.

Taxa de cobertura dos equipamentos infância, jovens e idosos

Quanto às taxas de cobertura dos equipamentos para a infância, juventude e idosos, estas são medianas e acima das taxas correspondentes ao território Nacional e Grande Lisboa.

Quadro 2: Taxas de Cobertura dos equipamentos

1- Equipamentos destinados à infância
População dos 0 aos 5 anos

Nº de Crianças 0-5 anos	Nº de Crianças CR / JI /LAR	Taxa de Cobertura
10.483	2.335	22.2

CR=Creche, JI=Jardins de Infância,

2- Equipamentos destinados à população idosa

Pop. Idosa *	Nº Utentes Ctº Dia/Conv.	Nº Utentes LAR	Total de Idosos	Taxa de Cobertura
21.325	1.97	92	1.612	75.59 a)

a) em permilagem, CTº Dia=Centros de Dia, Conv.=Convívio

* Dados de 1993

3- Equipamentos destinados à população jovem
População dos 6 aos 12 anos

	Nº de Crianças ATL	Taxa de Cobertura
19.897	2.155	9.23%

Fonte: CMO,1996

Dados de 1993, ATL=Apoio aos Tempos Livres

Equipamentos considerados: oficiais, IPSS ou equiparados

Utilização dos espaços urbanos

O factor decisivo em sociedades urbanizadas, para o funcionamento em pleno das suas estruturas organizativas, está ligado às instalações / equipamentos e espaços urbanos, públicos ou privados, devidamente

preparados para a participação e comunicação da população, em especial jovem e idosa.

A maior dificuldade reside na gestão e planificação desses espaços urbanos, de forma a tirar o máximo rendimento com a máxima participação e produzindo efeitos sociais positivos.

A política de apoio da CMO às várias associações tem tido repercussões notáveis a nível local. As sinergias criadas tem permitido o aparecimento de novas estruturas, reflectindo as novas exigências urbanas e o desejo de expressão de novos segmentos da população, tendo em conta o nível cultural da população.

As exigências inerentes ao desenvolvimento sustentável, levará certamente ao aparecimento de novas estruturas organizativas.

Com um peso relevante no Concelho, as entidades ligadas ao ensino e investigação, estão vocacionadas para contribuírem decididamente na realização de acções sócio-culturais, ora promovendo actividades, ora tornando o seu próprio espaço, um referencial de cultura.

Quanto aos agentes urbanos privados com capacidade decisiva na área económica, tenderão no processo de desenvolvimento sustentável, passar de atitudes economicistas, para posturas de “empresas-cidadãs”, capazes de promoverem a animação cultural, a valorização do património ou a partilha dos espaços urbanos.

Como se afirmou, as organizações carecem de espaços e equipamentos urbanos para as suas actividades, ao mesmo tempo que estes são indispensáveis à vida quotidiana dos cidadãos.

Nível de equipamentos

Os equipamentos existentes no Concelho, apresentam uma cobertura acima da média, quando comparada globalmente com outros concelhos, mais diferenciada quando comparada entre os vários aglomerados

O nível de equipamentos é razoável, tendo aumentado muito nos últimos anos, sobretudo nos aglomerados das periferias do território e zonas ribeirinhas.

Ensino

O equipamento escolar inventariado quando da elaboração do PDM, mostrava insuficiências, não só nos pequenos aglomerados do interior como nos restantes centros.

Contudo a CMO investiu nos últimos 5 anos prioritariamente no ensino, conseguindo neste campo, uma rápida recuperação e uma distribuição de equipamentos abarcando todo o Concelho e melhorando francamente as taxas de cobertura.

A insuficiência da rede escolar era um dos factores que levavam a que, cerca de 20% da população escolar do Concelho em 1989, procurassem fora, estabelecimentos de ensino.

Em 1989 existiam no Concelho, 53 estabelecimentos do ensino primário, dos quais 60% tinham estatuto particular ou cooperativo.

Foi previsto e programado, no âmbito do PDM a construção de novas unidades escolares, cujas localizações, valências e número de salas reflectem a evolução das populações escolares.

Entretanto foram concluídas novas escolas, com apoio camarário, que destacamos:

- * Escola C+S 24T de Queijas
- * Escola Primária da Quinta do Marquês
- * Escola Primária de Valejas
- * Ampliação da Escola Primária de Tercena
- * Escola do Ensino Básico CHEUNI em Queijas
- * Escola de Música e Bailado de Linda-a-Velha
- * Escola Básica Integrada de Outorela/Portela
- * Escola Secundária 42T

Tendo em conta a importância dos residentes imigrantes e a sua integração na sociedade, regista-se alguns dados muito importantes, relativos à sua população escolar, vertidos nos dois quadros seguintes, sendo o primeiro referente à frequência escolar e o segundo ao sucesso escolar .

Quadro 3: Alunos matriculados ano lectivo 93/94 (2º e 3º ciclos) do Concelho

Grupos Culturais									
Níveis de ensino	CV	GUI	ST	ANG.	MOC	MAC	TIM	CIG	OUT*
2º Ciclo	622	59	44	465	96	2	25	46	565
3º Ciclo	461	123	32	521	163	7	11	5	734
TOTAIS	1083	182	76	986	259	9	36	51	1299

Fonte: Prog. Educ. Multicultural(ME/DREL)

* Ex-Emigrantes, Brasil, Af. do Sul, UE

CV=Cabo Verde
MOC=Moçambique
OUT=Outros

GUI=Guiné
MAC=Macau

ST=Sº Tomé
TIM=Timor

ANG=Angola
CIG=Ciganos

O número total de alunos matriculados no ano lectivo 93/94 foi de 3981, o que se pode considerar relevante, abrangendo a população estudante de Cabo Verde, Angola e ex-emigrantes.

Quadro 4: Sucesso Escolar (%) dos alunos de Grupos Culturais no ano lectivo 93/94 por níveis de ensino (2º e 3º ciclo)

Níveis de ensino	Grupos Culturais								
	CV	GUIN	ST	ANG.	MOC	MAC	TIM	CIG	OUT*
2º Ciclo	78,6	76,2	89,5	91,2	94,3	91,7	95,8	67,7	96,9
3º Ciclo	72,4	73,8	82,9	85,4	88,1	100	78,9	86,5	93,2

Fonte: Prog. Educ. Multicultural(ME/DREL) -
* Ex-Emigrantes, Brasil, Af. do Sul, UE

Os resultados do sucesso escolar dos grupos culturais é animador, tendo em conta as condições de vida e de habitação.

A importância do equipamento escolar e a sua correcta distribuição é importante para a questão demográfica. Ainda se verifica hoje, crianças a estudar fora do Concelho, acarretando constrangimentos económicos e sociais, dificultando a fixação de casais novos e o aumento do agregado.

Saúde

Os equipamentos relativos à Saúde são actualmente insuficientes, considerando os dois Centros de Saúde de Oeiras e Carnaxide e as suas extensões ou dependências. Está previsto no PDM o seu aumento e prioridades de realização.

Entretanto foi concluído a extensão do Dafundo, do Centro de Saúde de Carnaxide.

A rede de equipamentos de saúde, distribuída de modo a apoiar as populações de todo o Concelho, parece-nos indispensável como base do desenvolvimento sustentável.

A responsabilidade destes equipamentos é essencialmente da responsabilidade da Administração Central, que planeia, e gere, em função da AML.

Desporto

Quanto aos equipamentos desportivos o programa de realizações previstas a partir do PDM, a concretizar-se, dotará o Concelho de um parque desportivo, com um alcance interno muito bom e com repercussões externas significativas.

A área desportiva actual está assim distribuída:

- Sector público - 131.200 m ²
- Sector associativo - 77.200 m ²
- Sector privado - 27.550 m ²

CMO,1996a

De 1994 a 1996 o parque desportivo escolar, cresceu vigorosamente, passando de 5 pavilhões desportivos escolares, para 13, distribuídos por várias escolas do Concelho, em aglomerados como Leião, Carnaxide, Outorela, Algés, Oeiras.

A programação para o ano 2001 será de 474.000 m², tendo já em atenção a população idosa. A orientação é no sentido de que a sua construção seja executada nas estruturas verdes principais (EVP) com uma concepção polivalente e polietária.

Para os aglomerados com deficit de equipamentos ou com dificuldades de acesso às EVP com zonas desportivas, serão construídas zonas desportivas e pavilhões polivalentes.

O tipo de equipamentos terá em conta as expectativas da população que considerou desejável:

- piscinas
- pavilhões
- campos pequenos ao ar livre

Cultura e recreio

Quanto aos equipamentos ligados à cultura e recreio, face a um deficit generalizado em todo o Concelho, o PDM delineou o seguinte programa:

- grandes equipamentos ao nível do Concelho;
- pequenos equipamentos culturais e recreativos ao nível das ruas e dos Bairros;
- articulação e programação com os equipamentos de desporto e lazer;
- novos projectos de actividades culturais em edifícios ou quintas de valor patrimonial;
- prevista a recuperação e adaptação:
 - * Cinema de Oeiras
 - * Teatro 1º Acto
 - * Centro Cívico de Carnaxide (em funcionamento)
 - * Biblioteca Central (em funcionamento)
 - * Museu do Automóvel Antigo
 - * Museu Monográfico de Paço d'Arcos
 - * Centro Cultural de Barcarena
 - * Centro Cultural de Porto Salvo

A actividade cultural e desportiva é estratégica, na medida em que será um veículo privilegiado na criação de uma “Cultura de Concelho”, unindo os residentes num “espaço cultura” com força simbólica, representando o projecto comum, harmonizando tensões sociais e dando a conhecer os projectos de “fazer” e “viver” para cada aglomerado e para todo o Concelho.

O nível de cultura base da população residente, (ver Quadro 5) é dos mais elevados da AML, facilitando a actividade cultural, escrita, representada e artística.

Quadro 5: Frequência e nível de ensino no Concelho em 1991

Analfabetos com + 9 anos	Frequência Ensino	Com Ensino Básico	Com Ensino Secundário	Com Ensino Médio e Superior
4%	26%	41%	34%	22%

Fonte: INE, 1991

Estruturação do meio urbano

O equilíbrio das relações sociais passa, entre outros factores, pela estruturação do meio urbano. O crescimento urbano a partir de núcleos históricos e núcleos rurais de um modo descontrolado, num determinado período histórico acabou por desestruturar os elementos referenciais do espaço vivido pelas comunidades locais e obrigar a uma nova legibilidade da morfologia entretanto criada.

De acordo com a análise do PDM, “os edifícios e os espaços urbanos de que fazem parte os núcleos urbanos antigos, são testemunho da tecnologia de uma determinada época e representam a intervenção de períodos históricos sucessivos onde a assimilação de culturas se processa lentamente, correspondendo à evolução na organização social e desenvolvimento dos seus habitantes. A sua conservação ... constitui um factor importante da identidade cultural dos habitantes de um território. De igual modo, a utilização ao longo dos anos, dos edifícios e espaços

urbanos por sucessivas gerações de uma comunidade, estabelece uma profunda relação entre os usos, costumes e tradições desta comunidade, na qual os espaços são o respectivo suporte físico” (GDM,1989)

Importante continua a ser a necessidade da “recuperação dos espaços públicos (praças, ruas, jardins) e a sua estruturação numa sequência de espaços de vivência pedonal podem, igualmente, constituir o suporte físico adequado às funções de recreio, convívio e lazer, atraindo assim a população e evitando a sua expulsão para grandes áreas habitacionais periféricas”.(GDM,1989)

Estão em jogo, para além de elementos estéticos, elementos funcionais, elementos culturais racionais e afectivos. Estruturas como a praça, a rua direita, o mercado e o jardim público, a Igreja, o pelourinho, constituintes dos aglomerados tradicionais em meio rural, sofreram forte alteração e descaracterização com a expansão urbana.

Centralidade dos aglomerados

A perda de centralidade do aglomerado ou a sua perda de importância, produz em regra a perda da orientação da estruturação espacial, dando o aspecto inorgânico de muitos aglomerados.

A centralidade tradicional dos aglomerados mantinha o posicionamento, e hierarquia das estruturas consideradas mais importantes, expressando assim, a síntese das principais funções urbanas e o “espaço” onde os habitantes reconheciam facilmente o valor simbólico atribuído ao território, e às suas transformações.

O desenvolvimento urbano do Concelho alterou de maneira radical essas centralidades, passando novos factores a contribuir para uma redefinição das funções e valores dos grupos sociais em presença, renovando o seu sentido de “pertença” .

Como orientação geral para essa redefinição apurou-se:

- concentrar equipamentos sociais e culturais e criar espaços públicos com actividades;
- desconcentrar parte do terciário e recolocar a componente residencial, com apoio ao comércio central;
- atrair os jovens para os espaços públicos de modo a garantir a sua utilização e fruição durante todo o dia;
- valorizar, recuperar e utilizar o património histórico, cultural e arquitectónico;
- valorizar arquitectonicamente todo o espaço envolvente dando-lhe unidade e estilo.

Os instrumentos e medidas aprovados no PDM tem permitido uma diminuição das assimetrias do Concelho, nomeadamente os programas estratégicos, que inseridos em lugares chave do território, tem já potenciado um desenvolvimento menos concentrado nos aglomerados até agora polarizadores das funções principais.

Medidas relacionadas com a requalificação e remate dos centros históricos, complementando com novos equipamentos, melhores acessos, melhores transportes.

Nesta área, a aplicação do princípio de que “cada problema deva ser resolvido pela combinação de vários instrumentos e cada instrumento deva contribuir para a resolução de mais do que um problema” é essencial como orientação, contrariando os cenários previstos no PDM da “continuação de desequilíbrios entre aglomerados”.

Considera-se por isso, importante redefinir o tecido urbano, dando atenção à centralidade urbana, garantindo um desenvolvimento coerente das áreas contíguas aos principais centros urbanos, agregando espaços, levando à utilização comum de equipamentos e serviços, diminuindo a tendência para a dispersão e desigualdade dos pequenos aglomerados.

A distribuição dos meios e recursos a dispor em todo o espaço urbano, deverá ser feita em função de um desenvolvimento sustentável e autocentrado, utilizando os instrumentos de ordenamento e planeamento, na persecução da estratégia definida.

Um dos principais objectivos, aponta para a diminuição das diferenças e disparidades entre a periferia e o interior, melhorando todo o tecido urbano, alterando ao mesmo tempo, as dependências e efeitos externos.

Esta situação torna necessária a definição de uma estratégia complementar à definida no PDM, no sentido de aproximar física e socialmente a população residente, mexendo por um lado na rede viária interna e transportes colectivos e por outro na integração social.

Antes de mais, será através das condições criadas no plano físico e no plano social, que aumentando a mobilidade se induzirá uma centralidade com real influência concelhia, aproximando os residentes em espaços vividos e redes de sociabilidade.

Barreiras físicas e sociais

Entenda-se como barreiras físicas, a dificuldade nas acessibilidades, nos transportes públicos, nas barreiras. Entenda-se como barreiras sociais, a falta de integração social, falta de apoio aos grupos dependentes e minorias, a perda de laços de vizinhança.

O PDM trouxe pela primeira vez um conjunto de medidas e instrumentos capaz de dotar o Concelho de uma melhor qualidade de vida extensiva a

todo o território, desagravando situações identificadas como causadoras de baixa qualidade de vida e de insustentabilidade.

A prioridade foi dada à habitação, onde se materializou um plano de erradicação de habitação degradada e barracas. Outras situações, como o emprego ou transporte estão previstas e programadas várias metas, embora o grau de intervenção camarária, pela sua natureza, seja na prática menor e com menor autonomia.

O crescimento rápido, é sempre gerador de diferenças sociais e económicas, elevando o risco de novas assimetrias e novas exclusões.

A mobilização de recursos e sobretudo a sua distribuição, de acordo com uma estratégia de desenvolvimento sustentável, poderá a médio prazo, melhorar a paisagem do Concelho, conferindo-lhe um carácter extraordinário, sobretudo ligado à qualidade de vida e à qualidade ambiental.

Observatório social

O sistema social, pela sua complexidade e dificuldade de visibilidade, deveria ser apoiado por um Observatório Social, a implantar no Concelho, que “medisse” as transformações ocorridas, o desvio do planeado e projectado, “apontando” medidas correctivas e minimizadoras.

Agentes urbanos

Os agentes urbanos com maior capacidade de intervenção, sobretudo do sector privado, responsáveis cada vez mais pela posse, gestão e instrumentalização do território, deverão adoptar a postura de “empresas-cidadãs”, preocupadas também pela “sustentabilidade” das suas acções e abertos à sociedade civil, tornando-se parceiros nos processos de transformação e não apenas agentes económicos.

Integração e cultura

O crescimento das últimas décadas alterou o quadro referencial da cultura local. Hoje, com a composição da população (várias origens e sub-culturas) torna-se necessário a valorização e integração, dos espaços vividos e herdados, realçando a diversidade de valores em presença, aproveitando a riqueza de cada um deles, entrosando o tradicional com o moderno, o artesanal com o tecnológico, as culturas migrantes, com a cultura local rural.

Demografia

O diagnóstico mostra que o principal problema demográfico é qualitativo, isto é, a diminuição da população jovem, com o aumento da população idosa e a provável estagnação a médio prazo da população activa, agravada com a tendência persistente de desemprego, população idosa e reformada, dificuldades da integração da população migrante.

Sustenta-se a necessidade de intervenção nesta componente de forma “qualitativa”, com a criação de condições para a fixação de casais jovens, fixação de emprego local, incremento do primeiro emprego e emprego jovem. Aumento da população estudante, mormente da população das Universidades e escolas técnicas a funcionar no Concelho.

A estratégia preconizada para o controlo quantitativo da população deverá alargar-se aos aspectos qualitativos; grupos etários, grupos dependentes.

3. REALOJAMENTO: UM NOVO HABITAR

Componente residencial

A componente residencial é o melhor espelho das transformações antigas e recentes gravadas no tecido urbano.

O parque habitacional do Concelho encontra-se em geral em boas condições e de construção recente, embora cerca de 14% da população apresentasse carências habitacionais, das quais 6% ainda a viverem em barracas ou zonas degradadas (CMO,1996b). De salientar, no entanto, algumas discrepâncias, resultante das extensas áreas dormitório, dos bairros de barracas ainda existentes, das habitações degradadas nos núcleos históricos e em áreas rurais e das habitações construídas em zonas de risco de cheias, com bairros e quarteirões urbanos de boa qualidade de construção e de condições de vida

Programa de erradicação de barracas

Para todas estas situações o PDM prevê intervenções concertadas e integrativas, dando uma atenção especial ao programa de erradicação de barracas (PER) e outros programas de apoio à habitação social. Habitação social “ em que se cruzam a quantidade e a qualidade, em processos de produção Municipal de fogos para realojamento e para venda a custos controlados, de Cooperativas e de CDH” (CMO,1986b)

Em 1993 a CMO realizou uma contagem directa do número de barracas e a sua localização, conforme Quadro 6, onde se pode ver que nessa data, ainda existiam 2.986 barracas distribuídas pelos aglomerados do Concelho à excepção de Tercena, Queluz de Baixo, Valejas e Talaíde/Leião, ou seja os pequenos aglomerados do interior.

Quadro 6: Número e localização das barracas

	Número de Núcleos	Número de Barracas
Oeiras/Stº Amaro	7	59
Porto Salvo/Vila Fria	3	18
Tercena	0	0
Queluz de Baixo	0	0
Valejas	0	0
Barcarena/Leceia	2	87
Talaíde/Leião	0	0
Paço de Arcos	5	53
Caxias/Laveiras	10	208
Linda-a-Velha	5	52
Queijas/Linda-a-Pastora	6	307
Cruz Quebrada/Dafundo	6	588
Algés/Miraflores	11	807
Outorela/Portela	5	739
Camaxide	7	68
TOTAL	67	2986

Fonte: CMO

Dos programas de habitação da CMO a custos controlados, estão previstas construções de fogos, mais de 4700, necessários à erradicação das barracas até ao ano 2000.

Problema dos dormitórios

O problema dos dormitórios terá uma resolução difícil, sem deixar de ser demorada com intervenções correctivas difusas a fazer no tecido urbano.

A sua completa inserção passará, por um lado, pela reabilitação urbana e, por outro, pelo aumento do emprego no próprio Concelho e incremento de vida e sociabilidade dos lugares.

Habitação de custos controlados

De acordo com um estudo levado a cabo pelo LNEC em relação a “análise da habitação de custos controlados no Concelho de Oeiras” (1994) e na perspectiva da resolução global da problemática habitacional, considerou-se necessário:

- realojamento total das populações de áreas degradadas;
- contemplar as classes com poucos recursos fora do PER;
- reabilitação dos centros urbanos antigos e históricos;
- defesa e desenvolvimento das áreas rurais;
- desconcentração do terciário.

Bairros sociais

Quanto ao problema específico dos Bairros Sociais a equipe do LNEC conclui:

- as tentativas de harmonização das diferenças sociais e habitacionais com base na coabitação, só resultam se a integração se der com os cuidados seguidos por exemplo na implantação do Bairro do Bugio;
- já as soluções seguidas na construção do Alto da Loba em que, pela sua dimensão e homogeneidade social elevada, tornam difícil senão impossível a harmonização e integração;
- a verificação de uma “inflexão ainda indelével mas já notória de alterações de política habitacional para uma linha de construção mais intensa e massificada”.

Programa da CMO para o realojamento

O Programa da CMO para o realojamento pretende ser tão amplo quanto possível, tão integrado quanto desejável e tão orientador (acompanhamento) quanto necessário. A integração dos novos bairros sociais requer como já se viu uma atenção especial no sentido de propiciar condições para que os novos residentes entre eles nos blocos de apartamentos e estes face aos residentes locais se aceitem, se reconheçam, potenciando relações sociais dinâmicas na base da diferença e ao mesmo tempo na igualdade de partilharem um mesmo território, cujos equipamentos existentes e postos de trabalho deverão ser reajustados face ao aumento populacional verificado.

A Câmara definiu na sua intervenção, agir "preventivamente sobre factores de exclusão social" e contribuir para a "revitalização do tecido social e do tecido urbano", através de dois grandes grupos de acções, quer para o pré-alojamento, quer para o pós-alojamento.

Pré-alojamento

Para o pré-alojamento sumariamos as seguintes acções:

- Circuitos de realojamento prioritário de zonas de maior precariedade ou de urgência de demolição para renovação urbana;
- Circuitos de realojamento em função da proximidade do local de origem de residência ou do local de trabalho;
- Realojamentos agrupados ou despegados em função das relações de vizinhança e das redes de inter ajuda;
- Acções sobre o uso e a manutenção das novas residências;
- Acções no âmbito da prevenção das doenças e cuidados primários da saúde;

- Estímulo pelo sentimento “do gosto da nova morada”;
- Contacto com os processos de projecto e de construção do bairro;
- Conhecimento sobre o local da nova residência e serviços existentes;
- Visita às novas casas;
- Grupos de acompanhamento das situações problemáticas”

(CMO,1996b)

Pós-alojamento

Quanto ao pós-alojamento, a intervenção baseia-se no apoio das famílias alvo, com as seguintes acções:

- “Centros Comunitários de apoio integrado;
- Centros Juvenis (ATL);
- Centros de dia;
- Creches familiares;
- Serviços domiciliares
 - a idosos
 - a deficientes
- Serviço de atendimento integrado;
- Organização de acções que promovam a animação de líderes locais;

- Organização/Formação e aperfeiçoamento destinado a profissionais valorizando a interdisciplina de intervenção social ou em áreas que exijam formação especializada”

(CMO, 1996b)

Considera-se no global válidas as medidas preconizadas, propondo-se a ampliação tanto quanto possível destas acções para áreas de habitação degradada, de população jovem e de população envelhecida.

Por outro lado, é importante o trabalho social com os residentes dos locais onde se irão inserir os novos bairros sociais, de modo a integrar os grupos envolvidos, com características muito diferenciadas, elaborando-se para tal programas de inserção social.

4. VIVER EM SEGURANÇA

Segurança dos cidadãos

A segurança dos cidadãos, além de outros factores, depende da organização do meio urbano e da participação dos seus residentes. Espaços urbanos degradados, sem actividade circundante, sem movimento pedonal, sem centros de atracção e ocupação, criam climas propícios à insegurança e ao aumento da criminalidade. Situações bem identificadas dos centros históricos, com um excesso de actividades do terciário, com a saída de residentes e de zonas residenciais, capazes de organizarem e definirem o espaço e a vizinhança.

Só um estudo profundo, baseado no cruzamento de factores urbanos e factores sócio-económicos permitiria caracterizar a geografia da criminalidade do Concelho. Com as poucas informações e dados estatísticos publicados, apenas se poderá diagnosticar algumas das tendências recentes da criminalidade e da justiça.

Criminalidade

Quanto aos dados referentes à criminalidade e fornecidos pela PSP das esquadras do Concelho, pela sua descontinuidade e alteração dos critérios das ocorrências, torna-se difícil tirar conclusões que não sejam genéricas (ver Quadro 7).

Quadro 7: Evolução das ocorrências policiais 94/95

(Esquadras da PSP)

1994

1995

OCORRÊNCIAS	OEIRAS	CARNA- XIDE	MIRA- FLORES	OEIRAS	CARNA- XIDE d)	MIRA- FLORES d)
Deliq./Juvenil	33	11	222	c)	4	21
Ofens. Corp/vol	87	53	129	c)	16	19
Esticção	83	25	118	469 c)	5	37
Furto Resid.	174	41	188	274	5	14
Furto Estab.	80	33	146	357	13	28
Furto Estab/Ens.	6	3	16	b)	1	1
Furto int/Viat.	288	126	250	813	63	133
Viat. Furtada	144	63	230	471	17	80
Ass.mão armada	33	1	50	53	2	14
Detenções	91	466	197	a)	136	42

Fonte:PSP/CMO, 1996

a) sem dados b) sem desagregação (furtos) c) sem desagregação d) só 1º trimestre

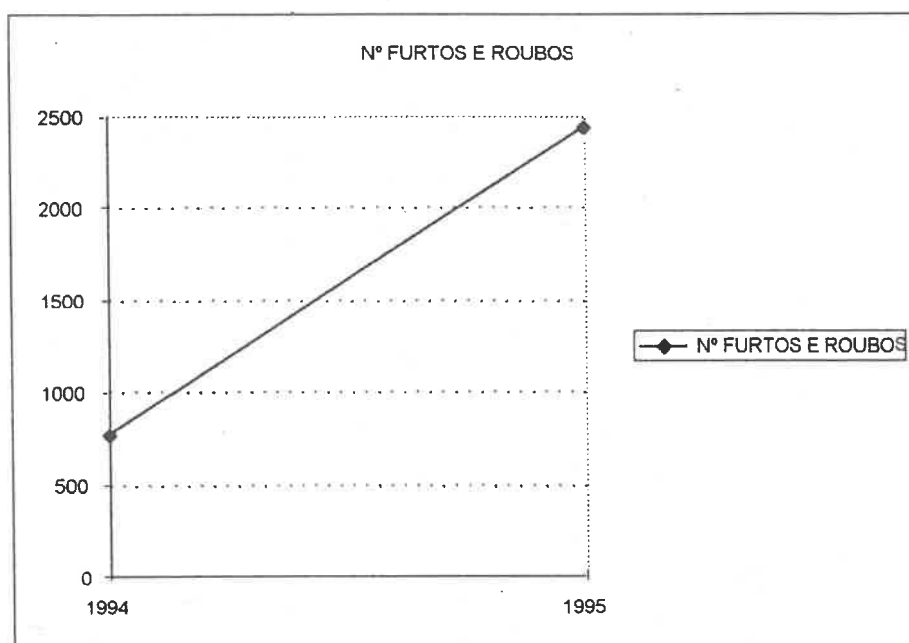
Os valores do quadro mostram uma tendência efectiva do aumento de ocorrências criminais, nomeadamente para a zona de Oeiras, cujos valores em 1994, quando comparados com as restantes áreas nos pareceram baixos.

Das três esquadras é sem dúvida a de Miraflores a que maior numero de ocorrências apresenta, destacando-se os referentes à delinquência Juvenil. A particularidade de Carnaxide é o elevado número de detenções.

Poderá também verificar-se a insistência dos assaltos a unidades escolares e o furto ao interior das viaturas.

A titulo de exemplo para se comparar um dos valores fornecidos nos dois anos considerados, mostra-se a evolução de furtos e roubos em Oeiras (ver Figura 1) e a preocupante subida verificada.

Figura 1: Evolução de furtos e roubos registados na esquadra de Oeiras 94/95



Fonte: PSP, CMO, 1996

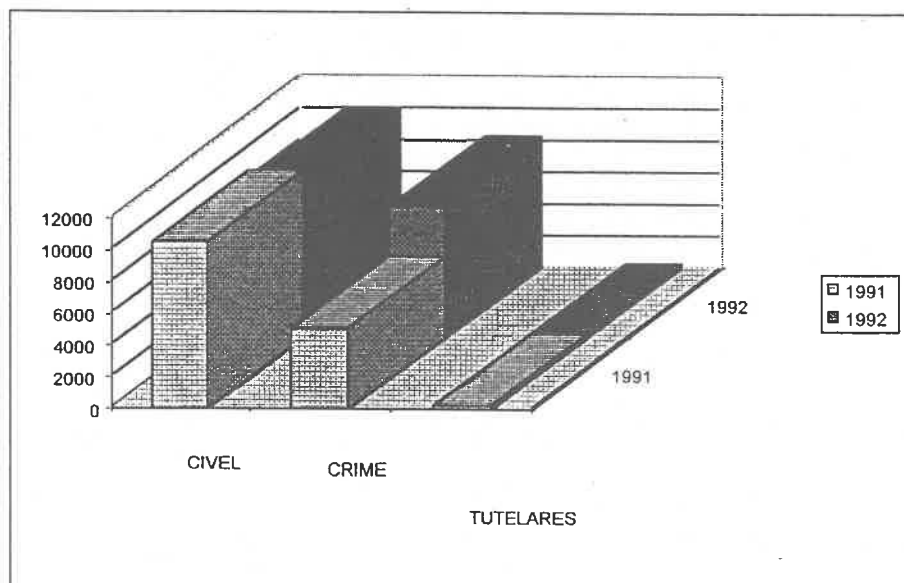
Na análise da criminalidade, junte-se a informação dos processos entrados no Tribunal Judicial de Oeiras nos anos de 1991 e 1992. A evolução entre esses dois anos, mostra uma descida dos processos cíveis e uma subida significativa dos processos crime (ver Quadro 8 e Figura 2).

Quadro 8: Processos entrados no Tribunal Judicial da Comarca de Oeiras 91/92

Tipo de processo	1991	1992	TOTAL
CIVEL	10.486	9.880	20.366
CRIME	5.092	8.199	13.291
TUTELARES	251	300	551
TOTAL	15.829	18.379	34.208

Fonte: Boletim Municipal, CMO

Figura 2: Evolução dos processos entrados no Tribunal Judicial de Oeiras 91/92



Fonte: Boletim Municipal, CMO

O gráfico da Figura 2, mostra-nos a subida dos processos crime entre 1991 e 1992. Seria necessário aumentar a série de dados para melhor ajuizar da evolução da criminalidade.

Por outro lado, o apuramento do tipo de crimes e a sua localização é de grande interesse para a reflexão sobre as causas deste aumento de criminalidade no Concelho.

Não foi possível analisar a situação da toxicodependência no concelho e o cruzamento com este aumento da criminalidade, já que os dados fornecidos pela GNR e PSP, não são suficientes para análise.

A segurança face à criminalidade é a mais preocupante, conjuntamente com os riscos naturais, ocasionados pelas cheias e que não deixam de ser preocupantes, pela dificuldade do seu completo controlo.

Segurança nas praias

Já que a segurança nas praias da orla ribeirinha, segundo dados do Instituto dos Socorros a Náufragos de Oeiras, situa-se a níveis muito baixos, se atendermos ao elevado número de pessoas que frequentam durante todo o ano as praias. Verifica-se excepcionalmente casos mortais, sendo relevante a intervenção dos serviços de salvamento. (Serra, 1996).

Acidentes rodoviários

Quanto aos acidentes verificados em 1995 na rede viária do Concelho, totalizaram 1750, contra 1431 em 1994, baixando esse número nas freguesias de Paço de Arcos, Algés e Linda-a-Velha e subindo nas restantes.

Os acidentes com duas rodas totalizaram 338 (19,3%), tendo regredido em relação ao ano anterior.

“Os acidentes com danos corporais originaram 605 feridos ligeiros, 114 feridos graves e 12 mortos, a que corresponde um aumento de, respectivamente, 44,1%, 12,9% e 57,1%” (DHI/DEP, 1996)

Houve um aumento médio de 33% relativamente a atropelamentos e atingindo sobretudo pessoas com mais de 41 anos de idade. O grupo etário 18/24 anos é o mais atingido, quer em feridos ligeiros, graves e mortes.

Pontos negros dos acidentes

Os pontos negros destes acidentes situam-se em :

Algés

Av. Bombeiros Voluntários (1º)
Alameda Hermano Patrone (6º)
Rua Damião de Góis

Carnaxide

Av. Portugal (5º)
Estrada da Outorela (12º)
Av. do Forte (3º)

Oeiras

Rua da Figueirinha (7º)
Av. Da República (8º)

Linda - a - Velha

Alameda António Sérgio (4º)
Av. 25 de Abril (2º)

Dafundo

Av. Marginal (10º)

Por proposta camarária foram preparadas placas amovíveis de sinalização para serem colocadas nos pontos negros.

Diagnóstico na área da segurança

As questões relacionadas com a segurança tem uma relevância máxima, para a construção de um espaço aberto e urbanisticamente coerente, onde a liberdade de passagem, vivência e actividade, não estejam inibidas pelos riscos de catástrofes, pelos acidentes rodoviários e pela criminalidade. As redes de sociabilidade dependem muito do equilíbrio entre a fruição do espaço urbano e a sua segurança.

Nesta área, o diagnóstico é assumidamente incompleto, pela falta de elementos e dados consistentes, nos aspectos relacionados com a criminalidade e suas causas, pelo contrário é possível retratar com precisão a segurança rodoviária e os riscos de catástrofes, estando do mesmo modo bem equacionadas as acções para a sua redução e controlo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (1996) - Análise dos pedidos de habitação fora do PER (Relatório), Oeiras.
- CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (1996a) - Carta Desportiva do Concelho de Oeiras. Programa de Infra-estruturas e Equipamentos, Oeiras
- CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (1996b) - Intervenção Operacional de Renovação Urbana, Oeiras
- CAVACO, Arminda (1983) - A costa do Estoril, Esboço Geográfico, Ed. Progresso Social e Democracia, Lisboa.
- CEMASE (1989) - Síntese das Principais Conclusões, Lisboa.
- CHOAY, François (1965) - O Urbanismo - Estudos. 3ª Ed., S. Paulo (Brasil).
- DH (1993) - Bairro do Bugio, Utilização do Espaço de Habitar - Satisfação Residencial. CMO, Oeiras.
- DHI/DEP (1995) - Acidentologia no Concelho de Oeiras, CMO, Oeiras.
- EINAUDI (1986) - Região, INCM, Lisboa.
- GABINETE URBAN (1996) - Planos de Acção. C.M. de Oeiras, Oeiras.
- GDM (1989) - Plano Director Municipal - Programa Base, CMO, Oeiras
- GDM (1993) - Concelho de Oeiras, Plano Director Municipal - Relatório. CMO, Oeiras.
- GDM (1994a) - Principais Localizações Industriais do Concelho de Oeiras - Dinâmica Recente e Tendências. C.M. de Oeiras, Oeiras.
- GDM (1994b) - Oeiras um Concelho em Mudança, Dinâmica Recente, Dinâmica e Tendências. C.M. de Oeiras, Oeiras.
- GDM/UNL (1994) - Problemas Ambientais do Concelho de Oeiras - Abordagem Preliminar. UNL, CMO, Oeiras.
- GDM (1995a) - Comércio e Serviços - Dinâmica Urbana do Concelho de Oeiras entre 1984 e 1994, Vol. I (Relatório). Oeiras
- GDM (1995b) - PDM, Relatório Anual. CMO, Oeiras.

GDM (1995c) - Base Económica dos Espaços Urbanos, Situação em 1995. CMO, Oeiras

GRAFMEYER, Yves (1994) - Sociologia Urbana, Publicações Europa-América, Lisboa

Grupo de Peritos (1994) - Cidades Europeias Sustentáveis, Primeiro Relatório. U.E., Bruxelas.

IUCN (1995) - A Sustainable World, editado por Thaddens C. Tnzyna et al. The World Conservation Union. Sacramento, U.S.A.

LOPES, Ernani et al (1989) - Portugal - O desafio dos anos 90. Ed. Presença, Lisboa.

MACHADO, Paulo (1994) - A (C)idade Maior - Para uma Sociologia da Velhice. Sociologia, problemas e práticas, ISCTE, Lisboa.

PNUD (1996) - Relatório do Desenvolvimento Humano. Tricontinental Editora, Lisboa.

RIBEILL, Georges (1974) - Tensões e Transformações Sociais. Livraria Bertrand, Lisboa.

ROCHER, Guy (1989) - Sociologia Geral, 5ª Ed. Editorial Presença, Lisboa.

SERRA, Graça et al (1996) - Segurança - Concelho de Oeiras, trabalho não publicado, UNL, Lisboa

SOCIOLOGIA-Problemas e Práticas (1994) - A Cidade de Lisboa, Revista nº 15. ISCTE, Lisboa



Oeiras XXI

Sistema ambiental

E - PATRIMÓNIO NATURAL: DESFRUTAR NO PRESENTE E TRANSMITIR EM QUALIDADE

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. CLIMA.....	2
2.1 Principais Potencialidades	2
2.2 Principais Problemas Detectados.....	2
2.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares.....	2
3. QUALIDADE DO AR	3
3.1 Principais Potencialidades	3
3.2 Principais Problemas Detectados.....	3
3.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares.....	4
4. GEOLOGIA, HIDROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	5
4.1 Principais Potencialidades	5
4.2 Principais Problemas Detectados.....	5
4.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares.....	5
5. SOLOS	6
5.1 Principais Potencialidades	6
5.2 Principais Problemas Detectados.....	6
5.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares.....	7

6. LINHAS DE ÁGUA	8
6.1 Principais Potencialidades	8
6.2 Principais Problemas Detectados	8
6.3 Possíveis Vectors Estratégicos Preliminares	10
7. ORLA COSTEIRA	12
7.1 Principais Potencialidades	12
7.2 Principais Problemas Detectados	12
7.3 Possíveis Vectors Estratégicos Preliminares	14
8. ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	15
8.1 Principais Potencialidades	15
8.2 Principais Problemas Detectados	15
8.3 Possíveis Vectors Estratégicos Preliminares	17
9. RESÍDUOS SÓLIDOS	20
9.1 Principais Potencialidades	20
9.2 Principais Problemas Detectados	20
9.3 Possíveis Vectors Estratégicos Preliminares	21
10. ENERGIA	23
10.1 Principais Potencialidades	23
10.2 Principais Problemas Detectados	23
10.3 Possíveis Vectors Estratégicos Preliminares	25
11. RUÍDO	26
11.1 Principais Potencialidades	26
11.2 Principais Problemas Detectados	26
11.3 Possíveis Vectors Estratégicos Preliminares	27
12. SISTEMA DE TRANSPORTES	28
12.1 Principais Potencialidades	28
12.2 Principais Problemas Detectados	28
12.3 Possíveis Vectors Estratégicos Preliminares	34



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Resultados resumidos das medições efectuadas em Setembro de 1996.	9
Quadro 2: Qualidade das águas balneares, no dia 5 de Julho de 1996.13	
Quadro 3: Principais zonas do Concelho de Oeiras sem ETAR.	17
Quadro 4: Evolução da venda de gasolinas e gasóleo no Concelho (toneladas)	24
Quadro 5: Números dos sinistrados em Oeiras devido a acidentes de tráfego, entre 1991 e 1995.....	31
Quadro 6: Os arruamentos com mais acidentes viários e respectivo número em 1995.....	32
Quadro 7: Emissões de CO2 por passageiro Km transportado em automóvel e em comboio.	33
Quadro 8: Estimativa de custos ambientais não suportados pelo utente.33	



1. INTRODUÇÃO

No âmbito do presente tema "Património Natural: Desfrutar no Presente e Transmitir em Qualidade" inclui-se um resumo sintético das principais potencialidades e dos principais problemas detectados no ambiente natural do Concelho de Oeiras e apresenta-se um conjunto de possíveis vectores estratégicos preliminares para intervenção.

Para maior detalhe de informação e fundamentação recomenda-se a consulta do Volume II "Sistema Ambiental - Diagnóstico Selectivo Preliminar". Os factores ambientais aí considerados relevantes para Oeiras foram os seguintes:

- Clima;
- Qualidade do Ar;
- Geologia, Hidrogeologia e Recursos Hídricos;
- Solos;
- Linhas de Água (Cheias, Poluição da Água e Património Natural);
- Orla Costeira;
- Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais;
- Resíduos Sólidos;
- Energia;
- Ruído; e
- Sistema de Transportes.

Para facilidade de tratamento dos temas optou-se, na presente fase, por tratar cada um dos factores ambientais sem a preocupação de uma análise sistémica profunda e complexa. Estabelecem-se no entanto relações de causas-consequências que ultrapassam as barreiras de cada factor ambiental.

2. CLIMA

2.1 Principais Potencialidades

Quase todos os parâmetros climáticos são favoráveis ao conforto humano, nomeadamente a temperatura, precipitação, nebulosidade, insolação, nevoeiros e trovoadas. A elevada insolação oferece boas condições para o turismo de praia e aproveitamento de energia solar.

2.2 Principais Problemas Detectados

O desconforto climático mais relevante é provocado pelo vento norte especialmente durante o verão. Os volumes construídos introduzem por vezes fenómenos de turbulências, acelerações e canalização dos ventos tornando os espaços exteriores menos confortáveis.

2.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares

- Efectuar o levantamento dos locais mais ventosos (relevo, canalizações dos ventos, etc.) e sujeitos aos fenómenos de desconforto associados.
- Estudar a plantação de conjuntos de árvores e arbustos, criando por exemplo o efeito de orla para minorar o vento e melhorar o micro-clima local.
- Para as zonas do Concelho consideradas mais sensíveis e expostas ao efeito dos ventos, estudar a possibilidade de incluir nos planos de pormenor e nos projectos de loteamento uma análise específica sobre o conforto climático dos espaços exteriores e dos impactes associados aos ventos.

3. QUALIDADE DO AR

3.1 Principais Potencialidades

Comparativamente a outros locais da AML o ar em Oeiras é provavelmente de melhor qualidade. Análises existentes apontam para que as concentrações de dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NO₂) e monóxido de carbono (CO) sejam, nas zonas menos urbanas do Concelho, claramente inferiores aos valores fixados na legislação nacional e comunitária.

3.2 Principais Problemas Detectados

- Carência de informação sobre a qualidade do ar nas zonas mais urbanas do concelho.
- As concentrações de ozono (O₃) e de partículas em suspensão (PS) numa zona rural do Concelho ultrapassaram por vezes alguns limites inferiores recomendados.
- Maus cheiros provenientes da Central de Compostagem de Trajouce (em processo de resolução com a cobertura do parque de maturação).
- Maus cheiros proveniente de troços de ribeiras poluídas que por exemplo afectam residentes e utentes de jardins públicos próximos.
- Os vários incineradores de pequenas dimensões para resíduos sólidos perigosos existentes no Concelho podem emitir dioxinas e outros gases bastante perigosos para a saúde.
- Emissões de gases poluentes provenientes do tráfego rodoviário, usos industriais, bombas de gasolinas e oficinas de vários tipos.

3.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares

- Efectuar uma campanha de caracterização da qualidade do ar no Concelho, incluindo os núcleos urbanos antigos e outras zonas urbanas, com especial atenção para o Ozono (O3).
- Efectuar um inventário das principais fontes emissoras de gases poluentes existentes no Concelho, nomeadamente das incineradoras para resíduos perigosos, e demarcar, em função dos ventos dominantes e de outros factores de transmissão, as zonas de Oeiras mais afectadas.
- Acelerar a cobertura do parque de maturação da Central de Compostagem de Trajouce.
- Acelerar a despoluição das ribeiras, nomeadamente da carga orgânica transportada.

4. GEOLOGIA, HIDROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS

4.1 Principais Potencialidades

Os calcários "com rudistas" do Cenomaniano Superior e algumas zonas de basaltos constituem recursos susceptíveis de serem explorados como materiais de construção civil.

4.2 Principais Problemas Detectados

Em termos de geologia e hidrogeologia o problema detectado de maior relevância relaciona-se com as zonas onde afloram os calcários "com rudistas" do Cenomaniano Superior, que correspondem na maioria das vezes às zonas de máxima infiltração. Nestes locais a poluição propaga-se muito facilmente e com grande rapidez.

4.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares

- Deve-se procurar afastar das zonas de calcários acima referidas todas as fontes susceptíveis de originar poluição a nível de solo e subsolo.
- As áreas de infiltração máxima, indicadas na página 27 do Volume II, devem ser preservadas, nomeadamente através da interdição de localização de actividades agressivas.

5. SOLOS

5.1 Principais Potencialidades

Algumas áreas do Concelho possuem solos muito férteis, incluídas na Reserva Agrícola Nacional, ainda que de dimensão reduzida. Estas áreas estão localizadas muito próximo dos grandes pólos potencialmente consumidores de produtos agrícolas.

Existem em Oeiras ainda importantes áreas livres, em que os solos não apresentam ocupação urbana-industrial ou outros tipos de usos que possam danificar o solo de forma irremediável. Estas áreas livres servem actualmente como zonas de equilíbrio ambiental.

5.2 Principais Problemas Detectados

- Elevado ritmo de consumo de solo para fins urbanos. A ocupação urbana do solo conduz, em regra, à compactação do solo, à sua selagem e impermeabilização, ao abaixamento do nível freático e à morte biológica do solo. O solo deve ser encarado como um recurso escasso não renovável, a utilizar de forma racional e com critérios de sustentabilidade.
- Existência de prováveis focos de contaminação do solo através de algumas actividades potencialmente agressivas tais como industriais, pedreiras antigas entretanto cheias com resíduos sólidos, ferro-velhos, estaleiros, etc.
- Existência de grandes lacunas de conhecimentos sobre o grau de contaminação do solo e da transmissão dessa contaminação a zonas vizinhas e águas subterrâneas. São igualmente

desconhecidas as implicações para a saúde humana associadas por exemplo a eventuais zonas residenciais localizadas sobre solos poluídos.

5.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares

- Efectuar a inventariação dos principais locais suspeitos de estarem contaminados e que possam constituir possíveis fontes de propagação da contaminação para solos adjacentes e para o lençol freático.
- Efectuar a inventariação do grau de selagem actual do solo e dos seus efeitos sobre a ecologia urbana.
- Impedir a selagem de áreas de infiltração máxima e evitar que actividades potencialmente agressivas se localizem na proximidade destes solos.
- Tratar o solo como um recurso escasso, consumindo-o o menos possível e ocupando-o de forma muito comedida e criteriosa aplicando os princípios da gestão ambiental.
- Favorecer a consolidação das áreas urbanas evitando o crescimento externo e disperso.

6. LINHAS DE ÁGUA

6.1 Principais Potencialidades

Quando não poluídas, as linhas de água do Concelho poderão oferecer importantíssimos espaços de vida para grande diversidade de plantas e animais e constituir valiosos corredores ecológicos de ligação entre o exterior e o interior das áreas urbanas do Concelho.

O valor do património natural existente nos vales das ribeiras, em especial da Laje e de Barcarena e do rio Jamor é presentemente ainda bastante elevado, apesar das agressões a que tem estado sujeito.

As margens das ribeiras e seu espaço envolvente podem ser uma valiosa faixa de território para a instalação de percursos, de actividades de recreio e de lazer em proveito da população próxima.

As linhas de água, quando recuperadas, podem também constituir um elemento de valorização muito significativa da paisagem e beneficiar o micro-clima local.

6.2 Principais Problemas Detectados

As linhas de água têm presentemente fortes problemas com implicações muito importantes e decisivas para a qualidade ambiental do Concelho. Encontram-se fortemente poluídas por descargas de esgotos domésticos e industriais assim como por resíduos sólidos aí acumulados. Os valores dos Coliformes Fecais e Totais ultrapassam sempre largamente os parâmetros legalmente admitidos.

Quadro 1: Resultados resumidos das medições efectuadas em Setembro de 1996.

	Coliformes Totais	Coliformes Fecais	Oxigénio Dissolvido	Azoto Amoniacal
Ribeira Algés				
Ponto A1	140.000.000	17.000.000	0,028	41,9
Ponto A2	54.000.000	54.000.000	0,705	--
Ponto A3	92.000	24.000	6,37	--
Ponto A4	54.000.000	17.000.000	0,257	--
Rio Jamor				
Ponto J1	160.000.000	22.000.000	5,04	30,1
Ponto J2	9.200.000	9.200.000	6,03	--
Ponto J3	22.000.000	7.000.000	5,33	--
Ponto J4	16.000.000	9.200.000	4,02	--
Ponto J5	240.000.000	35.000.000	0,217	--
Ribeira de Barcarena				
Ponto B1	5.400.000	16.000	2,19	29,7
Ponto B2	4.600.000	2.100.000	4,78	--
Ponto B3	35.000.000	1.200.000	6,56	--
Ponto B4	92.000	9.200	16,79	--
Ponto B5	920.000	110.000	13,04	--
Ribeira da Laje				
Ponto L1	140.000.000	17.000.000	1,17	28,3
Ponto L2	3.500.000	35.000	8,48	--
Ponto L3	21.000	3.500	6,175	--
Ponto L4	16.000	5.400	5,696	--
Ponto L5	11.000.000	3.100.000	0,758	--
Valor Máximo Admissível	10.000	2.000	4 (1)	2 (2)

(1) É uma concentração mínima.

(2) Valor máximo para a qualidade das águas superficiais.

Obs.: A sombreado indicam-se os valores que ultrapassam o valor máximo admissível estabelecido na legislação. O primeiro e último ponto de cada linha de água são respectivamente na entrada e na saída do Concelho.

Para além da poluição da água, o património natural ainda existente nos principais vales encontra-se ameaçado pelo crescimento urbano, actividades ilegais de deposição de lixos e entulhos, abate de árvores, desleixo, etc.. São visíveis sinais de progressiva degradação deste espaço detentor de enormes potencialidades.

Por outro lado, as potencialidades destes espaços raramente são rentabilizadas para uso e desfrute da população. Não são permitidos os acessos ao público em geral como seja à ampla zona verde da Estação Agronómica ou aos Jardins do Palácio do Marquês. Por vezes os acessos estão de tal modo degradados que o resultado é praticamente o mesmo, como seja às zonas verdes do Estádio Nacional.

Relativamente a inundações, existem riscos em vários locais. Os mais graves localizam-se na zona baixa de Algés, do Dafundo (ribeira da Junça) e de Oeiras. Existem ainda outros pontos com habitações também sujeitas a riscos de inundações.

6.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares

- Eliminação de todas as descargas de águas residuais domésticas e industriais para as linhas de água. Os SMAS encontram-se a intervir para a resolução do problema, mas trata-se de um assunto muito complexo devido à antiguidade das redes, às ligações clandestinas entre redes domésticas e pluviais no interior de propriedades privadas e às descargas provenientes de outros concelhos.
- Articulação com os municípios vizinhos de Oeiras para intervenção concertada na redução dos níveis de poluição da água. Existe uma Comissão Intermunicipal sobre o tema.
- Intervenção para se reduzir os riscos de cheias nas zonas mais perigosas (zonas de habitações, comércio e serviços) e mais frequentemente inundadas. Podem-se criar bacias de retenção a montante dos pontos para reduzir o caudais de ponta ou então, caso

esta solução não seja viável, pode-se aumentar a capacidade de escoamento da ribeira eliminando estrangulamentos.

- Preservação, requalificação e rentabilização social e ambiental do património natural dos vales de todas as ribeiras, com especial realce para a Laje, Barcarena e Jamor.
- Procurar valorizar e utilizar o espaço despoluído e requalificado das linhas de água para novos espaços de lazer, de percursos pedonais e de educação ambiental.

7. ORLA COSTEIRA

7.1 Principais Potencialidades

Trata-se de um espaço bastante rico em património histórico (fortificações, etc.), tem condições climáticas muito favoráveis e sol abundante, grande linha de costa com águas calmas, paisagem de grande beleza natural, localização muito próxima de boas infraestruturas de transporte e encontra-se junto de elevado número de população e grandes centros urbanos.

A população próxima dispõe de poder de compra médio a elevado e reside em zonas por vezes densamente ocupadas, perspectivando assim grande apetência para desfrutar espaços livres e de lazer de qualidade.

7.2 Principais Problemas Detectados

A qualidade da água balnear e das areias é ainda bastante má, apesar de alguns progressos registados recentemente com a entrada em funcionamento de uma parte do Sistema de Esgotos da Costa do Estoril, na bacia da ribeira da Laje. As cargas poluentes descarregadas nas ribeiras são transmitidas às águas balneares.

Quadro 2: Qualidade das águas balneares, no dia 5 de Julho de 1996.

Limites da Legislação (D.L. 74/94)	Coliformes Totais/100 ml	Coliformes Fecais/100 ml	Observações
VMR (Valor Máximo Recomendado)	500	100	----
VMA (Valor Máximo Admitido)	10.000	2.000	----
Praia da Torre	350	79	Bom
Praia do INATEL	3.500	2.400	Aceitável
Praia de S. Amaro, junto ao Motel	5.400	9.200	Não Aceitável
Praia de S. Amaro, a meio	54.000	24.000	Não Aceitável
Praia de S. Amaro, junto ao Saisa	21.000	1.700	Não Aceitável
Praia Fontainhas	54.000	3.500	Não Aceitável
Praia Paço Arcos	35.000	16.000	Não Aceitável
Praia de Caxias 1	33.000	28.000	Não Aceitável
Praia de Caxias 2	540.000	35.000	Não Aceitável
Praia Cruz Quebrada	350.000	240.000	Não Aceitável
Algés INIP	5.400.000	3.500.000	Não Aceitável

Os acessos à orla costeira são geralmente deficientes a partir do lado norte da marginal. As deslocações são também difíceis ao longo da costa para os peões, sem ser ao longo daquela via cujo fluxo de tráfego é intenso.

O vasto património edificado existente na orla costeira encontra-se bastante degradado e está em regra muito pouco disponível para oferecer actividades de apoio ao turismo e de vivificação do espaço em que se inserem. A C.M.O. tem presentemente um projecto para a recuperação do Forte de São Bruno de Caxias.

Os pólos de atracção são reduzidos e pouco variados, para além das praias, do passeio marítimo e da piscina oceânica. Existem vários espaços livres bastante descaracterizados e praticamente abandonados.

A inserção institucional da orla costeira é complexa e exige a estreita colaboração das diversas entidades envolvidas, nomeadamente na definição de uma visão estratégica e na partilha de responsabilidades.

7.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares

Prosseguir na tarefa fundamental de despoluição das águas balneares e das areias das praias, o que está intimamente relacionado com a despoluição das linhas de água.

Os apoios de praia necessitam de ser amplamente beneficiados e requalificados.

A acessibilidade à orla costeira deve ser claramente melhorada e promovida a criação de um passeio marítimo, com equipamento diversificado, ao longo de toda a orla costeira para a circulação pedonal e de bicicletas. Encontra-se em preparação na CMO o projecto do passeio marítimo, expandindo a parte existente próximo da piscina oceânica

O património histórico da orla costeira necessita de recuperação e de lhe serem dados novos usos que contribuam para a requalificação e promoção da zona como espaço de turismo, de lazer e de equilíbrio ambiental.

Os espaços livres necessitam de profunda melhoria da sua qualidade paisagística e ambiental. Deve ser equacionada a instalação de iluminação nocturna destes espaços livres e da orla costeira em geral.

A inserção institucional da orla costeira necessita de reformulação, tornando-a menos complexa e mais próxima das populações.

8. ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

8.1 Principais Potencialidades

A taxa de cobertura do abastecimento domiciliário de água abrange quase 100% dos habitantes do Concelho. A água fornecida é de boa qualidade e é está montado um apertado controle de qualidade, tanto pela EPAL como pelos SMAS.

A drenagem de águas residuais abrange quase 100% dos utentes. O seu tratamento e destino final está em vias de ser melhorado significativamente com a entrada em funcionamento de todo o Sistema de Saneamento da Costa do Estoril. A rede da bacia da ribeira da Laje está já ligada ao interceptor, sendo os efluentes conduzidos para a estação da Guia, em Cascais e depois descarregados no mar a 3 Km de distância.

8.2 Principais Problemas Detectados

Abastecimento de Água

- Existem cerca de 1.500 pessoas abastecidas unicamente por fontanários e algumas dezenas de pessoas que se abastecem de água para consumo doméstico proveniente de minas sem controlo sanitário.
- A evolução do consumo de água tem vindo a aumentar a elevado ritmo, sendo hoje de 157 litros por dia e habitante, prevendo os SMAS que suba para 200 no ano 2000.

- Existem falhas de abastecimento de água devido a problemas na rede e a reduzida autonomia de abastecimento do Concelho. Toda a água provem da EPAL, tendo o Concelho uma capacidade de armazenamento insuficiente de 0,8 dias das suas necessidades médias.
- Elevadas fugas, perdas na rede de distribuição e eventual não registo por contadores avariados, que na área de intervenção dos SMAS de Oeiras e Amadora correspondem a abastecer diariamente mais 110 mil pessoas.
- Envelhecimento de algumas condutas e acessórios da rede.

Drenagem de Águas Residuais

- Cerca de 8.000 utentes não estão ligados à rede, recorrendo por isso a soluções individuais ou ao descarregamento directo para o meio receptor.
- Taxa de cobertura do tratamento das águas residuais é ainda muito reduzida, prevendo-se que a situação se altere a curto ou médio prazo com o Sistema de Saneamento da Costa do Estoril. Informação referente a 1994 apontava a situação indicada no Quadro 3.

Quadro 3: Principais zonas do Concelho de Oeiras sem ETAR.

Freguesia	População só com rede	Observações
Algés	0	Toda a Freguesia ligada a ETAR
Barcarena	9.119	Toda a Freguesia sem ETAR
Carnaxide	13.741	Quase toda a Freguesia sem ETAR
Dafundo Cruz Quebrada	1.286	Quase toda a Freguesia ligada a ETAR
Linda-a-Velha	8.841	1/3 da Freguesia sem ETAR
Oeiras	0	Toda a Freguesia ligada a ETAR
Paço de Arcos	5.744	1/3 da Freguesia sem ETAR
Porto Salvo	0	Toda a Freguesia ligada a ETAR
Queijas	10.062	Toda a Freguesia sem ETAR
TOTAL	48.793	Sem ETAR

Fonte: SMAS, 1996.

- Existência de ligações clandestinas para as ribeiras e existência de redes pseudo-separativas que provocam a descarga de águas residuais domésticas nas linhas de água.
- Falta de conhecimento exacto do cadastro da rede, o que dificulta muito a identificação de problemas e a intervenção para a sua correcção.
- A qualidade das águas residuais industriais por vezes não satisfaz a legislação em vigor antes da sua introdução na rede doméstica.

8.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares

Abastecimento de Água

- Pugnar para que todos os Oeirenses tenham abastecimento domiciliário de água.
- Procurar inverter a tendência de continuo aumento do consumo de água per capita, através da introdução de medidas de redução de consumo a nível de cada utente.

- Equacionar a instalação de uma "Loja da Sustentabilidade" no Concelho que, de entre outras funções, divulgue e promova formas acessíveis e fáceis de poupar água.
- Aumentar a capacidade de armazenamento de reservas de água, que os SMAS prevêem duplicar até ao ano 2000, passando de 0,8 para 1,2 dias de consumo médio.
- Procurar reduzir significativamente as grandes perdas e fugas de água na rede de distribuição.
- Promover a concretização do Adutor de Circunvalação, por forma a garantir os caudais e pressões adequadas no sistema de distribuição.
- Continuar a implementação de um plano de substituição das redes antigas e procurar reduzir a frequência de cortes no abastecimento.

Drenagem de Águas Residuais

- Pugnar para que todos os Oeirenses e actividades económicas existentes tenham ligação à rede de drenagem.
- Apoiar a implementação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril (SSCE) de modo que a curto ou médio prazo todas as águas residuais produzidas em Oeiras tenham tratamento e destino final adequado.
- Continuação dos estudos rigorosos das bacias de drenagem (já estudadas as da Laje e Porto Salvo) que permitam o diagnóstico das situações incorrectas, tendo em vista a separação das redes e promover a efectiva rentabilização da integração no SSCE para despoluição de ribeiras e praias de Oeiras.

- Continuação da implementação do plano de substituição de colectores antigos por novos de dimensões apropriadas.
- Elaboração de um regulamento de drenagem e tratamento de águas residuais, integrado nas condições dos diferentes sistemas receptores.

9. RESÍDUOS SÓLIDOS

9.1 Principais Potencialidades

Os resíduos sólidos apresentam oportunidades para a reciclagem e a reutilização das matérias primas neles contidos. Em Oeiras existem várias experiências de sucesso nesta área (por exemplo o projecto de Queijas) que oferecem potencialidades para intervenção no futuro. Os conhecimentos adquiridos colocam o município na linha da frente destes processos inovadores (recolha selectiva, reutilização dos materiais, compostagem, etc.).

9.2 Principais Problemas Detectados

Os resíduos sólidos constituem um problema ambiental por duas razões principais. A sua quantidade é muito grande e não pára de aumentar. Gera-se em Oeiras quase meia tonelada por habitante e por ano. Por outro lado os resíduos podem conter elementos muito agressivos e perigosos para o meio natural e para a saúde da população.

- Cada Oeirense produz já 100 Kg a mais que as recomendações da União Europeia para a meta do ano 2005. A manter-se a tendência actual, nesse ano, cada Oeirense produzirá cerca de 1.000 Kg, ultrapassando em quase 700 Kg a meta indicada.
- A remoção das elevadas quantidades de resíduos sólidos urbanos por vezes não ocorre nas melhores condições de salubridade, com resíduos espalhados nos arruamentos.

- O tratamento dos resíduos por compostagem; na estação de Trajouce, aconselha a recolha separada para evitar a contaminação de resíduos por outros mais perigosos (pilhas, químicos, clínicos, etc.).
- Os efluentes líquidos (lexiviados) resultantes da lixeira de Vila Fria constituem um potencial elemento contaminador do solo, das águas subterrâneas e das águas superficiais da ribeira de Porto Salvo.
- Potencial contaminação do solo provocado por outras lixeiras que provavelmente existem no Concelho, das quais a mais conhecida se situa no Casal das Chocas (bacia da ribeira da Laje).
- O destino dado aos resíduos sólidos especiais (resíduos industriais, entulhos, resíduos clínicos ou hospitalares e outros resíduos tóxicos e perigosos) é em regra insatisfatório. Segundo a legislação a responsabilidade para com estes resíduos cabe ao próprio produtor. Por vezes, alguns destes resíduos são depositados clandestinamente em locais indevidos (bermas de caminhos escondidos, terrenos abandonados, etc) ou integrados sem permissão da CMO no circuito de recolha destinados aos resíduos sólidos urbanos.

9.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares

- Há que continuar a fomentar a política dos três R's: Redução da produção de resíduos na fonte, reutilização e reciclagem. A educação cívica e ambiental da população desempenha aqui papel importante.

- Equacionar a possibilidade de instalação de uma "Loja da Sustentabilidade" no Concelho que, de entre outras funções, divulgue iniciativas da CMO no âmbito da política dos três R's.
- Melhoria da higiene e condições de salubridade das operações de deposição e recolha dos resíduos e conseqüente melhoria da limpeza das vias públicas.
- Equacionamento da introdução de um serviço de recolha selectiva de resíduos em todo o Concelho.
- Equacionamento da aplicação do princípio do poluidor pagador na área dos resíduos sólidos, com a introdução de pagamento de taxas directamente proporcionais aos volumes de resíduos produzidos.
- Levantamento, caracterização e recuperação de antigas lixeiras do Concelho.
- Estudar uma estratégia para, em parceria com os produtores de resíduos especiais, se garantir que a recolha, tratamento e destino final desses resíduos decorre sem impactes ambientais significativos.

10. ENERGIA

10.1 Principais Potencialidades

São reduzidas as potencialidades energéticas do Concelho. As únicas fontes existentes são as associadas à energia eólica e à energia solar.

O concelho encontra-se praticamente todo servido por energia eléctrica e iluminação pública. As estatísticas mais recentes da Direcção Geral de Energia (1990) apontam para que só 480 pessoas não estejam ligadas à rede de abastecimento.

Relativamente à rede de distribuição de gás natural, estão já executados cerca de 28,7 Km dos cerca de 80 previstos.

10.2 Principais Problemas Detectados

A evolução do consumo de energia eléctrica não tem parado de crescer, verificando-se um significativo aumento de 36% no período de 1985 a 1990. Cada Oeirense consome 725 KWh por ano, bastante superior à média nacional de 600 KWh.

O grande responsável pelo aumento é o tipo de consumidor "iluminação e outros usos não domésticos" que inclui o sector terciário. Registou-se aqui um aumento de 117% no período de tempo acima referido.

O consumo de combustíveis líquidos associados ao sistema de transportes apresenta igualmente um grande crescimento de quase 100% entre 1990 e 1994, conforme se mostra na Figura E-4. Os dados devem ser vistos com algum cuidado pois referem-se a quantidades vendidas no interior do concelho e não a quantidades efectivamente

consumidas por Oeirenses, já que munícipes de outros concelhos podem aqui adquirir os seus combustíveis.

Quadro 4: Evolução da venda de gasolinas e gasóleo no Concelho (toneladas)

ANO	1980	1985	1990	1994
Gasolina Super C/ Chumbo	16.473	14.888	22.238	35.094
Gasolina Normal	2.232	641	313	0
Gasolina Sem Chumbo 95	0	0	158	12.890
Gasolina Sem Chumbo 98	0	0	0	7.217
Gasóleo	58.718	16.644	23.651	35.333
TOTAL	77.423	32.173	46.360	90.534

Fonte: DGE, 1996.

Obs.: o valor do Gasóleo para 1980 é anormalmente elevado podendo haver alguma gralha).

As energias alternativas possuem fraquíssima utilização em Oeiras e reduzem-se quase só à energia solar para aquecimento de água. A grande percentagem de energia consumida é de origem fóssil e portanto não renovável, existente em quantidades limitadas e muito dependente de importações.

As emissões geradas em Oeiras estão sobretudo associadas ao consumo de energia no sistema de transportes. A combustão gera emissões de CO, CO₂, SO₂, NO_x, partículas em suspensão e metais pesados com efeitos ambientais locais e globais e sobre a saúde humana.

O dióxido de carbono (CO₂) é o maior contribuidor para o efeito do aquecimento global do planeta. O dióxido de enxofre (SO₂) e os óxidos nítricos (NO_x) provocam as chuvas ácidas e, em conjunto com as partículas em suspensão e os metais pesados, deterioram a qualidade

do ar. O ozono (O₃) é produzido a partir de vários destes gases com a presença de luz e calor.

10.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares

- Fomentar o uso de energias alternativas e apoiar iniciativas para a poupança e utilização eficaz das energias não alternativas em edifícios, sistemas de produção e transportes.
- Equacionar a instalação de uma "Loja da Sustentabilidade" no Concelho que, de entre outras funções, divulgue e promova formas acessíveis e fáceis de conservar energia em edifícios e em utilizações domésticas.
- Apoiar a introdução e utilização do gás natural no Concelho, pois trata-se de uma fonte energética com emissões relativamente reduzidas.
- Promover a utilização dos transportes públicos em detrimento do transporte individual.
- Equacionar a forma de a CMO dar o exemplo de conservação de energia no interior das suas instalações municipais e no âmbito da sua frota de veículos.

11. RUÍDO

11.1 Principais Potencialidades

Uma das potencialidades de Oeiras é o seu ambiente calmo e sossegado, constituindo um dos motivos de escolha de Oeiras para fixar residência.

11.2 Principais Problemas Detectados

O tráfego rodoviário representa a maior fonte de ruído do Concelho, embora exista elevado número de queixas por causa do ruído produzido por cafés, bares, restaurantes, etc.. Os piores locais em relação ao tráfego encontram-se:

- Ao longo da estrada marginal, com especial incidência no Dafundo, Cruz Quebrada e Paço de Arcos;
- Nas zonas residenciais envolventes às principais vias de acesso à auto-estrada (A5), nomeadamente na Rua da Figueirinha na Vila de Oeiras, na rua principal de Porto Salvo e na rua principal de Linda-a-Velha;
- Nas zonas envolventes dos arruamentos mais movimentados dos núcleos antigos, como seja na Rua Cândido dos Reis em Oeiras, ou de várias ruas do centro de Algés e de acesso à rotunda e à CRIL.
- Nas imediações da auto-estrada A5, que inserem habitações, como seja na Ribeira da Laje, Linda-a-Pastora e zona sul de Carnaxide.

11.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares

Existem poucos dados para se efectuar um diagnóstico pormenorizado sobre a qualidade do ambiente sonoro do Concelho. Recomenda-se a elaboração de uma carta de ruído do Concelho com o zonamento de áreas pouco ruidosas, ruidosas e muito ruidosas (de acordo com os parâmetros indicados na legislação).

12. SISTEMA DE TRANSPORTES

12.1 Principais Potencialidades

O Concelho de Oeiras é atravessado por infraestruturas de transporte de elevada capacidade: a linha de comboio de Cascais na zona Sul, a linha de comboio de Sintra na zona Norte, a auto-estrada (A5), a estrada marginal, a CREL e a CRIL. A linha de Cascais beneficiará a curto prazo de um importante interface com o metropolitano no Cais do Sodré.

Existem assim em Oeiras zonas com elevada acessibilidade em transportes individuais (próximo dos nós das vias rápidas) e zonas com elevada acessibilidade em transportes colectivos (área envolvente das estações de comboio).

12.2 Principais Problemas Detectados

Os locais com elevada densidade de empregos e residências e serviços públicos ou equipamentos de grande capacidade de atracção, devem possuir acessibilidade por transportes públicos muito elevada. Por outro lado, actividades como entrepostos, armazéns e algumas unidades industriais que dependem do abastecimento de materiais por transporte rodoviário devem dispor de grande acessibilidade por transporte individual.

Actividades Estratégicas sem Transportes Colectivos de Qualidade

Em Oeiras, não tendo sido possível localizar as novas actividades geradoras de elevada densidade de viagens (universidades, parques de ciência, parques de escritório, etc.) próximo de transportes

colectivos de grande capacidade, ainda não se dotou estas actividades consideradas de importância estratégica com um sistema de transportes públicos eficiente, ambientalmente sustentável e que confira a esses projectos estratégicos maior atractividade e competitividade.

Para além do nível genérico acabado de referir, detectaram-se seis estrangulamentos muito importantes na rede viária, no tráfego e no estacionamento no Concelho. Para além dos congestionamentos e perdas de tempo geram também importantes impactes negativos sobre o ambiente e sobre a segurança rodoviária.

Seis Estrangulamentos:

• **Algés**

A rede arterial urbana do núcleo central de Algés está em rotura devido às grandes cargas de tráfego existentes. A situação é agravada por outros factores importantes tais como a sobrecarga excessiva de estacionamentos na via pública.

• **Acessos ao nó de Linda-a-Velha e Carnaxide da auto-estrada**

A rede viária urbana (Av. 25 de Abril, em Linda-a-Velha, e Av. do Forte, em Carnaxide) já há muito que está sem capacidade de escoamento para os elevados volumes de tráfego debitados por este nó com a auto-estrada.

• **Travessia de Porto Salvo**

O atravessamento desta localidade por uma rodovia muito solicitada em termos de tráfego provoca situações diárias de congestionamentos graves, com perda de tempo muito significativas e longas filas de espera, por motivos de insuficiência da capacidade da estrada no interior do núcleo urbano.

• **Núcleos Históricos das Vilas de Oeiras e Paço de Arcos**

Em ambas as vilas, as malhas urbanas antigas não possuem condições para uma utilização intensiva por parte do tráfego rodoviário e do estacionamento, tendo já ultrapassado os níveis de saturação.

• **Carência da Via Longitudinal Norte**

Com o desenvolvimento urbanístico da faixa interior do Concelho torna-se cada vez mais necessário e urgente dar uma resposta cabal, em termos de mobilidade, às crescentes relações de dependência dos aglomerados interiores do Concelho entre si e com as zonas envolventes.

• **Aglomerado de Queijas**

A rede viária de Queijas é muito deficiente em termos geométricos o que provoca estrangulamentos vários por falta de capacidade. O aglomerado está também demasiado dependente, em termos de ligação ao exterior, do nó da auto-estrada (A5).

Interfaces de reduzida Qualidade:

Relativamente aos interfaces, pode-se afirmar que eles são em regra de reduzida qualidade, proporcionando aos utentes baixo nível de funcionalidade, segurança e conforto. As duas exceções referem-se ao interface já existente de Algés, ao futuro interface de Paço de Arcos, em construção, e à futura estação do Espargal.

- Faltam estacionamentos;
- Não existem parques para bicicletas;
- Ligações com autocarros podem ser melhores;
- Congestionamento;



Consequências Ambientais

Registaram-se 12 mortos e 114 feridos graves em 1995 na sequência de acidentes de tráfego. Trata-se de números demasiado elevados que é necessário reduzir. No quadro seguinte resume-se os números dos sinistrados devido a acidentes de tráfego, entre 1991 e 1995, por grupos etários.

Quadro 5: Números dos sinistrados em Oeiras devido a acidentes de tráfego, entre 1991 e 1995.

Sinistrados Grupo Etário	Feridos Ligeiros	Feridos Graves	Mortos
Menos de 10 anos	102	13	3
De 11 a 17 anos	276	67	4
De 18 a 24 anos	483	121	10
De 25 a 40 anos	381	91	6
De 41 a 64 anos	305	94	7
Mais de 64 anos	143	54	10
TOTAL	1.690	440	40

Fonte: Relatório da Acidentologia no Concelho de Oeiras, C.M.O. 1995.

Os dez arruamentos mais perigosos do Concelho, ou seja, onde ocorreram mais acidentes viários em 1995 são os indicados no quadro seguinte. O padrão dos locais é bastante semelhante a anos anteriores.



Quadro 6: Os arruamentos com mais acidentes viários e respectivo número em 1995

ARRUAMENTO	LOCALIDADE	Número Acidentes em 1995
Av. Bombeiros Voluntários	Algés	82
Av. 25 de Abril	Linda-a-Velha	49
Av. Forte	Carnaxide	39
Rua da Figueirinha	Oeiras	30
Av. Portugal	Carnaxide	29
Av. Marginal	Dafundo	27
Estrada da Outorela	Carnaxide	26
Alameda António Sérgio	Linda-a-Velha	23
Rua Damião de Góis	Algés	21
Av. da República	Oeiras	19

Fonte: Relatório da Acidentologia no Concelho de Oeiras, C.M.O. 1995.

Relativamente ao ambiente natural, pode-se afirmar que ele sofre sempre impactes negativos com a introdução de qualquer infraestrutura de transporte assim como com o fluxo de tráfego. Assim, para este sistema, quanto menos infraestruturas e tráfego melhor.

Existem porém diferentes modos de transporte, que em termos relativos se comportam melhor ou pior. A comparação ambiental, incluída no Volume II (Figura XI-4) mostra claras vantagens para o transporte ferroviário e claras desvantagens para o transporte rodoviário.

Concretizando para o CO2

Concretizando um pouco em relação às emissões de CO2, estima-se que sejam as seguintes, as emissões de CO2 por passageiro transportado (em gramas por passageiro Quilómetro).

Quadro 7: Emissões de CO2 por passageiro Km transportado em automóvel e em comboio.

Modo de Transporte	Emissões de CO2 por Passageiro Transportado (gramas / passageiro km)
Automóvel Ligeiro	133 a 200
Comboio	39 a 78

Fonte: The Dobris Assessment, Pagina 437; European Environmental Agency, 1995.

CO2 de Oeiras-Lisboa-Oeiras

Assim, uma deslocação de Oeiras a Lisboa e regresso a Oeiras teria aproximadamente as seguintes implicações por modo de transporte:

- Automóvel individual **3** Kg de CO2
- Comboio **0,8** Kg de CO2

Os custos ambientais são bastante menores no caso do comboio. Estes custos em regra não são suportados pelo utente. Uma estimativa efectuada na Alemanha sobre as externalidades negativas de vários modos de transporte aponta valores da seguinte ordem de grandeza:

Quadro 8: Estimativa de custos ambientais não suportados pelo utente.

Passageiro (Escudos por 1.000 passageiros por Km)	Ar	CO2	Ruído	Acidentes	Total
Automóvel	3.000\$00	900\$00	200\$00	2.400\$00	6.500\$00
Comboio Eléctrico	150\$00	400\$00	70\$00	280\$00	900\$00

Fonte: The Dobris Assessment, Pag. 444; European Environmental Agency, 1995. Valores estimados com base nas características da Alemanha, para o ano de 1993.

Grosso modo, numa viagem de Oeiras a Lisboa e regresso a Oeiras pode dizer-se que os custos transferidos pelo utente para o sistema ambiental e social são os seguintes:

Externalidades Oeiras-Lisboa-Oeiras:

- Uma viagem de automóvel e por pessoa cerca de 140\$00
- Uma viagem de comboio e por pessoa cerca de 20\$00

Trata-se de números a considerar com as devidas cautelas, já que se baseiam em cálculos efectuados para uma realidade (RFA) diferente da existente em Oeiras. No entanto eles transmitem uma ordem de grandeza.

Meio Milhão de Contos em Externalidades/Ano ?

Como ordem de grandeza pode-se dizer que as deslocações efectuadas pelos Oeirenses para Lisboa por automóvel, num ano, geram custos ambientais e sociais, não suportados directamente pelos próprios utentes, que se cifram provavelmente na ordem de grandeza do meio milhão de contos, no qual não se inclui os efeitos do acréscimo de congestionamento em Lisboa.

12.3 Possíveis Vectores Estratégicos Preliminares

Para além das recomendações implícitas contidas nos pontos anteriores e pormenorizadas no Volume II (e que aqui não se repetem por falta de espaço) julga-se importante que qualquer proposta de desenvolvimento ou quaisquer outras iniciativas para a transformação do usos do solo sejam avaliadas também pelas consequências que geram sobre o sistema de transportes.

Alguns Objectivos Ambientais

De entre os objectivos ambientais relacionados com o sistema de transportes contam-se por exemplo:

- **Redução da necessidade de deslocações.**

- Através da mistura funcional de actividades complementares;

- Através do reaproveitamento, sempre que possível, dos espaços no interior dos tecidos edificados, evitando a instalação de actividades fortemente geradoras de tráfego fora das áreas construídas;

- **Transferência de passageiros para modos de transporte ambientalmente melhores.**

- Para os transportes públicos (cujo nível de serviço terá de ser aumentado);

- Com interfaces de qualidade e parques de estacionamento;

- Para as bicicletas, em curtas distâncias;

- Para as deslocações a pé, em condições de conforto.

• **Aumento da segurança e do conforto ambiental no interior das localidades.**

- Redução de riscos de acidentes, nomeadamente de atropelamentos;
- Ausência de trânsito de passagem no interior dos bairros residenciais e existência de vias periféricas;
- Introdução de medidas de redução de velocidade ou de acalmia do tráfego local;
- Redução do ruído;
- Redução de emissões poluentes;



Papel 100%
reciclado